



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

POIS, SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE:
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES JOVENS TRABALHADORAS RURAIS E AS
REPERCUSSÕES NO SINDICALISMO

Autora: Eryka Danyelle Silva Galindo

Brasília, agosto de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

POIS, SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE:
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES JOVENS TRABALHADORAS RURAIS E AS
REPERCUSSÕES NO SINDICALISMO

Autora: Eryka Danyelle Silva Galindo

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, agosto de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POIS, SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE:
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES JOVENS TRABALHADORAS RURAIS E AS
REPERCUSSÕES NO SINDICALISMO

Autora: Eryka Danyelle Silva Galindo

Orientador: Dr. Marcelo Carvalho Rosa (Unb)

Banca: Doutor Marcelo Carvalho Rosa – UnB
Doutora Elisa Guaraná Castro – UFRRJ
Doutora Berenice Alves de Melo Bento – UnB

Brasília, agosto de 2017

Sem medo de ser mulher¹

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer/ Participando sem medo de ser Mulher (bis).

Porque a luta não é só dos companheiros/ Participando sem medo de ser mulher/ Pisando firme sem pedir nenhum segredo/ Participando sem medo de ser mulher.

Pois sem mulher a luta vai pela metade/ Participando sem medo de ser mulher/ Fortalecendo os movimentos populares/ Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operária camponesa/ Participando sem medo de ser mulher/ Pois a vitória vai ser nossa com certeza/ Participando sem medo de ser mulher.

Compositor: Zé Pinto

¹ A canção *Sem medo de ser mulher* assume, neste trabalho, um papel mais vigoroso do que propriamente o de uma epígrafe. Esta canção foi escolhida para dar nome e sentido à pesquisa. Como acontece nas reuniões, seminários e demais espaços de organização coordenados pelas mulheres trabalhadoras rurais, especialmente no movimento sindical, as músicas acompanham os debates, o compartilhamento das experiências individuais e coletivas, a definição de estratégias. As cantorias fazem parte do jeito de organizar-se, atuam como instrumento de reflexão, ação e animação desta caminhada organizativa. Assim, *Sem medo de ser mulher* é canto que convoca as mulheres a lutarem sem medo, mesmo diante das adversidades e contradições presentes na sociedade e, por que não, nos movimentos populares. Eleger uma das tantas cantigas entoadas pelas trabalhadoras rurais sindicalistas para dar nome a esta dissertação e seus capítulos pareceu-me um recurso genuíno... um fio condutor que nos encaminha para os achados de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Tenho que confessar: sou fascinada por agradecimentos. Gosto não só de lê-los, como também de escrevê-los, pois, pelos agradecimentos, tenho a sensação de coletivizar a pesquisa, que é permeada por tantos momentos de solidão e isolamento. Além disso, entendo a gratidão como um sentimento renovador que nos vincula a outras pessoas e que nos despe, ao menos um pouco, da densidade teórica comum aos trabalhos científicos.

Começo agradecendo à diretoria da CONTAG, por abrir todas as portas da história da entidade a esta pesquisa, e pelo respeito com que me acolheu como pesquisadora, mesmo com a minha dupla identidade. De forma especial, agradeço a Simone Battestin, Elenice Anastácio, Mazé Moraes, por se colocarem neste trabalho com tanta inteireza, presenteando-me com suas histórias de vida, suas emoções e memórias. Espero que este trabalho seja capaz de expressar a força que emana de vocês.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL-UnB), pelas possibilidades teóricas, diálogos e vínculos criados. Agradeço principalmente ao Professor Marcelo Rosa, orientador desta dissertação, que acreditou nesta pesquisa e apoiou-me ao longo deste tortuoso caminho, com sua disposição para o debate e a troca de ideias. Suas contribuições, sempre respeitadas e criteriosas, continuarão repercutindo e animando-me em novas trilhas de pesquisa.

Às professoras Dra. Elisa Guaraná Castro e Dra. Vilenia Porto Aguiar – que integraram a banca de qualificação do meu projeto de pesquisa de mestrado e que vêm compartilhando, ao longo da minha trajetória de militante e pesquisadora, outras importantes ‘bancas e bancos’ da vida – sou imensamente grata por terem me ajudado a desatar vários nós e por seguirem me inspirando para a luta.

Às(Aos) colegas do Laboratório de Estudos Não Exemplares Natália Adrielle, Jean, Natália Cabanillas, Joaquim, Camila, Matheus, Rogério, Priscila, Mallu, Gisele, agradeço pelos nossos debates não exemplares que me abriram vários caminhos

sociológicos possíveis. Quero agradecer de forma muito especial ao amigo Joaquim Pinheiro – que acompanha este trabalho desde quando ele era uma remota intenção, antes mesmo do meu ingresso no PPGSOL –, por sua interlocução generosa e frases motivadoras, dentre elas, a célebre: “Quem mandou?!”

Não poderia esquecer as(os) colegas com os quais compartilhei não apenas aulas, mas também as agendas pós-aula tão divertidas e instigantes. Rayane, Fran, Manu, Vanessa, Isabella, Leonardo, gratidão pelas boas risadas, *insights* e acolhimento.

Como integrante de uma família grande, em número e em alegria, deixo meu agradecimento a todos familiares que zelam por mim mesmo a distância. Aos meus avós, Severina e Inácio, Francisco e Carmen; aos meus pais, Cacilda e Antônio; ao meu companheiro de todas as horas, Cláudio; à minha irmã, Emily; à minha família estendida, Eunice, Jaqueline e Letícia. Registro aqui meu agradecimento mais que especial a vocês. Deixo a gratidão por me darem a vida, por me ensinarem a ir para a vida e por me motivarem a acreditar em mim, nos meus sonhos e ideais.

Agradeço às minhas amigas do coração que, mesmo fisicamente distantes, inexplicavelmente, acompanham-me de maneira tão próxima quanto a minha própria sombra. Sara, Cleide, Bruna, Cintia e Denise, esta dissertação tem muito de vocês. Também quero agradecer às amigas que estão aqui perto, dando aquela força e ombro amigo tão necessários. Gratidão, Nenzinha, Jane, Léia, Marleide, Anna Carolina e Mundinha: sem vocês o peso da pesquisa e escrita seria gigante.

Aos meus pequenos grandes amores, Catarina e Matheus, que, com seus gestos de crianças felizes, deixam a minha vida mais brilhante. Aos compadres, Giovana e Renato, por me darem estes dois presentes e respeitarem os meus prazos e sumiços.

Sou grata a outras tantas pessoas que deixei de mencionar, seja porque as linhas já estavam demasiado avançadas, seja por um lapso de memória ou até mesmo pelo ato falho de não conseguir perceber como estas pessoas em seus gestos, opiniões e ações me ajudaram a chegar até aqui. O que sei é que foram muitas as pessoas que concorreram, de alguma maneira, para que, num país tão desigual como o nosso, eu fosse a primeira da família a concluir um curso superior numa universidade pública e

agora, quem sabe, ser a primeira mestra... A primeira de muitas. Na intenção de ser minimamente justa e grata ao conjunto de relações e situações que me trouxeram até aqui, estabelecidas por escolha ou por acaso, rendo meus agradecimentos às pessoas que cruzaram o meu caminho e que, por diferentes motivos, foram omitidas destas modestas linhas.

RESUMO

A presente dissertação se insere no contexto dos estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e sua participação nos movimentos sociais do campo, especificamente, no sindicalismo rural. O seu objetivo é analisar a emergência da participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais no sindicalismo e sua repercussão para a ação sindical, no âmbito da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Por meio das narrativas biográficas de três mulheres dirigentes sindicais, que no período de 2001 a 2017 desempenharam a função de Secretárias de Jovens Trabalhadoras Rurais desta Confederação, pôde-se compreender os sentidos, possibilidades e conflitos estabelecidos na esfera sindical, a partir da afirmação da categoria *mulher jovem trabalhadora rural*. Mesmo sendo as intersecções entre gênero, geração e classe estruturantes desta categoria política, outras dimensões vinculadas ao que chamamos de *ponto alto da política sindical* igualmente se apresentaram como importante componente influenciador das experiências de participação vivenciada por estas mulheres jovens trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Mulheres jovens. Trabalhadoras rurais. Sindicalismo rural. Participação. Narrativas biográficas.

ABSTRACT

The present dissertation is inserted in the context of studies regarding rural women workers and their participation in rural social movements, specifically, in rural labor unionism. Its main goal is to analyze the emergence of young rural women workers' participation in labor unionism and its repercussion for trade union action within the framework of the National Confederation of Rural Workers and Family Farmers (CONTAG). Through the biographical narratives of three trade union women leaders, who from 2001 to 2017 served as Secretaries for Young Rural Workers of this Confederation, it was possible to understand the meanings, possibilities and conflicts that are established in the trade union sphere, based on the affirmation of the *young working woman rural* category. Even though the intersections between gender, generation and social classes are structural in this political category, other dimensions, linked to what we call the *high point of union politics*, are also important components that interfere with the experiences of participation experienced by these young rural women workers.

Keywords: Young women. Rural workers. Rural labor unionism. Participation. Biographical narratives.

LISTA DE SIGLAS

- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
- AMUTRES – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
- CAMUTRA – Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre
- CNES/MTE – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais / Ministério do Trabalho e Emprego
- CNJTTR – Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
- CNTTR – Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
- COPROFAM – Confederação Internacional de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG
- FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
- FETAGs – Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura
- FETAG-PI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
- FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
- FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
- FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- GT Mulheres da ANA – Grupo Temático de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia
- GTZ – German Organisation for Technical Cooperation (GTZ)
- JUG – Juventude Unida Gameleirense

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MAMTR – Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA-SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMA-SP – Movimento de Mulheres Agricultoras de São Paulo
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial de Mulheres
MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-RS – Movimento de Mulheres Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR-SE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sergipe
MPMP – Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
PADRSS – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partidos dos Trabalhadores
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UBM – União Brasileira de Mulheres
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 <i>PESQUISANDO SEM MEDO DE SER MULHER: DAS MOTIVAÇÕES, DAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E DAS EXPERIÊNCIAS DE UMA PESQUISADORA MILITANTE</i>	20
1.1 Militância, motivações e escolhas metodológicas	20
1.2 Experiência como recurso metodológico e categoria relevante para os estudos feministas	29
1.3 Mulheres, gênero, interseccionalidade e as contribuições feministas pós e decoloniais	32
1.4 O debate geracional e a categoria juventude	38
2 <i>POR QUE A LUTA NÃO É SÓ DOS COMPANHEIROS: ORGANIZAÇÃO E LUTA DAS MULHERES E JOVENS TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS NA CONTAG</i>	41
2.1 Sobre as origens e rumos do sindicalismo: versões sobre a história da CONTAG	44
2.2 A organização política das mulheres trabalhadoras rurais na CONTAG	54
2.3 A organização da juventude trabalhadora rural na CONTAG	65
3 <i>PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER: OLHARES SOBRE O SINDICALISMO A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES JOVENS TRABALHADORAS RURAIS</i>	76
3.1 Simone Battestin	79
3.2 Elenice Anastácio	84
3.3 Mazé Moraes	90
3.4 Entre surpresas e aprendizagens: as singularidades das narrativas biográficas	97

4 PISANDO FIRME SEM PEDIR NENHUM SEGREDO: MULHER JOVEM TRABALHADORA RURAL COMO CATEGORIA POLÍTICA NO SINDICALISMO	102
4.1 Mulher jovem trabalhadora rural: uma nova categoria no discurso e prática sindical	102
4.2 Bota a juventude para animar! Expressões de resistência frente às atribuições conferidas às mulheres jovens dirigentes sindicais.....	112
4.3 Os conflitos: tensões para transformar as ações	119
5 POIS A VITÓRIA VAI SER NOSSA COM CERTEZA: MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA FORTALECER A PARTICIPAÇÃO SINDICAL	128
5.1 As ações afirmativas e a participação das mulheres jovens no sindicalismo rural	135
PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER: CONCLUSÕES SOBRE UMA CAMINHADA QUE SEGUE EM MARCHA.....	148
REFERÊNCIAS.....	154
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	161

INTRODUÇÃO

Pois sem mulher a luta vai pela metade. Partindo deste verso da canção *Sem medo de ser mulher*, que agora se faz pesquisa, a presente dissertação se insere no contexto dos estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e sua participação nos movimentos sociais do campo, especificamente, no sindicalismo rural. Neste sentido, busca-se aportar novas contribuições às pesquisas acadêmicas sobre o tema, transcendendo aos dilemas da inserção das mulheres na produção agrícola (temática, em alguma medida, recorrente no campo das pesquisas sobre trabalhadoras rurais) e focando no papel assumido por elas nas lutas e política sindical. Outro importante componente desta pesquisa refere-se ao fato de privilegiar, em suas análises, as experiências das mulheres jovens trabalhadoras rurais no sindicalismo, dimensão que demarca o entendimento da categoria mulher como não homogênea, tampouco fixa.

A partir da revisão da literatura sobre o tema das mulheres jovens trabalhadoras rurais, vê-se a recorrência da questão migratória no sentido campo-cidade. Muitos dos estudos pesquisados afirmam que as mulheres jovens estão mais propensas do que os homens jovens a saírem das comunidades rurais e das terras da família para buscarem outras oportunidades de vida e trabalho em áreas urbanas (ABRAMOVAY et al., 1998; BOURDIEU, 2004; CASTRO, 2006; STROPASOLAS, 2006; AGUIAR & STROPASOLAS, 2010). Dentre os principais motivos que determinam a sua não permanência na unidade familiar como sucessoras, encontram-se os processos culturais de socialização, que passa pela divisão sexual do trabalho, na qual as jovens são acionadas para o trabalho doméstico. E mesmo quando a elas são atribuídas atividades ‘da produção agrícola’, o trabalho desempenhado permanece invisibilizado ou desvalorizado, em geral, tido como ajuda (CASTRO, 2006; AGUIAR & STROPASOLAS, 2010).

Sem querer padronizar o fenômeno, mas, ao identificar algumas tendências comuns à agricultura familiar, autoras como Castro (2006) apontam que a sucessão da propriedade familiar normalmente é transmitida aos filhos homens, cabendo às mulheres jovens o caminho da formação educacional e o emprego nas cidades. A chance de as jovens serem as

sucessoras da unidade de produção familiar ocorre, normalmente, quando as famílias são compostas apenas por filhas mulheres (CASTRO, 2006). Outra possibilidade de permanência das jovens nas atividades agrícolas, identificada pelo mesmo estudo, dá-se a partir do casamento com um par igualmente interessado em desenvolver práticas agrícolas.

Embora seja possível identificar algumas pesquisas que tratam sobre a participação das mulheres rurais nos movimentos sociais (AGUIAR, 2015; PIMENTA, 2012; CAPELLIN, 1994; ABRAMOVAY & SILVA, 2000; CABANILLAS, 2016), a revisão bibliográfica revelou que as questões das jovens rurais são pouco consideradas, mesmo diante dos estudos que versam sobre a participação política das trabalhadoras rurais. As pesquisas sobre mulheres jovens trabalhadoras rurais enfatizam em suas abordagens a relação com a produção agrícola familiar (CARNEIRO, 2005, 2007; ABRAMOVAY et al., 1998; BOURDIEU, 2004; CASTRO, 2006; STROPASOLAS, 2006; AGUIAR & STROPASOLAS, 2010; FERREIRA & ALVES, 2009; WEISHEIMER, 2009).

Indo além da produção agrícola e analisando a presença das mulheres jovens nos espaços não domésticos, o que inclui a participação em movimentos, grupos, associações, sindicatos, alguns artigos sugerem que elas sofrem grande controle dos pais quanto à permissão para frequentar espaços públicos (CASTRO, 2006; AGUIAR & STROPASOLAS, 2010).

Quanto ao tema da participação juvenil nos movimentos sociais do campo, considerando o caso brasileiro, destaca-se a pesquisa realizada por Elisa Castro et al. (2009)². Por meio dela, demonstra-se a crescente organização da juventude trabalhadora rural nos movimentos pesquisados e, mais que isso, a significativa presença das mulheres jovens nestes espaços. Segundo a autora, nos eventos juvenis realizados pela CONTAG e acompanhados por esta pesquisa, a participação das mulheres representa 54% do total de pessoas envolvidas.

² A pesquisa foi desenvolvida no período de 2006 a 2008 e buscou “aprofundar o entendimento dos processos de construção da categoria juventude” (CASTRO et al., 2009, p. 20). Para isso, tal estudo partiu da revisão de literatura, análise de dados estatísticos e dos processos organizativos, protagonizados pela juventude de importantes movimentos sociais do campo, como a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-Sul), a Via Campesina Brasil e a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Essa antítese que coloca, por um lado, a significativa saída das mulheres jovens do meio rural e, mais que isso, das atividades de produção agrícola, e, por outro, a expressiva participação delas nos espaços políticos, especialmente os de representação das(dos) trabalhadoras(es) na agricultura, é um ponto importante desta pesquisa.

Interesso-me por entender que motivos levam à representativa participação juvenil e feminina no movimento sindical rural, mesmo quando os trabalhos sobre as jovens mulheres trabalhadoras rurais reforçam a noção de maior cerceamento da família, quanto à participação das jovens nos espaços públicos e da política. Além disso, diante da tendência, em meio à bibliografia disponível sobre o tema, em afirmar a majoritária migração juvenil-feminina para as cidades.

Mais que isso, interesso-me até por entender como a participação destas mulheres jovens repercute sobre as práticas sindicais, abrindo caminhos para novas possibilidades de ação, bem como para contradições e conflitos internos.

Voltando à literatura, vê-se que a discussão sobre a participação das mulheres jovens nos movimentos vem, recentemente, ganhando volume, sobretudo quando consideramos os estudos sobre os movimentos feministas e de mulheres, principalmente urbanos.

Segundo Eliane Gonçalves, Fátima Freitas & Elismênia Oliveira (2013), é a partir dos anos 2000 que as jovens irrompem no feminismo brasileiro. Autoras como Júlia Giovani (2003) e Ana Adeve (2009) defendem que a gênese das articulações entre as feministas jovens brasileiras e suas conexões com movimentos afins na América Latina e Caribe derivaram do Fórum Social Mundial e da organização do III Acampamento Intercontinental da Juventude, em 2003. Contudo, vale destacar que, antes disso, em 2001, já existia uma articulação denominada Fórum do Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas, apelidada de Forito, que se reunia para debater a participação destas mulheres, desde uma perspectiva de gênero (PAPA & SOUZA, 2009). Dentre as manifestações mais recentes que expressam a entrada em cena e reivindicam o lugar como jovens nas lutas feministas brasileiras, estão o 1º Encontro Nacional de Jovens Feministas, ocorrido em março de 2008 no Ceará, e a Marcha das Vadias, que realizou em 2011 sua primeira edição no Brasil (ZANETTI, 2010; GONÇALVES, FREITAS & OLIVEIRA, 2013).

Em linhas gerais, os estudos sobre a participação das jovens no movimento feminista refletem sobre a existência de hierarquias internas, apontam as tensões entre feministas “históricas” – mais respeitadas e detentoras das decisões internas, dado seu maior tempo de atuação nos movimentos – e as “novas” feministas, vistas como inexperientes, não só por ingressarem num período mais recente nos movimentos, mas também por serem mais jovens em idade (GROSSI, 1998; ADRIÃO & MÉLLO, 2009; GONÇALVES, FREITAS & OLIVEIRA, 2013). Tais visões restringem a participação das jovens feministas nos espaços de coordenação e decisão dos movimentos; do mesmo modo sustentam relações em que as suas falas têm menor relevância e peso político (ZANETTI, 2010; ADRIÃO & MÉLLO, 2009; GONÇALVES, FREITAS & OLIVEIRA, 2013).

Mesmo diante desses limites, as pesquisadoras afirmam a importância das jovens para a construção de novas práticas nos movimentos feministas, bem como para afirmação de temas ainda pouco pautados. Assim, defendem a existência de formas de luta diferenciadas, propostas pelas jovens feministas, que passam pelas novas linguagens propostas por esta geração de jovens, dentre elas as que se vinculam às tecnologias de informação e comunicação e a utilização do corpo como expressão da luta (GONÇALVES, FREITAS & OLIVEIRA, 2013). Quanto aos temas amplamente afirmados por estas jovens, estão: a) o debate sobre concepção, contracepção e aborto, na perspectiva das jovens, que são as mais afetadas pelas mortes decorrentes do aborto e pelas visões que as rotulam como inconsequentes e irresponsáveis; b) a articulação entre feminismo e o recorte racial; c) a abertura à participação de homens, transexuais e transgêneros nas lutas feministas (ZANETTI, 2010; ADRIÃO & MÉLLO, 2009; GONÇALVES, FREITAS & OLIVEIRA, 2013).

Embora em menor volume, foram localizadas pesquisas que se referem à presença das mulheres jovens no âmbito dos movimentos sociais do campo. Para Sirlei Gaspareto & Marilda Menezes (2013), em suas pesquisas sobre o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), emerge, nas duas últimas décadas, o debate de questões específicas às jovens dentro dos movimentos autônomos de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, especialmente relacionadas ao acesso a terra, educação, renda e autonomia em relação aos pais.

Além de estabelecer recortes diante das lacunas identificadas na produção acadêmica sobre a participação das mulheres jovens nos movimentos sociais do campo, precisei definir

qual (quais) dos movimentos que atuam na representação das(os) trabalhadoras(es) rurais do Brasil eu iria pesquisar. Há que se destacar, neste sentido, o recente contexto de criação de novas estruturas de representação, inclusive sindical, emergente a partir dos anos 90³.

Dentre as variadas possibilidades de pesquisa que este tema me abriu, elegi a CONTAG como organização de referência para este trabalho. Tal decisão se justifica por três motivos centrais: a) por ser a CONTAG a primeira entidade sindical de representação das trabalhadoras(es) rurais reconhecida no Brasil (em janeiro de 1964), pois conta com uma estrutura sindical de grande proporção que reúne 4 mil sindicatos e 27 federações filiadas; b) por contar com espaços organizativos⁴ e políticas afirmativas específicas, indutoras da participação de mulheres e de jovens; c) pela relação que estabeleço com a entidade, na qual integro o quadro de profissionais (questão que será melhor aprofundada no capítulo 1 desta dissertação).

Por esse caminho, a presente pesquisa objetiva analisar a emergência da participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais no sindicalismo e sua repercussão para a ação sindical, no contexto da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Tal objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

1. Reconstruir/Reconstituir os processos organizativos das mulheres trabalhadoras rurais e de jovens trabalhadoras e trabalhadores rurais no âmbito da CONTAG, identificando as confluências à participação das mulheres jovens.

³ No final dos anos 1980, começam a surgir estruturas sindicais que fazem oposição à CONTAG e às suas entidades filiadas, tais como a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP (1989); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-Sul (2001); Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER (2011). Nesse sentido, ainda se faz necessário lembrar de outros movimentos sociais que, embora não se apresentem como organismos jurídicos e sindicais, disputam a mesma base de representação de trabalhadoras(es), como é o caso do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros.

⁴ Chamo de espaços organizativos específicos de mulheres trabalhadoras rurais e de juventude rural os grupos, Comissões Estaduais, Municipais e Nacional de Mulheres e de Jovens, cursos, seminários, eventos (como a Marcha das Margaridas e o Festival da Juventude Rural) etc., constituídos nos sindicatos, federações e na própria CONTAG.

2. Analisar a emergência da participação das mulheres jovens no sindicalismo rural, problematizando os sentidos conferidos a estes sujeitos políticos.
3. Analisar as tensões, estratégias e desafios decorrentes da participação das mulheres jovens e suas repercussões no contexto da ação sindical.

Tais questões se revelam neste trabalho, a partir das narrativas das jovens dirigentes da CONTAG, que remontam desde sua chegada ao movimento sindical até as experiências como diretoras desta instituição.

Orientada por metodologias de natureza qualitativa, a pesquisa se valerá das narrativas oferecidas pelas jovens dirigentes da CONTAG, que desempenharam o cargo de Secretárias de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Confederação desde a criação desta estrutura. Somam-se às narrativas os documentos oficiais da entidade (revistas, cartilhas, jornais, relatórios) e a participação em eventos registrados em diário de campo.

A combinação da escuta, observação e participação guiaram as análises desta pesquisa. De forma a organizar a multiplicidade de questões que foram se revelando, esta dissertação adotou cinco capítulos, incluindo a conclusão. O primeiro deles, denominado *Pesquisando sem medo de ser mulher – das motivações, das questões teórico-metodológicas e das experiências de uma pesquisadora militante*, aborda as motivações e os aspectos de ordem teórico-metodológica que orientaram a pesquisa. O segundo capítulo, que recebe o nome de *Porque a luta não é só dos companheiros – a organização e luta das mulheres e jovens trabalhadoras e trabalhadores rurais na CONTAG*, busca situar a leitora e o leitor sobre a história de organização da CONTAG, destacando-se os processos de organização internos, desenvolvidos a partir da inserção e participação ativa das mulheres trabalhadoras rurais e da juventude trabalhadora rural como categoria política. Já o capítulo três, *Participando sem medo de ser mulher – olhares sobre o sindicalismo a partir das narrativas das mulheres jovens trabalhadoras rurais*, desdobra-se em quatro partes: a) as narrativas da vida sindical tecida pelas entrevistadas, em que são salientadas as histórias individuais das dirigentes pesquisadas; b) a construção da categoria mulher jovem no sindicalismo; c) os papéis assumidos por elas nas esferas sindicais; d) os conflitos que marcam sua participação neste espaço político. Integram o capítulo quatro, chamado de *Pisando firme sem pedir nenhum segredo: mulher jovem trabalhadora rural como categoria política no sindicalismo*,

problematizações sobre os sentidos conferidos à categoria mulher jovem trabalhadora rural, bem como os conflitos derivados dos papéis sociais atribuídos às dirigentes, influenciados pelas posições de gênero e geração assumidas. O quinto e último capítulo, *Pois a vitória vai ser nossa com certeza – mulheres trabalhadoras rurais e o desenvolvimento de ações para fortalecer a participação sindical*, desenvolve a discussão sobre diferentes ações empreendidas pelas mulheres lideranças sindicais, no sentido de produzir melhores condições de participação política das trabalhadoras rurais tanto na CONTAG quanto nas demais entidades a ela filiadas, questionando os processos desiguais de inserção que recaem sobre as mulheres dirigentes. Por fim, a conclusão – *Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer: conclusões sobre uma caminhada que segue em marcha* – apresenta, de forma mais objetiva, os achados da pesquisa e suas contribuições para o campo de estudos sobre as trabalhadoras rurais na conjuntura da participação sindical.

1 PESQUISANDO SEM MEDO DE SER MULHER: DAS MOTIVAÇÕES, DAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E DAS EXPERIÊNCIAS DE UMA PESQUISADORA MILITANTE

Tendo por referência os apontamentos presentes na introdução desta dissertação, nos quais se expressam os objetivos desta pesquisa, bem como o seu diálogo frente à bibliografia existente sobre o tema, apresento, neste capítulo, quais caminhos percorri como uma pesquisadora militante, e como, a partir deles, defini as bases teóricas e procedimentos metodológicos deste trabalho. Assim, expressei à leitora e ao leitor as questões e dilemas que se instalaram no processo de pesquisa, entendendo-os como importantes não só para facilitar o entendimento sobre a estrutura e abordagens propostas ao longo do texto, como também para demonstrar que, a partir deles, (re)invento-me como pesquisadora engajada.

1.1 Militância, motivações e escolhas metodológicas

O tema desta pesquisa foi se colocando como vivência e militância.

A minha própria trajetória é marcada pelo engajamento nos grupos e fóruns juvenis da periferia do Recife, lugar onde vivi uma parte da minha adolescência e juventude. Reconhecia-me, afirmava-me como jovem, mulher e da periferia de uma cidade tão desigual do Nordeste brasileiro. Foi dessas interações que passei a dialogar com outras(os) jovens do meio rural, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e a compartilhar ideias e espaços de debates.

Há 10 anos, num momento em que a organização juvenil no sindicalismo rural se consolidava, fui convidada a integrar a assessoria da CONTAG para o tema de juventude.

Nesse espaço, tomei maior contato com as questões das mulheres, desde este lugar interseccionado, como mulher jovem. Daí as mulheres sindicalistas (principalmente as não jovens) foram me fazendo descobrir os feminismos. Mergulhei no jeito sindical de viver os

feminismos, marcado por traços próprios das realidades rurais vividas pelas trabalhadoras rurais dirigentes e pelas assessoras da CONTAG. Dessa forma, afirmei-me como mulher jovem ativista, compartilhei experiências e histórias com as jovens trabalhadoras rurais (que também comungavam comigo esta descoberta) e com as outras tantas mulheres lideranças sindicais.

Da mesma forma, aportou contribuições à pesquisa que ora apresento a minha participação no curso de especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, desenvolvido pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de 2010 a 2012. O processo de elaboração da monografia de conclusão de curso denominada *Jovens do campo: reflexões sobre as trajetórias e sentidos da participação no movimento sindical* apontou importantes questões que fundamentaram os meus interesses de pesquisa no mestrado.

Nessa oportunidade, envolvi-me na análise do processo de organização juvenil dentro do sindicalismo rural, ao buscar perceber quais os sentidos que conferiam à participação nos sindicatos. Desde aí, fui me deparando com as questões específicas das mulheres jovens trabalhadoras rurais. Algumas destas questões ficaram pelo meio do caminho, dado, em grande medida, pelos objetivos traçados, à época, pela referida pesquisa, bem como pelo pouco tempo disponível para a realização daquela monografia.

A confluência entre estas duas vivências nutriu-me de ideias e de motivação para propor esta dissertação de mestrado.

Ao revelar e assumir a minha posição como investigadora e militante, questiono os princípios da ciência moderna que pautam noções como imparcialidade e isolamento entre o objeto de pesquisa e a pesquisadora. Por isso, comungo com a perspectiva feminista de Donna Haraway (1995), ao defender que quem pesquisa reúne saberes históricos, parciais, corporificados e socialmente localizados.

Nesse mesmo sentido, Sandra Harding (1987) afirma a relevância de situar, no mesmo plano crítico, a investigadora e o objeto de estudo como recurso que desestabiliza a posição objetivista, negadora dos contextos da cultura, da classe e da etnia, elementos estes influenciadores dos próprios resultados da pesquisa. Então, revelar-se é atitude responsável,

capaz de expor os limites e possibilidades que permeiam a produção acadêmica, bem como é caminho de liberação do(a) leitor(a), para que ele(a) assuma um lugar crítico e avaliativo sobre as conclusões produzidas.

Por tudo isso, revelo e reafirmo o lugar de onde me construo como pesquisadora. Como o próprio título deste capítulo diz (em um trocadilho com o refrão da canção que dá nome a esta dissertação), segui as trilhas deste trabalho “pesquisando sem medo de ser mulher”. Atenta, porém sem medo de me identificar e às vezes de me confundir com as questões que os sujeitos desta pesquisa trouxeram em suas narrativas e diálogos, por ser eu mesma uma mulher e militante do mesmo espaço político que as entrevistadas.

Além das minhas vivências que, em grande medida, se converteram em motivação, também me revisto de expectativas. Falar sobre elas, sobre as minhas próprias expectativas com relação a este trabalho é descortinar os fundamentos que me orientaram, que funcionaram como bússola a me guiar pelos caminhos incertos da pesquisa. Por conseguinte, pretendo, com esta dissertação:

- Contribuir com o campo de estudos sobre as mulheres trabalhadoras rurais no contexto dos movimentos sociais, aportar novas questões teóricas e metodológicas sobre o tema, em diálogo com a bibliografia já disponível.
- Dar visibilidade e expor a relevância das questões pautadas pelas mulheres trabalhadoras rurais, conferindo centralidade às perspectivas das jovens no âmbito das pesquisas sociológicas.
- Contribuir para a construção de práticas sindicais mais democráticas e emancipadoras que fortaleçam a participação das mulheres e das lideranças jovens.

Dado os primeiros passos quanto à definição do tema, dos sujeitos e objetivos da pesquisa, detive-me a pensar sobre as questões de ordem metodológica, consideradas não só desde as contribuições científicas propostas por algumas autoras e autores, mas, principalmente, desde as (im)possibilidades colocadas pelas relações de natureza institucional, condições logísticas e de infraestrutura, emoções e dilemas vividos pelas dirigentes pesquisadas e pela própria pesquisadora. Este conjunto de reflexões teórico-vivenciais foram se colocando de forma permanente, a cada passo planejado e realizado. Até

mesmo findada a elaboração da dissertação, alimento a necessidade de experimentar algumas das impossibilidades vividas.

Considero que a etapa de qualificação do projeto de pesquisa foi um divisor de águas para a tomada de decisões teórico-metodológicas concretizadas até aqui. A partir das ponderações feitas pelas professoras Elisa Guaraná, Vilenia Aguiar e pelo professor Marcelo Rosa, convenci-me de que recorrer às histórias da vida sindical das três mulheres jovens dirigentes da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras da CONTAG seria um caminho profícuo e viável para responder às questões propostas em meu projeto.

O diálogo com as professoras integrantes da banca de qualificação, e as continuadas reuniões de orientação com o professor Marcelo Rosa convenceram-me da necessidade de me desviar das escolhas – para mim óbvias – pautadas pela análise de documentos institucionais, pelas entrevistas semiestruturadas ou mesmo diário de campo, resultantes da minha participação nas atividades sindicais. Segundo as problematizações colocadas pela banca, a minha estreita relação com as esferas sindicais exigiria escolhas metodológicas que me permitissem estranhamento e novas descobertas. Assim, as narrativas biográficas das mulheres jovens no sindicalismo poderiam trazer questões com as quais ainda não tinha tomado contato, ou mesmo as que se colocavam de maneira mais evidente ao meu olhar estariam embasadas pelas leituras e vivências das protagonistas desta história. Foi a partir das ponderações suscitadas naquela tarde de avaliação do projeto de dissertação, que me deparei com o caminho das biografias para entender as repercussões da participação das mulheres jovens no movimento sindical.

Desse modo, prefiro dizer que esta pesquisa se valeu de uma “intenção biográfica”, como propõe Suely Kofes (2015, p. 24). É uma intenção, exatamente pelo fato de não pretender reconstituir em detalhes a história de vida de cada uma destas dirigentes, em suas várias dimensões. É intenção, pois “escrevo sobre o que pode ser construído, tecido através das indagações sobre uma pessoa [ou dito pela própria pessoa].” (KOFES, 2001, p. 22, grifo nosso).

Convencida deste caminho e por ele entusiasmada, colocou-se a pergunta: mas buscarei quais biografias? Num universo de tantas mulheres jovens lideranças sindicais possíveis, quais histórias de vida deveria escolher? E mais uma vez as professoras da

banca de qualificação me recomendaram: que tal partir das narrativas biográficas das três diretoras que assumiram a Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG? Afinal, todas as que se encarregaram desta função foram mulheres, além de jovens.

Embora essa se revelasse uma escolha justificável e até mesmo viável, inclusive considerando o tempo que me restava para realizar o trabalho de campo e a escrita da dissertação, algumas questões me inquietavam. Eu sabia que ao menos duas delas não mais participavam das esferas sindicais, questão que derivava de processos políticos tensos, que relacionavam dirigentes da CONTAG e das FETAGs. Por isso, perguntava-me: como mobilizá-las para tratar de histórias de vida permeadas por dores e tensões?

Outra questão que passei a refletir foi sobre fazer uma pesquisa sobre mulheres jovens trabalhadoras rurais, entrevistando mulheres não jovens. Digo isso, pois nenhuma das três entrevistadas estão dentro da faixa etária que o movimento sindical define como a de juventude⁵ –, ou seja, todas elas têm mais de 32 anos – e ainda por não mais fazerem parte dos espaços de organização juvenil.

Diante desse certame, fui instada pela armadilha que eu mesma montei: afinal, qual seria a minha autoridade para afirmar que elas não mais se identificariam como mulheres jovens? Tal indagação me fez avançar em dois pontos que acho importante mencionar: a) mesmo que estas dirigentes tivessem deixado de se autodenominar como mulheres jovens, isso não retira delas a possibilidade de falar de suas experiências como dirigentes mulheres à frente da organização da juventude; b) mesmo havendo critérios socialmente estabelecidos, voltados à definição da categoria juventude (o que inclui, no caso desta pesquisa, os elementos relacionados à faixa etária, consensuados pelo movimento sindical rural), esta se constrói (assim como a categoria mulheres), a partir de uma complexidade de relações erguida pelos sujeitos, menos fixa do que tendemos a tratar. Neste último ponto, inserem-se os processos de autorreconhecimento como mulheres e como jovens construídos a partir da vivência nas lutas e ações coletivas compartilhadas com seus pares, tema que aprofundaremos nos capítulos seguintes. Desse modo, se por um lado, parece evidente a

⁵ O 2º Congresso Extraordinário da CONTAG, realizado em 1999, definiu como critério de caracterização da juventude, em relação à organização e ação sindical, a faixa etária dos 16 aos 32 anos.

forma de a sociedade definir quem é tido ou não como jovem ou mulher (por meio de aspectos biológicos e sociais), por outro, há uma complexidade de questões quanto à construção destas categorias sobre as quais precisamos problematizar.

Resolvidas as dúvidas iniciais – ao menos apaziguado o incômodo por elas causado –, fui ao encontro das três dirigentes que assumiram o cargo de Secretárias de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁶. Desta maneira, lancei-me na busca e pude entrevistar Simone Battestin, Elenice Anastácio e Mazé Moraes, exatamente nesta ordem, na mesma sequência com que uma sucedeu a outra nesta função.

Dado o meu engajamento com a organização da juventude trabalhadora rural do sistema CONTAG, tive a oportunidade de conhecer e conviver com as três secretárias. Entretanto, diante dos diferentes rumos que suas vidas tomaram após o exercício dos seus mandatos, o meu primeiro contato com cada uma delas exigiu maior zelo. Embora singulares, todos os encontros guardaram algo em comum: a disponibilidade e interesse das três em participar da entrevista.

O primeiro contato com Simone foi por telefone, número que me foi informado por um amigo em comum. Falei rapidamente sobre a pesquisa e as intenções de entrevistá-la e, em seguida, enviei e-mail com o projeto de pesquisa (procedimento adotado para as três). Nesta conversa, ficou evidente sua concordância em ser entrevistada, porém permaneceu indeterminada a data do encontro presencial, a princípio, em algum lugar no seu estado de residência – Espírito Santo. Pouco mais de um mês depois desta conversa ao telefone, encontramos-nos. A oportunidade se deu quando fui escalada a assessorar uma atividade regional que envolvia jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Tal atividade ocorreu em Vitória/ES, no mês de outubro de 2016. Assim, aproveitei a

⁶ Simone Battestin foi a primeira dirigente a desempenhar este cargo nos anos de 2001 a 2005. Já Elenice Anastácio, sua sucessora, assumiu a tarefa de Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG durante dois mandatos: de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013. Mazé Moraes foi responsável por esta secretaria no período de 2013 a 2017. Recentemente, no mês de abril de 2017, Mônica Buffon foi eleita para o referido cargo, com vigência até 2021. Entretanto, em vista dos prazos, não foi possível incluí-la como uma das entrevistadas.

oportunidade e permaneci mais dois dias no estado, tempo suficiente para me deslocar até o município de Anchieta, onde se localiza a casa de Simone.

Com Elenice, os diálogos se estabeleceram igualmente por telefone, mas o convite a participar da pesquisa incluiu um diferencial: trabalhei diretamente com Elenice durante sete anos, no período em que ela exerceu a função de Secretária de Jovens da CONTAG. Além disso, ela chegou a ser entrevistada por mim quando desenvolvi minha pesquisa de conclusão do curso de especialização pela UFMG, em 2012. Se por um lado, este quadro agregava mais solidez ao convite, por outro, requeria um esforço redobrado no sentido de evidenciar o que eu pretendia de novo com a entrevista, demarcando que não seria a repetição das questões levantadas anos atrás. Resolvidas estas questões, encontrei Elenice após a realização da 4ª Plenária de Jovens Trabalhadores Rurais da CONTAG, realizada em Brasília, em novembro de 2016, evento que ela tinha sido convidada a participar como palestrante⁷ numa das mesas de debate que tratava da trajetória de organização da juventude no sindicalismo rural.

A já interlocução com Mazé não careceu de mediações por telefone, afinal, estávamos diariamente em contato, uma vez que eu a assessoriei durante todo o seu mandato à frente da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Esta condição, contudo, exigiu-me tratar e demonstrar o devido compromisso da pesquisa, de forma a não deixar soar superficial ou informal o convite para a entrevista. Dessa forma, numa tarde de dezembro de 2016, previamente agendada para este fim, ou seja, para a realização da entrevista narrativa, sentamos eu e Mazé para este diálogo.

Por intermédio das narrativas biográficas, ou no caso aqui estudado, das narrativas sobre as histórias de vida sindical,

As pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. [...] Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2004, p. 91).

⁷ Simone Battestin, sobretudo, chegou a ser convidada a participar deste mesmo espaço, no entanto, devido a compromissos já agendados, não pôde participar do evento.

Conseqüentemente, preparar-se para o(s) momento(s) de interlocução com os sujeitos da pesquisa é mais um dos desafios de qualquer dissertação. Frente a este ‘nó metodológico’, recorri à bibliografia que trata sobre narrativas e entrevistas narrativas.

Em primeiro lugar, entendo como Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2004), que narrativa não é uma simples listagem de acontecimentos, mas a tentativa construída pelo(a) narrador(a) de ligá-los, conferindo-lhes sentidos. E, neste jogo, quem narra define o que deve ou não deve ser dito ou o que deve ser dito antes. Toda esta operação está a favor dos sentidos que se entende e se quer conferir. Por isso, o sentido não está no fim da narrativa: ele permeia toda a história, há que captá-los para além de compreender a sequência cronológica e de acontecimentos da história (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2004).

Tais nuances exigem de quem pesquisa alguns cuidados prévios e no ato da realização da entrevista narrativa.

A entrevista narrativa surge como uma crítica ao esquema pergunta-resposta, já que, neste esquema, quem entrevista, segundo Jovchelovitch & Bauer (2004), assume um papel mais imperativo, na medida em que: estipula os temas e os tópicos, ordena as perguntas, verbaliza com sua própria linguagem as perguntas que devem ser respondidas. Pela perspectiva da entrevista narrativa, a entrevistadora ou entrevistador tem o papel de estimular a(o) entrevistada(o) a narrar sua história, e cuidar para que ela ocorra da maneira mais espontânea possível, sofrendo poucas interferências da forma de entender de quem pesquisa (FLICK, 2009; JOVCHELOVITCH & BAUER, 2004).

Seguindo tais referências, preparei-me para as entrevistas explorando o campo de pesquisa por meio de leitura, análises bibliográficas e dos documentos institucionais, condições que me levaram a identificar a questão gerativa (FLICK, 2009): *Como você chegou ao movimento sindical e como foi essa participação como dirigente, no sindicato, federação e, especialmente, na CONTAG, à frente da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais?*

A questão gerativa me ajudou a instalar e orientar o diálogo com as entrevistadas; foi a primeira e uma das poucas interferências feitas por mim, como entrevistadora, durante toda a conversa.

As histórias da vida sindical contadas pelas dirigentes levaram-me a captar o que as suas experiências individuais diziam e problematizavam sobre as questões que se colocam para as mulheres jovens na conjuntura da participação sindical.

A análise do material produzido pelas entrevistas, a partir das escutas das gravações e releitura das transcrições deixaram uma sensação de 'insaciedade'. Quando aponto esta questão, não me refiro apenas às insuficiências próprias dos métodos de pesquisa, como já tratamos aqui, refiro-me similarmente aos conflitos experimentados por mim, como pesquisadora, quando da identificação de dúvidas sobre o que alguns relatos queriam revelar, quanto às informações omitidas e a não conclusão de ideias e linhas de raciocínio por diversas interrupções. Essa insaciável vontade de continuar os diálogos com as entrevistadas para dirimir questões que passaram a existir para mim foi uma angústia que exigiu a tomada de outras decisões. Realizar novos momentos de entrevista, tantos quantos fossem necessários para me saciar, não parecia ser uma escolha viável, em primeiro lugar, por conta das condições logísticas e dos prazos e, em segundo, pelo simples fato de que eu precisava lidar com estes "silêncios" de forma mais razoável, entendendo-os como parte das respostas possíveis. Enfim, como propõe Kofes (2015, p. 27): "[...] as lacunas informativas devem ser de fato compreendidas como valor cultural expressivo". Mesmo com todas as dúvidas que me rondaram, mantive minha ideia inicial, ao realizar um único momento de entrevista narrativa com cada uma das três dirigentes.

Apaziguei a sensação de incompletude da pesquisa quando me rendi às ideias de Kofes (2015) e, do mesmo modo, quando busquei novas fontes de pesquisa: relatórios com a transcrição de falas das dirigentes pesquisadas e até mesmo as transcrições ou áudios de entrevistas recentes realizadas por outras(os) pesquisadoras(es) junto às mesmas mulheres dirigentes. Aproveito para agradecer imensamente pelo gesto solidário de Sara Deolinda

Cardoso Pimenta⁸, que esteve aberta tanto ao diálogo sobre o seu tema de pesquisa, quanto à ideia de compartilhamento das entrevistas feitas por ela.

Faz-se oportuno mencionar que, ao longo do texto, a citação das narrativas das entrevistadas, na maioria dos casos, não identificará seus nomes, será acompanhada da seguinte referência entre parênteses – “Secretária de Jovens da CONTAG” –, seguida da identificação da entrevistadora que a realizou (exemplo: entrevista concedida a Eryka Galindo ou a Sara Pimenta). Preferi persistir no sigilo para preservá-las, evitando possíveis desgastes na sua relação com outras lideranças que porventura estejam envolvidas nas situações descritas⁹.

As experiências vividas na esfera sindical pelas dirigentes entrevistadas, captadas mediante estes materiais, despontaram como significativos recursos de análise, que revelaram elementos muito além das perspectivas individuais, mas também das práticas e padrões de participação recorrentes no sindicalismo. No próximo tópico deste capítulo, nos deteremos às discussões sobre experiências, tanto como um recurso metodológico quanto como conceito importante para as pesquisas feministas.

1.2 Experiência como recurso metodológico e categoria relevante para os estudos feministas

Antes de avançarmos na problematização do conceito de experiência, é preciso dar um passo atrás quanto ao entendimento das narrativas biográficas. Mesmo constituídas recursos metodológicos possíveis dentro da sociologia, as narrativas biográficas ainda são questionadas quanto à sua capacidade de contribuir para o entendimento dos fenômenos sociais (BOURDIEU, 2011; KOFES, 2015).

⁸ Sara Pimenta é doutoranda do Programa de Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual vem desenvolvendo pesquisa sobre o engajamento de mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical.

⁹ Vale ainda registrar que os nomes de lideranças sindicais comentados pelas entrevistadas também foram omitidos das citações.

Tais críticas se instalam pela dicotomia indivíduo x sociedade, afirmando a ordem do biográfico como experiência reveladora de vida de um indivíduo e sua subjetividade, insuficientemente capaz de apoiar a compreensão dos fenômenos sociais. Sobre este assunto, Kofes (2015) aponta a existência de algumas correntes antropológicas que refutam este binarismo e, mais que isso, propõe-nos um argumento, doravante o qual, em sua visão, a narrativa biográfica supera a oposição indivíduo x sociedade, subjetividade x objetividade, compondo o referido argumento a própria vinculação entre experiência e narrativa.

A partir das contribuições de Victor Turner quanto à noção de experiência, Kofes (2015) entende que a experiência dos indivíduos está intrinsecamente relacionada à narrativa, uma vez que “A expressão da experiência (a experiência narrada) conectaria eventos e afecções, incorporando e germinando significações e valores.” (KOFES, 2015, p. 34-35). Ou seja, a experiência se constitui de subjetividades, e ainda de concepções coletivas e estruturas objetivas. Ao narrar esta experiência, os indivíduos constroem os nexos produzidos também pela sua relação com a sociedade. A narrativa como estrutura que conecta momentos distintos, inclusive do passado, produzem associações de eventos, sentimentos, valores e significações. Como admite Kofes:

A expressão da experiência conteria relações, conexões, movimentos da vida, experiência social e reflexão dos próprios sujeitos, conteria a expressão da experiência que não prescinde da sua expressão narrativa. A estrutura da experiência conectaria experiência vivida e os sentidos dados e criados pelos sujeitos.” (KOFES, 2015, p. 35)

Recorro ao conceito de experiência ora por integrar as abordagens teóricas de autoras(es) que me apoiam nesta discussão, ora porque é terminologia frequentemente acionada pelas entrevistadas. A visão que as pesquisadas expressam ao usarem o termo ‘experiência’ diz respeito às vivências individuais que decorrem das escolhas, das casualidades, das tradições culturais de suas famílias e comunidade, bem como das dimensões materiais e concretas que marcam suas histórias de vida. Por outro lado, a experiência alcança certa coletividade, na medida em que percebem similitudes entre as suas próprias vivências e às de algumas companheiras dirigentes sindicais, como expressa o seguinte fragmento: “São coisas da experiência pessoal que imagino que seja de interesse, sim, porque acontece com as outras também, de um jeito ou de outro, sempre

acontece, entendeu?” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Inclusive entendem ‘experiência’ em seu caráter formador. Como comentou uma das entrevistadas num dos eventos da CONTAG, a experiência é vivência que marca e ensina: “Sem dúvida, os quatro anos que eu passei aqui formaram, em grande parte, a pessoa que eu sou hoje” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação transcrita do Relatório do III Módulo do Curso de Formação de Mulheres Lideranças Sindicais, CONTAG, 2010). Neste ponto, suas definições se aproximam das ideias de Joan Scott (1998), para quem os sujeitos são constituídos pela experiência.

Ao falarmos de ‘experiência’, é preciso destacar que ela se tornou categoria importante para os estudos feministas, sendo acionada pelas pensadoras feministas como um dos recursos capazes de pautar o reconhecimento das mulheres, no cenário da produção científica, sobretudo, na história. Como nos diz Margareth Rago (1998), por meio dela:

Opera-se uma desierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino-branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica. Aliás, as práticas passam a ser privilegiadas em relação aos sujeitos sociais, num movimento que me parece bastante democratizador. (RAGO, 1998, p. 17).

Voltando à noção de ‘experiência’ proposta por Scott (1998), pode-se dizer que ela é o que procuramos explicar, é o processo de produção de sentidos, no qual os sujeitos constroem a si mesmos. Desse modo, para a autora, há que se historicizar as experiências, bem como a tudo que ela produz, não consistindo em prudência torná-la uma evidência legitimadora. Por isso, a teoria de Scott entende-a como um fazer histórico, ou seja: quem conta a experiência vivida, bem como quem a registra ou escreve sobre ela, são sujeitos marcados por circunstâncias próprias que influenciam suas formas de enxergar e entender o mundo à sua volta. Quebra-se, assim, o paradigma da neutralidade, e passa a ser relevante a condição do sujeito histórico que reproduz a experiência.

Entretanto, o lugar de quem conta e de quem registra não podem ser confundidos. A aproximação estabelecida entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa não podem ocultar os limites da representação autoral. Segundo Bernardino-Costa (2015), o processo de

pesquisa nos instrumentaliza a falar por, mas esta fala não representa fielmente as experiências dos sujeitos da pesquisa: “[...] todo texto é um texto autoral e a coautoria com os sujeitos subalternos é sempre uma tentativa. Jamais uma coautoria plena e sem problemas.” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 25). Para este autor, dentre os motivos que interferem sobre a representação da experiência pesquisada, encontra-se a própria divisão social do trabalho que orienta a pesquisa acadêmica, que impede uma participação igualitária entre pesquisadora e pesquisadas.

Ainda refletindo sobre as contribuições do conceito de experiência para este trabalho, valho-me de outra abordagem proposta por Scott (1998): a experiência como reveladora de personagens apagados e ignorados da história. Assim, trazer para este trabalho as experiências das mulheres jovens dirigentes do sindicalismo rural é uma decisão deliberada, que busca pintar com cores vivas sujeitos que figuram de forma desbotada na história sindical.

1.3 Mulheres, gênero, interseccionalidade e as contribuições dos feminismos pós e decoloniais

Interpelada pela pesquisa de campo, fui organizando as questões centrais presentes nas entrevistas e as teorias que me serviriam de apoio na abordagem destas questões. Neste ponto, ficou nítida, em meio às análises das narrativas das entrevistadas e dos materiais institucionais, a centralidade que assumem no discurso sindical as categorias mulheres e gênero¹⁰.

Ao tratar da organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais, no cenário de um movimento misto, neste caso, a CONTAG – composta por homens e mulheres que integram

¹⁰Estudiosas do feminismo vêm problematizando os limites das categorias mulheres e gênero. Nesse sentido, destaco as contribuições de Sandra Harding (1993) – que argumenta sobre a instabilidade e insuficiência das categorias analíticas feministas como mulheres, patriarcado e gênero, e o desafio de produzir os usos estratégicos destas categorias, para pensar as experiências locais – e de Judith Butler (2003; 2012) – que indaga sobre a constituição dos sujeitos a partir da identificação normativa do sexo binário, propondo abordagens que considerem a performatização expressa nos corpos.

a categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais, pôde-se perceber que o conceito de gênero é bastante difundido nos discursos institucionais¹¹.

A abordagem das relações sociais da perspectiva de gênero contribui para explicitar as relações de poder erguidas a partir das assimetrias históricas entre os sexos e sua influência, e sobre os papéis assumidos pelas mulheres nesta esfera de participação. Do ponto de vista de Scott (1995), as relações de gênero constituem “[...] um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1995, p. 88).

Mulheres trabalhadoras rurais se convertem em uma categoria política que assume importante lugar nas lutas sindicais, a partir dos anos 80. Por meio dela, começa a ganhar lugar no sindicalismo rural, o debate sobre a diversidade que marca a categoria trabalhador rural e, mais que isso, reflexões sobre as relações sociais desiguais que colocam as mulheres em lugar de inferioridade na sociedade.

Ao longo da história sindical, outros marcadores sociais, não apenas os de gênero, vêm (re)construindo a categoria trabalhador rural. A revisão de literatura feita por Adriana Piscitelli (2008)¹² argumenta que o conceito de interseccionalidade pressupõe a existência de interações entre dois ou mais eixos de subordinação. A referência ao termo interação se coloca em contraste com as noções de superposição ou conjunção entre eixos de subordinação. Por esse caminho, reconhece-se a interrelação entre as posições, destacadamente, de gênero, racial, geracional, de classe, orientação sexual e regional, em oposição à sobreposição ou precedência de uma das formas de subordinação sobre a outra (PISCITELLI, 2008. p. 267).

¹¹ Millie Thayer (2001) afirma que o conceito de gênero foi amplamente difundido no Brasil, tanto na academia quanto nos movimentos de mulheres no Brasil (incluindo os das trabalhadoras rurais), na década de 1990, a partir das ideias da norte-americana Joan Scott. Segundo a autora, essa permeabilidade deveu-se, em grande medida, pela influência de agências financiadoras internacionais. Ainda para essa autora, nos contextos dos movimentos sociais rurais, o conceito gênero permitiu maior interlocução dos movimentos de mulheres com os movimentos mistos, bem como a própria participação das mulheres nestas organizações, sobretudo, as sindicais.

¹² Neste artigo, a autora vai recorrer principalmente às ideias de Kimberlé Crenshaw (2002) e Avtar Brah (2011) para abordar o conceito de interseccionalidade.

Por esse caminho, consegui maior amparo teórico para tratar das experiências das mulheres jovens trabalhadoras rurais, de forma a demonstrar a complexidade de questões que as categorias mulher e trabalhadora rural reúnem, inclusive, complexidade que transcende à própria questão geracional.

Guiada pelas teorias de orientação feminista, mantendo coerência com as minhas próprias convicções como pesquisadora e militante, também recorri às ideias das feministas pós-coloniais e decoloniais¹³. Esta decisão pouco óbvia e até mesmo controversa (já que estas autoras lançam fortes críticas às teorias clássicas, incluindo o conceito de gênero) visa complexificar as abordagens sobre o tema, partindo das experiências feministas construídas pelo Sul global¹⁴.

As críticas pós-coloniais e decoloniais em direção às teorias feministas produzidas nos países do Norte devem-se ao fato de interpretarem as relações sociais por uma única base ontológica: a desigualdade de gênero, determinada pelo patriarcado (MOHANTY, 2008). Por este caminho, tais componentes se apresentam como respostas suficientes para explicar as relações desiguais que afetam as mulheres, justificada pelo binarismo que aprofunda a ótica da opressão dos homens sobre as mulheres. Além disso, sugestionam que as mulheres do Sul são vítimas do patriarcado, dado o baixo grau de emancipação, por viverem em países do terceiro mundo (MOHANTY, 2008).

É possível dizer que a crítica se direciona ao chamado “feminismo hegemônico do ocidente” ou “feminismo clássico” (MOHANTY, 2008; SUÁREZ NAVAZ, 2008). Dito de

¹³Como afirma Julian Go (2013), a crítica pós-colonial ganhou lugar como teoria no final da década de 1980, a partir das contribuições de intelectuais asiáticos como Frantz Fanon, Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha. Esta corrente teórica questiona a produção do pensamento universal, elaborado a partir do projeto colonizador pelo qual se cria as bases de uma geopolítica do conhecimento, que submete à posição de subalternidade os povos colonizados. O que convencionamos chamar por teorias decoloniais têm, por referência, a produção do grupo Modernidade/Colonialidade, criado no final dos anos 90, constituído por intelectuais latino-americanos como Walter Dignolo e Aníbal Quijano, que surge a partir do diálogo e crítica com os Estudos Subalternos e Pós-Coloniais.

¹⁴ Segundo Santos y Menezes (2010): “Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global.[...] A quase totalidade deles [dos países que compõem o Sul global] provém do Sul geográfico, da África, da América Latina e da Ásia e, dentro de cada uma destas regiões, posicionam-se do lado do Sul metafórico, ou seja, do lado dos oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista.” (SANTOS y MENEZES, 2010, p. 19-20).

outra maneira, sua intenção é descolonizar as teorias feministas do Norte (BIDASECA, 2014; CURIEL, 2007), que pretendem inserir as mulheres num projeto universalista, marcado pela perspectiva generalizadora de gênero (HERNÁNDEZ CASTILLO, 2008).

Mais do que um contraponto às categorias ‘patriarcado’, ‘relações de gênero’ e aos binarismos delas derivados, a principal crítica das feministas pós-coloniais direciona-se à anulação das circunstâncias vividas pelas mulheres no Sul global, em grande parte determinadas pelas relações coloniais que marcam sua história.

Segundo Chandra Mohanty (2008), o discurso universalista do Ocidente tende a reproduzir imagens binárias e homogeneizantes que, normalmente, vinculam as mulheres do Sul à posição de vítimas, restritas ao espaço doméstico, ao tradicionalismo e à pobreza, em comparação com as mulheres do Norte tidas como livres na relação com seu corpo, autônomas, educadas e modernas. Além disso, define modelos de emancipação, nos termos prescritos pelas mulheres da elite mundial.

Ainda partindo das ideias de Mohanty (2008), é preciso entender as experiências das mulheres trabalhadoras rurais não somente a partir dos paradigmas da desigualdade de gênero e das relações patriarcais. Estas mulheres, sobretudo nos ambientes rurais, são igualmente afetadas por uma trama de relações que têm como marca as experiências coloniais vividas em seus países. A concentração fundiária, que permanece ainda hoje no Brasil, é um exemplo forte das marcas deixadas pelo processo de colonização. Analisar apenas pelo viés das assimetrias de gênero os limites de acesso a terra por parte das trabalhadoras rurais é reduzir a complexidade deste fenômeno. Sendo assim, se as chaves interpretativas não podem negar as relações de gênero, tampouco devem reduzir-se a elas.

Recorrendo às pensadoras decoloniais como Rosalva Castillo (2008) e Liliana Navaz (2008), suas ideias propõem análises que abarquem as variadas dimensões que influenciam as experiências individuais e coletivas vividas pelas mulheres do Sul, de forma a colocá-las numa posição relevante na produção do conhecimento, livres de estigmatizações e exotizações.

Como defende Sandra Harding (1987), o feminismo como campo teórico deve examinar as variadas fontes de poder social, ampliar sua capacidade de

construir epistemologias e metodologias capazes de compreender as diferentes experiências das mulheres (fora dos esquemas universais) e sua coexistência. Dessa forma, mais do que abordar as questões das mulheres, é preciso superar as injustas escalas, que buscam hierarquizar os conhecimentos por elas produzidos, estabelecendo quais os modos de vida existentes no globo são mais e menos relevantes.

Nesse contexto, vale problematizar as aproximações estabelecidas entre as mulheres sindicalistas e as ideias feministas. Embora os conteúdos que compõem os materiais institucionais, os cursos de formação, os discursos das dirigentes, as parcerias firmadas com movimentos e lideranças feministas e outras iniciativas desenvolvidas pelas mulheres no sindicalismo rural expressem uma orientação feminista – em seu alinhamento com a ideia de que há diferentes formas de discriminação, exclusão, violência que recaem sobre as mulheres, decorrentes da cultura patriarcal e machista que formam a nossa sociedade ocidental, e que todas estas formas precisam ser combatidas e superadas – há tensões conceituais e práticas que circundam a relação entre as experiências das mulheres trabalhadoras rurais e o feminismo.

Segundo Maria Ignez Paulilo (2004), a agenda feminista historicamente tem se pautado pelo binarismo público *x* privado, produtivo *x* reprodutivo. Mais do que a identificação de dois polos distintos, há uma tendência a afirmar a inserção das mulheres nas esferas produtiva e pública como via ideal para a sua emancipação.

Quando nos debruçamos sobre as experiências de vida das mulheres trabalhadoras rurais, vemos dois principais pontos de tensão com as ideias feministas hegemônicas: a fronteira entre o trabalho produtivo e reprodutivo e a afirmação das mulheres com a natureza (Paulilo, 2004; 2010).

Os trabalhos na lavoura e no entorno da casa (onde se criam os pequenos animais, produzem hortaliças, ervas medicinais e cuidado com as árvores frutíferas), ambos assumidos pelas mulheres (assim como o trabalho doméstico), geram tanto renda quanto as condições de cuidado com a família – alimento saudável, plantas usadas para curar enfermidades, etc. Dessa forma, nos cenários rurais, o espaço da casa não é apenas o ambiente das atividades domésticas, mas também do trabalho produtivo exercido pelas mulheres trabalhadoras rurais, embora sob os estigmas da invisibilidade e desvalorização.

O segundo ponto de tensão diz respeito à relação mulher *x* natureza. Para a pesquisadora (Paulilo, 2010), enquanto o feminismo clássico busca afirmar sua separação – como estratégia para superar as análises biológicas, que conferem às mulheres as competências natas da maternidade e manutenção da família – sua pesquisa identificou a afirmação pelos movimentos de mulheres inseridos em contextos rurais, da relação entre as trabalhadoras rurais e a natureza, como sugere o fragmento seguinte:

[...] as agricultoras identificam o ato de plantar, colher e dar à luz a novos seres humanos como um dos principais esteios da sobrevivência do planeta Terra, identificando assim a mulher com uma natureza normativa que tem como fundamento a igualdade e o livre acesso aos direitos humanos. (Paulilo, 2010, p. 933).

Essa concepção dá sentido às pautas em defesa da conservação da biodiversidade e da agroecologia, amplamente difundidas por este movimento. Mais do que isso, tais pautas se aliam ao entendimento de que igualdade social é condição natural da humanidade, o que justifica a luta por relações mais solidárias e o fim de qualquer tipo de desigualdade (Paulilo, 2010).

As abordagens há pouco mencionadas revelam alguns pontos de desencaixe das experiências das mulheres trabalhadoras rurais diante de algumas correntes feministas. Por outro lado, as relações próprias de um espaço de participação composto por homens e mulheres, como o sindical, agregam outras tensões quanto à ampla adesão às ideias do feminismo.

Diante dessas questões, preciso demarcar que as ideias feministas orientadoras deste trabalho são resultado da minha posição como mulher, militante e pesquisadora, não se constituindo uma escolha genuinamente balizada pelas interconexões estabelecidas entre as mulheres do movimento sindical e o feminismo. Mesmo reconhecendo-as como importantes lutadoras das causas feministas, por sua indignação e ação contra todas as formas de subordinação vivida pelas mulheres, percebi que a afirmação, por parte delas, das posições feministas, não mereceram destaque em suas narrativas.

Mais do que expor tais questões, quero assinalar a existência de um campo de pesquisa que merece ser mais amplamente desbravado, que se refere à compreensão da relação entre feminismo e as mulheres trabalhadoras rurais, sobretudo no que se refere aos movimentos sociais do campo.

Em consonância com os elementos até aqui apresentados, quero reafirmar que recorro às ideias feministas, especialmente as que se inserem nas abordagens pós e decoloniais, por reconhecer nelas a possibilidade de tornar visível as experiências das mulheres jovens trabalhadoras rurais, contribuindo para a produção de análises atentas e críticas aos ‘encaixes’ impostos pelas epistemologias hegemônicas. São estes os esforços que pretendo perseguir nas linhas que se seguem.

1.4 O debate geracional e a categoria juventude

Outro conceito acionado nesta dissertação diz respeito à noção de gerações proposta por Karl Mannheim. Este autor constrói uma importante virada teórica nas pesquisas sobre o tema, na medida em que reforça a importância de os estudos geracionais apoiarem-se nas dimensões sócio-históricas. Questionador das ideias presentes nas correntes positivistas, pautadas por uma visão de geração como algo padrão, determinado pelos componentes biológico e temporal, Mannheim assume o problema geracional como algo não mensurável, ou seja, fixado por idades.

Para este autor, a dimensão biológica cumpre apenas o papel de renovar os indivíduos. São os contextos sócio-históricos aspectos de maior relevância para compreender e analisar os fenômenos geracionais vivenciados em sociedade.

Dessa maneira, mais do que predefinir determinado grupo de indivíduos como parte de uma mesma geração, por possuírem o mesmo intervalo etário, é preciso analisar os contextos sócio-históricos que permitem a aglutinação de sujeitos em torno de ideias consonantes semelhantes.

Mannheim adere as ideias de pensadores históricos românticos como Pinder, cujo postulado se expressava na noção de não contemporaneidade dos contemporâneos: “Varias generaciones viven en el mismo tiempo cronológico. Pero como el único tiempo verdadero es el tiempo vivencial, se puede decir propriamente que todas viven en un tiempo interior que em lo cualitativo es plenamente diferente a los otros”. (MANNHEIM, 1993, p. 200). O fato de compartilharem uma mesma idade ou uma contemporaneidade cronológica, não seria

suficiente para a criação de grupos concretos (WELLER, 2007; MOTTA & WELLER, 2010). É neste ponto que Mannheim reitera o lugar sócio-histórico, ocupado pelos indivíduos, como elemento fundamental para pensar o fenômeno geracional, interpretando este fenômeno social de maneira mais complexa.

Assim, não é necessariamente a idade que produz grupos concretos¹⁵, mas uma rede complexa de relações vivenciadas em contexto, destacadamente as reproduzidas pela posição geracional¹⁶.

Para Mannheim, posição diz respeito às características naturais ou condicionadas pelas relações sociais, culturais e econômicas que marcam os indivíduos. Estas posições influenciam o lugar que os indivíduos, particular e coletivamente, ocupam dentro da vida social, restringindo ou abrindo um grande número de modalidades, formas de vivência, pensamento, sentimentos e ação que são possíveis. O autor nos alerta ainda para o fato de que as afinidades e semelhanças compartilhadas por indivíduos de uma mesma posição geracional produzem o que ele chama de conexões geracionais, elementos que permitem o aprofundamento dos vínculos. É neste ponto que as posições de classe e de geração guardam algo em comum, devido à posição específica vivida pelos indivíduos afetados por elas no aspecto sócio-histórico, permitindo, desse modo, maiores conexões com seus pares.

É preciso considerar, no caso desta pesquisa, que as posições geracionais e de classe favoreceram a aglutinação de sujeitos em torno da categoria juventude trabalhadora rural, num contexto onde passou a se estabelecer no Brasil (em consonância com as iniciativas internacionais) a definição de uma nova categoria política, a categoria juventude, a partir dos anos 80.

¹⁵Vale destacar que o interesse de Karl Mannheim, quanto ao problema das gerações, não residia na formação de grupos concretos, mas nas intenções primárias e vontades coletivas que o fenômeno geracional tende a reproduzir na sociedade.

¹⁶Embora meu enfoque oriente-se pelo conceito de “posição” abordado por Mannheim, é importante frisar que sua teoria não se limita a este conceito. O autor articula em sua análise três conceitos centrais: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. (MANNHEIM, 1993; WELLER, 2007; MOTTA & e WELLER, 2010).

No contexto sindical, como aprofundaremos nos capítulos seguintes, a presença, de forma mais contundente, da juventude trabalhadora rural se expressa no final dos anos 90. Deste período até hoje, diferentes gerações de jovens se sucederam nas esferas sindicais, propondo iniciativas que visavam responder aos desafios colocados por determinado contexto e por suas posições de geração, classe, gênero, raça, dentre outras. Entretanto, os caminhos trilhados igualmente se entrecruzam com o de outras gerações de dirigentes. É a partir da coexistência de múltiplos sujeitos, contextos e posições que a teoria das gerações propostas por Mannheim pode nos ajudar a compreender o objeto de análise colocado por esta dissertação.

2 PORQUE A LUTA NÃO É SÓ DOS COMPANHEIROS – ORGANIZAÇÃO E LUTA DA MULHERES E JOVENS TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS NA CONTAG

Este capítulo se dedica a explicitar à leitora e ao leitor um pouco da história de cinquenta anos da CONTAG, salientando os processos de organização das mulheres trabalhadoras rurais emergentes na década de 1980 e da juventude trabalhadora rural que irrompem no final dos anos 90. Torna-se oportuno assinalar que não se pretende, neste capítulo, reconstruir, em detalhes, a história cinquentenária da CONTAG que, dado o seu volume, conformaria outro tema de pesquisa, exigindo esforços equivalentes ao dedicado aos objetivos desta dissertação. Além disso, algumas pesquisadoras e pesquisadores já se dedicaram a este importante debate (MEDEIROS, 1989; MEDEIROS, 1997; COSTA, 1996; SILVA, 2006; RICCI, 2009); elas e eles são minhas referências para esta análise. Assim, a intenção é resgatar aspectos históricos relevantes para melhor compreender a CONTAG e como nela vem se desenvolvendo o processo de organização e participação das mulheres trabalhadoras rurais, especialmente das jovens.

Num contexto em que as análises sociológicas colocam em relevo as novas formas de organização política e social (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004; GOHN, 2011; SCHERER-WARREN, 2014), confluindo para conclusões sobre a crise das tradicionais estruturas organizativas, dentre elas, as sindicais, é, no mínimo, desafiador estruturar uma pesquisa que se referencia nos sujeitos políticos que fazem o sindicalismo rural. Por outro lado, segue como papel da sociologia analisar as variadas relações societárias estabelecidas, e, mais que isso, a problematização das condições de coexistência dessa diversidade de movimentos e formas de organização social.

Antes de enveredarmos, propriamente, pelos caminhos que remontam à história do sindicalismo rural, é oportuno entender qual o volume assumido pelo sistema CONTAG¹⁷,

¹⁷ A expressão ‘sistema CONTAG’ é usualmente utilizada para denominar conjunto de entidades e estruturas (sindicatos, delegacias sindicais, polos sindicais e federações) de atuação municipal, microrregional e estadual, vinculadas à Confederação. No universo do sindicalismo rural, é mais comum fazer referência ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que se apresenta como um termo equivalente.

quando consideramos a estrutura sindical brasileira. Segundo dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (CNES/MTE), extraídos do artigo de Campos (2016), havia naquele ano 16.491 organizações de representação de interesses econômicos e profissionais no Brasil, das quais 11.240 de representação das(os) trabalhadoras(es) e 5.251 das(os) empregadoras(es). Deste total, 15.892 são sindicatos; 549, federações; 43 confederações e sete centrais sindicais.

Quando nos referimos aos sindicatos de representação de trabalhadoras(es), que equivalem ao número de 10.817 entidades, a partir das informações do CNES/MTE, vê-se que 73,8% deles dedicam-se às(aos) trabalhadoras(es) urbanas e 26,2% às(aos) trabalhadoras(es) rurais¹⁸. Tais dados revelam que estamos nos referindo, em termos numéricos, à maior estrutura sindical do Brasil (RICCI, 2009), principalmente quando consideramos o fenômeno de concentração populacional nas cidades.

Um dos fatores que contribuem para dimensões tão volumosas, mesmo diante da dita crise contemporânea do sindicalismo¹⁹, diz respeito ao binômio: unicidade sindical e imposto sindical (FAVARETO, 2007). Por meio do princípio da unicidade, reafirmado pela Constituição Federal de 1988, é vetada a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Em outras palavras, a legislação assegura a existência de um único sindicato, federação e confederação de trabalhadores rurais nos níveis municipal,

¹⁸ Vale destacar que a pesquisa de Campos não evidencia quais parâmetros foram utilizados para a identificação desses números, uma vez que no período recente os critérios de definição da categoria trabalhadora rural vêm se complexificando, dadas as jurisprudências produzidas pelo judiciário brasileiro, segundo às quais se entende que trabalhadora rural é categoria eclética, que abarca variadas atividades profissionais, incluindo agricultoras(es) familiares, empregadas(os) rurais, motoristas de empresa de produção agrícola, etc. Outra informação importante é que as estatísticas apresentadas se referem a sindicatos que se encontram regulares no CNES/MTE, portando sua carta sindical. Estão excluídos destes números as entidades que ainda estão em processo de registro, embora estejam atuando na representação de sua base territorial. Assim, segundo dados da Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG, estão filiados a ela, aproximadamente, quatro mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e vinte e sete Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs).

¹⁹ Para Cardoso (2015), o debate da crise do sindicalismo deve ser refletido desde a perspectiva das relações globalizadas de mercado de trabalho, da crise econômica mundial e do ambiente de descrédito sobre as instituições tradicionais. Entretanto, a despeito dos baixos índices de filiação sindical e limitado impacto das ações coletivas empreendidas pelos movimentos sindicais, o autor enxerga que a ação sindical continua demonstrando eficiência, sobretudo no que diz respeito às negociações coletivas.

estadual e federal, respectivamente²⁰. Além disso, as contribuições sindicais têm permitido a sustentação e autonomia financeira do sindicalismo.

Aliado à unicidade sindical, está a própria caracterização da categoria trabalhadora rural, conceito aglutinador de uma diversidade de identidades e relações de trabalho produzidas nos territórios rurais, incluindo desde trabalhadores empregados (formal e informalmente), proprietários de terra (contratantes ou não de mão de obra), usufrutuários de terras de terceiros, assentados dos programas de reforma agrária, pescadores, etc. Todos estes elementos combinados cumpriram um importante papel para conferir ao sistema CONTAG tal alcance.

Agrego, aos argumentos já apresentados, a visão de Ricci (2009) que justifica o gigantismo do sistema CONTAG por dois caminhos: a) a partir da construção de acordos entre as variadas correntes de pensamento que compunham o sindicalismo; b) por meio de uma atuação pautada nos limites da lei:

[...] criaram [os dirigentes e assessores da CONTAG] uma rede de lealdades no interior do sistema sindical, envolvendo sindicatos de trabalhadores rurais, federações e confederação, e adotaram uma linha legalista, nunca superando a margem dos direitos garantidos em lei, mesmo no período mais duro do regime militar. Esse ideário fundou uma gigantesca estrutura sindical que, entre 1971 e 1980, gerou mais de 1.200 STRs (RICCI, 2009, p. 327).

Do ponto de vista das bandeiras de luta centrais erguidas pelo sistema CONTAG, a defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas é mencionada de forma unânime entre as obras das autoras e autores que debatem o tema (RICCI, 2009; FAVARETO, 2007; MEDEIROS, 1989). Entretanto, há de se considerar que, ao longo dos mais de cinquenta anos de existência da CONTAG, as estratégias de atuação vêm se reconfigurando. Além disso, os fenômenos da reestruturação produtiva²¹ (SCHNEIDER, 1999; 2003) que afetaram

²⁰O judiciário brasileiro vem entendendo que ‘trabalhador(a) rural’ é uma categoria eclética, ou seja, composta por diferentes segmentos, destacadamente os(as) agricultores(as) familiares e assalariados(as) rurais, e, por ser eclética, a constituição de organizações sindicais específicas não fere o princípio de unicidade sindical. Dessa forma, a autorização, pelo judiciário, da criação de sindicatos, federações e confederações de assalariados(as) rurais e agricultores(as) familiares, dentre outros, fez com que a CONTAG iniciasse os processos de representação específica da agricultura familiar, alterando seus estatutos, solicitando novo registro sindical e orientando as entidades, a ela filiadas, a tomarem as mesmas medidas.

²¹ Em sua obra *Agricultura Familiar e Pluriatividade*, o professor Sérgio Schneider (1999; 2003) tece análises sobre diferentes vertentes teóricas, dentre elas a que se embasa no conceito de reestruturação produtiva, para

sobremaneira as relações de trabalho no campo, a emergência de uma multiplicidade de categorias políticas e até mesmo de novos movimentos sociais (GOHN, 2011) nos territórios rurais, exigiram a incorporação pelo sindicalismo de novas pautas e práticas políticas. Assim, dentre outras questões, ganha lugar nas esferas sindicais as discussões e ações em torno da igualdade de oportunidades para a participação das mulheres e da juventude, aspectos que serão melhor analisados nos tópicos que integram este capítulo.

Para desembocarmos nas discussões a respeito das lutas, formas de organização e participação das mulheres e da juventude no sindicalismo rural, vamos partir das versões produzidas pela literatura disponível, a respeito das origens e dos primeiros passos da história da CONTAG.

2.1 Sobre as origens e rumos do sindicalismo rural: versões sobre a história da CONTAG

A origem da CONTAG bebe na fonte das ações coletivas instaladas no campo brasileiro e intensificadas nos anos 60²². A entidade foi fundada em 22 de dezembro de 1963, e reconhecida pelo Ministério do Trabalho em janeiro do ano seguinte (1964), três décadas após a aprovação da legislação que regula a criação de sindicatos no Brasil²³.

Ricci (2009) defende que esse reconhecimento tardio das estruturas sindicais de representação da categoria trabalhadora rural deve-se, em grande medida, ao poder exercido pelo patronato rural sobre as decisões estatais. Mesmo sendo o reconhecimento dos

analisar os impactos que as relações capitalistas, no meio rural, causaram sobre as dinâmicas da agricultura familiar, evidenciando-se a pluriatividade.

²² Silva (2006) adota o termo *lutas pré-sindicais* para denominar as ações coletivas ocorridas nesse período, entre as quais se destacam: a estruturação das colônias pelos imigrantes europeus, de orientação anarquista, que trabalhavam nas fazendas do Sul e Sudeste do Brasil; a associação dos posseiros que foram desapropriados pela construção da rodovia Rio-Bahia; as lutas dos posseiros residentes no norte de Goiás, que culminou com a constituição da Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso; a resistência dos trabalhadores do engenho Galileia, em Pernambuco, que originou as Ligas Camponesas.

²³ As legislações sancionadas pelo governo de Getúlio Vargas, a partir do ano de 1931, dentre elas, a Lei da Sindicalização (decreto 19.770, de 19 de março de 1931) e a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

sindicatos uma estratégia do governo varguista (assimilada igualmente pelos governos sucessores) para exercer seu controle e influência sobre as organizações de trabalhadores, ainda assim a elite agrária nacional interferiu o quanto pôde, para inviabilizar ou, ao menos, retardar a criação das estruturas sindicais.

Uma diversidade de formas de trabalho no meio rural se evidencia no período, produzindo demandas e formas de lutas específicas, dentre as quais se destacam: a) trabalhadores das grandes plantações²⁴ que, por meio de greves, pautavam melhores remuneração e condições de trabalho; b) arrendatários, meeiros, parceiros²⁵, os quais reivindicavam redução das taxas de arrendamento e a permanência nas terras em que produziam (já que muitas vezes eram expulsos depois da formação de pastos e outras benfeitorias); c) e posseiros²⁶, que viviam situações de conflito com os fazendeiros grileiros de terras. Tais cenários geraram formas de organização desses segmentos, dentre elas, as Ligas Camponesas – de forte atuação no Nordeste –, as associações civis e os próprios sindicatos.

Esse processo de organização de trabalhadores do campo foi influenciado, principalmente, por dois importantes atores políticos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica. Além destes, identicamente se moveram nesta base de influência os setores alinhados com o governo Goulart.

Com a sanção, em 1962, da legislação que regula a sindicalização rural (Portaria 209-A, de 25/06/62) e, no ano seguinte, do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei Nº 4.214, DE 02/03/1963), intensificou-se a corrida em torno da criação de sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil. Tal processo passou a ser fortemente assumido pela União de Lavradores e

²⁴ Regidos por um regime de trabalho próximo ao que chamamos de assalariados rurais, por receberem algum tipo de remuneração, mas diferenciados por relações mais complexas, como a combinação do cultivo de produtos comerciais e de subsistência, os vínculos com os donos das terras por laços pessoais – a exemplo do apadrinhamento de filhos – e de dependência quanto ao acesso a materiais e serviços básicos – como medicação, alimentos, etc. (MEDEIROS, 1989).

²⁵ Categorias que trabalhavam nas terras de terceiros, entregando a estes uma parte do que produziam, em geral, metade de toda a produção (MEDEIROS, 1989).

²⁶ Trabalhadoras e trabalhadores que adquiriram a posse da terra diante das medidas de estímulo à expansão da fronteira agrícola no país (MEDEIROS, 1989).

Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)²⁷, que contava com grande influência do Partido Comunista Brasileiro, e por grupos vinculados à Igreja Católica, como a Ação Popular (originada de correntes progressistas) e as tendências ligadas a Dom Eugênio Salles (de posição mais conservadora). Estes grupos buscavam ampliar sua influência sobre as estruturas sindicais, principalmente sobre as diretorias das federações e da Confederação (COSTA, 1996).

A composição que deu origem à primeira diretoria da CONTAG expressa bem a diversidade e a influência de grupos políticos envolvidos na edificação do sindicalismo rural. A Assembleia de dezembro de 1963²⁸, que fundou a CONTAG, elegeu uma diretoria composta pelas diferentes forças envolvidas na construção do sindicalismo rural, e vinculou-a à ULTAB (que ocupou a Presidência, na pessoa de Lyndolpho Silva), à Ação Popular e a outros setores da Igreja Católica (COSTA, 1996).

Segundo Leonilde Medeiros (1995), o plano de ação definido pela CONTAG em 64 aproximou-se mais da missão de pôr em marcha os grandes desafios apontados pelo Congresso de Belo Horizonte²⁹ (de forte orientação comunista), do que propriamente de uma agenda de pretensões inovadoras, como demonstra a seguinte citação:

O plano de ação da CONTAG para 1964 compreendia a continuidade do trabalho de formação e reconhecimento de sindicatos e federações; realização de cursos de capacitação dos dirigentes sindicais; assistência urgente às federações, ajudando-as na elaboração de seus planos de trabalho. Nesse sentido, propunha-se a utilizar todos os meios de divulgação possíveis para difundir o sindicalismo. No que diz respeito às reivindicações, demandava a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente dos itens que se referiam à carteira profissional, à taxa de habitação, ao conselho arbitral, ao imposto sindical; a aplicação da previdência social já regulamentada, com extensão do salário-família

²⁷ Criada em 1954, durante a realização da II Conferência Nacional dos Lavradores, a ULTAB tinha por objetivo aglutinar as organizações de trabalhadores existentes no país. A entidade teve forte influência do Partido Comunista Brasileiro (MEDEIROS, 1989; COSTA, 1996).

²⁸ Houve duas tentativas anteriores de criação da CONTAG, ambas mobilizadas pelos setores mais conservadores da Igreja Católica, a primeira delas realizada em Natal-RN, no mês de julho de 1963, e a segunda em Recife-PE, em outubro do mesmo ano. Entretanto, não lograram êxito, em virtude dos questionamentos apresentados, sobretudo da ULTAB, a respeito da representatividade dessas assembleias, uma vez que os seus processos de mobilização foram direcionados às organizações vinculadas à Igreja (MEDEIROS, 1989; COSTA, 1996).

²⁹ O Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ademais conhecido como Congresso de Belo Horizonte, foi realizado em 1961. Contou com a participação de aproximadamente 1.400 delegados articulados pelas Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) e Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), forte na região Sul do país. No centro dos debates deste Congresso, estavam a luta pela reforma agrária e a organização sindical da categoria (CONTAG, 2002).

ao trabalhador do campo, efetiva aplicação do salário mínimo e luta por aumento de salário, liquidação do rezoneamento e aumento do nível do atual salário mínimo; preço mínimo compensador na fonte de produção, baixa das taxas de arrendamento e sua regulamentação, extinção dos despejos e plantio de capim nas terras de cultura, título de posse aos "*posseiros*", levantamento das áreas de posse que estavam em atrito para tomada de medidas de proteção dos verdadeiros "*posseiros*", plano de instalação, por parte do governo, em convênio com os municípios, de escolas agrícolas profissionais, impulsionamento da alfabetização, através dos vários métodos existentes, colaborando e exigindo, dos órgãos governamentais e particulares competentes, sua realização; estímulo ao cooperativismo, exigindo dos poderes públicos ajuda e aplicação das verbas para esse fim, etc. No que se refere à reforma agrária, a CONTAG propunha-se a adotar as resoluções do Congresso de Belo Horizonte. (MEDEIROS, 1995, p. 193).

Entretanto, o curso desse plano de ações foi inviabilizado pelo golpe militar instalado em abril de 1964. A partir daí, a CONTAG sofre intervenção, passando a ter um presidente indicado pelos militares. Seguiu-se um período de refluxo em relação aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, marcado pela repressão aos sindicatos, ligas e associações rurais, além das prisões, torturas e desaparecimentos das lideranças sindicais. É também durante o governo militar que alguns projetos são aprovados, como o próprio Estatuto da Terra que, se por um lado, buscava dar respostas à demanda por reforma agrária, por outro, davam-nas incorporando, em grande medida, aos interesses da elite ruralista³⁰.

Para Medeiros (1989), os militares não intencionavam pôr um fim ao sindicalismo. Toda a estratégia de desmonte, que incluía a indicação de interventores, fechamento de sindicatos e cassação das cartas sindicais, estava a serviço do realinhamento dessas estruturas com os interesses do governo militar, movimentação que contou com o suporte de alguns setores da Igreja Católica.

Em 1967, novas eleições para a diretoria da CONTAG são convocadas. Ganha, por um voto, a chapa de oposição ao governo militar, presidida por José Francisco³¹, liderança sindical pernambucana. Nos documentos produzidos pela CONTAG, que tratam deste período histórico, tal momento é denominado "a retomada da CONTAG pelos trabalhadores", e narrado como um marco representativo da resistência de classe. Há de se

³⁰ Dentre os estudos recentes sobre o processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, destaco a dissertação de mestrado: SILVA, Jean Michel Moreira da. O Estatuto da Terra: a construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-militar. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2015.

³¹ "José Francisco, formado nos programas do Movimento de Evangelização Rural, foi um dos fundadores do sindicato de Vicência, na Mata Norte [de Pernambuco]." (ROSA, 2011, p. 78).

considerar que, mesmo diante desta retomada, a ação sindical permaneceu bastante cautelosa. Sobre este tema, Medeiros (1989) nos diz que:

Uma atuação mais combativa do sindicato imediatamente se traduzia em uma possibilidade de intervenção, prisões, e mesmo repressão policial aberta. É dentro desse quadro que se gera um determinado tipo de dirigente sindical, caracterizado pela ação prudente, que não desafiava o Estado. (MEDEIROS, 1989, p. 94).

O longo período de governo militar influenciou no modo de atuação sindical, que adotou uma orientação legalista. Por parte da CONTAG, a defesa dos direitos à reforma agrária e previdência social dava-se nos termos das legislações vigentes. Acionavam-se os meios judiciários nos casos de descumprimento, pelos patrões, dos direitos previstos no Estatuto do Trabalhador Rural, bem como recorriam-se às instâncias do executivo federal, incluindo o presidente da república, para fazer valer as medidas que compunham o Estatuto da Terra. Tal direcionamento da ação sindical exigiu que a CONTAG, juntamente com suas federações e sindicatos, investisse em assessorias jurídicas para dar conta dos conflitos.

Outra relevante estratégia de ação desenvolvida pela CONTAG após a retomada dizia respeito à divulgação dos direitos e fortalecimento da organização sindical para o alcance de novas conquistas; para isso, investiu-se na produção de materiais que chegassem o mais próximo possível das federações, sindicatos e trabalhadoras(es), a exemplo do boletim *O Trabalhador Rural*.

Se, por um lado, a criação em 1971 do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural³² promoveu melhores bases para a implementação da previdência rural, por outro, funcionou como um mecanismo de governo voltado ao esvaziamento do papel reivindicativo do sindicato. Por meio do FUNRURAL, os sindicatos passaram a ser estimulados a executar ações de assistência social, como a fornecimento de serviços médicos, odontológicos, etc. O que exigiu maior fôlego das FETAGs e CONTAG, no sentido de orientar sua base, para que as conquistas da previdência social, conseguidas a partir da luta, não fragilizassem a ação sindical, reduzindo-a ao assistencialismo e à inércia (MEDEIROS, 1989; RICCI, 2009).

³² A partir as alterações previstas pela Constituição de 1988, a respeito da assistência e previdência social, cria-se o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), por meio da Lei nº 8.540/92, tendo com o objetivo subsidiar o pagamento dos benefícios assistenciais aos trabalhadores rurais.

Outros tempos políticos se sucederam, lançando novos desafios para a organização sindical. É no final dos anos 1970 que a sociedade brasileira recomeça a se manifestar eleitoral e sindicalmente (CAPPELLIN, 1994).

É ainda nesse período que surgem estratégias de luta de forte expressão na história da organização sindical conhecidas, na linguagem do movimento, como ‘campanhas salariais’. A primeira campanha salarial ocorreu em outubro de 1979, coordenada pela Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco (FETAPE), fazendo parte ainda na atualidade do repertório de luta sindical, logicamente, adotando outras dinâmicas. As campanhas ou greves dos canavieiros de Pernambuco são entendidas por Rosa (2011a) como uma fórmula que combinava a elaboração de pauta de reivindicação e sua aprovação pela Assembleia de Trabalhadores e a instalação da greve, em caso de recusa por parte dos empregadores. Elas marcaram esta nova forma de luta dos assalariados rurais:

A base das greves em Pernambuco foram os trabalhadores permanentes, “fichados”, justamente os mais organizados do ponto de vista sindical. No entanto, suas possibilidades de êxito envolviam a participação do contingente de “clandestinos”, sem vínculo empregatício e até mesmo o apoio dos pequenos produtores do agreste que, nessa época do ano, vem participando do corte de cana como uma forma de aumentar seus rendimentos. Dessa forma, os sindicatos se viram levados a ampliar seu trabalho para segmentos onde, até então, sua ação fora precária.

[...] Além das demandas salariais, a pauta também incorporou a velha reivindicação do direito a terra, por intermédio da lei dos 2 hectares ou “lei do sítio”, bem como uma série de outras, referentes a cláusulas já presentes na legislação, mas sistematicamente desrespeitadas pelos patrões como férias, repouso remunerado, fornecimento de ferramentas necessárias à execução de tarefas, equipamento de proteção contra acidentes de trabalho, adicional de insalubridade nos casos pertinentes, obrigatoriedade da assinatura da carteira de trabalho, de escola primária em toda propriedade que tivesse mais de 50 famílias de trabalhadores, etc. (MEDEIROS, 1989, p. 124).

Elas se converteram num modelo de ação sindical, tornaram-se exemplo para o conjunto das organizações sindicais do sistema CONTAG e demarcaram a sua força na sociedade. Este modelo de mobilização, que chegou a envolver mais de 240 mil trabalhadores rurais, foi marcado por dois aspectos importantes: o primeiro deles refere-se à forte articulação entre a Federação de Pernambuco e a CONTAG para desenvolvimento destas ações; e o segundo, ao respeito aos parâmetros legais que orientaram a sua condução (MEDEIROS, 1989; ROSA, 2011a).

A pesquisadora Paola Cappellin (1994) reconhece uma unanimidade no campo dos estudos sobre o sindicalismo no Brasil, quando se referem às décadas de 70 e 80, vistas como momento de superação do “imobilismo das tradicionais organizações sindicais”. A luta sindical da cidade e do campo se reinventa tanto na sua relação com o Estado e o setor privado, quanto no exercício da crítica interna. Exemplo disso são as novas reivindicações pela redução da jornada de trabalho, os boicotes e paralisações aos estabelecimentos industriais, o questionamento às práticas sindicais assistencialistas, hierárquicas e corporativistas.

Nesse período, o sindicalismo rural da CONTAG se inseriu nas lutas por eleições diretas e pela elaboração e aprovação da Constituição federal, promulgada em 1988. A atuação desdobrou-se ora no sentido do convencimento de trabalhadores rurais para o voto em representantes de confiança, candidatos à Assembleia Constituinte, ora no *lobbying* parlamentar, para que o texto constitucional incluísse propostas de interesse da categoria como a reforma agrária (assegurando novas conquistas ou, no mínimo, referendando as condições já previstas no Estatuto da Terra) e a equiparação dos direitos trabalhistas e previdenciários, já vigentes para os trabalhadores urbanos, aos rurais. Sobre este tema, Medeiros (1989) salienta que a atuação da CONTAG na defesa da Constituinte permaneceu orientada pelos limites legais da negociação e incidência no contexto dos espaços oficiais:

[...] a parcela majoritária do sindicalismo rural hegemônico pela Contag levou até o limite sua concepção de que a participação em órgãos no interior do aparelho do Estado poderia ampliar brechas de atuação aliada à tese de que qualquer atitude mais direta de confronto poderia colocar em risco os interesses dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989, p. 204).

Eclodem, do mesmo modo, na década de 1980, movimentos de afirmação de categorias políticas até então invisibilizadas nos territórios rurais, dentre os quais podemos destacar o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Camponesas – gérmen da criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR Nordeste) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) –, a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Eles passam a demandar maior visibilidade às questões pautadas pelos grupos sociais que representam (pouco considerados não só pelo Estado, mas pelas próprias entidades sindicais), bem como a inovar do ponto de vista das práticas organizacionais e estratégias de

luta política, dentre as quais podemos salientar a horizontalidade das relações institucionais e o desenvolvimento de um jeito de fazer a luta por terra, denominada pela pesquisadora Lígia Sigaud (2009) como *forma acampamento*³³.

Segundo Favareto (2006), a consolidação da institucionalidade democrática, nos anos 80, favoreceu a expansão e o fortalecimento da organização sindical na cidade e no campo. O grande número de greves realizadas e a fundação de centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – criada em 1983, figuram como iniciativas de significativo impacto no período.

Vale destacar que, desde os anos 70, identifica-se no Brasil um movimento gestado no sindicalismo urbano e que mais tarde se expande para o campo rural, denominado ‘novo sindicalismo’, compreendido como “[...] vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados.” (FAVARETO, 2006, p. 29).

O “novo sindicalismo”, como o próprio nome anuncia, produz rupturas com as velhas práticas sindicais corporativas, legalistas e subservientes ao Estado. Segundo Vilenia Aguiar (2015):

Surgido no final dos anos 70, o movimento de oposições sindicais, propondo um *novo sindicalismo*, criticava a estrutura sindical corporativista, implementada a partir da década de 1930, e questionava a atuação dos sindicatos oficiais e sua tutela pelo Ministério do Trabalho. No meio rural, as oposições surgem fazendo uma forte crítica à estrutura sindical oficial capitaneada pela Contag, considerando-a como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores. A definição e a afirmação deste “novo” modelo foi dada em oposição ao sindicalismo do passado, caracterizado como “assistencial”, “populista”, “burocrático”, “pelego” ou, o que também se convencionou chamar, “atrelado.” (AGUIAR, 2015, p. 65, grifos da autora).

³³ A *forma acampamento* pode ser entendida como jeito de fazer ocupações de terra baseado em “[...] técnicas ritualizadas de realizar ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo como a bandeira e a lona preta.” (SIGAUD, 2009, p. 58). Um importante representante deste novo jeito de reivindicar terra no Brasil é o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A Contag, influenciada pelo autoritarismo do regime militar, estruturou sua ação política numa cultura sindical marcada pela prudência nas ações e respeito ao limite das leis, as respostas aos conflitos instalados sempre conduzidas pela via administrativa (AGUIAR, 2015; FAVARETO, 2006). Desse modo, os princípios que orientavam a prática política da CONTAG eram duramente questionados pela abordagem do novo sindicalismo, que se materializava a partir das oposições sindicais.

A constituição do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, em 1988, potencializou as oposições sindicais, criando melhores condições para a definição de estratégias de incidência sobre as estruturas vinculadas à CONTAG, dentre as principais, se destacam: a) a disputa dos cargos de diretoria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, por meio de apresentação de candidaturas nos processos eleitorais; b) a criação de organizações diferenciadas, ou seja, de novos sindicatos de base municipal ou regional, voltados à representação específica de determinados segmentos, como agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais (FAVARETO, 2006). E, como afirma Medeiros (1989):

Em que pesem as críticas da Contag ao tipo de sindicalismo que a CUT pretendia desenvolver, a filiação de sindicatos rurais a essa central vem crescendo. Com as decisões tomadas em seus congressos (1986 e 1988) de modificar a estrutura sindical “por dentro”, ou seja, disputando as direções sindicais, de federações e da confederação e ganhando assim espaço para instituir uma nova prática sindical baseada numa concepção de maior participação das “bases”, no horizontalismo e num distanciamento em relação ao Estado (MEDEIROS, 1989, p. 205, grifos da autora).

Do ponto de vista de sua agenda política, o novo sindicalismo tinha uma forte orientação socialista, que se colocava pelo fim da ditadura militar, pela defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas, sem deixar de aprofundar a crítica sobre as bases legais da organização sindical, especialmente quanto ao princípio da unicidade sindical.

Mais do que um movimento pautado por um conjunto de diretrizes políticas, o novo sindicalismo desencadeou mudanças concretas nas bases de atuação da CONTAG, principalmente, na medida em que gerou uma nova geração de lideranças e dirigentes sindicais³⁴ demandantes de relações internas mais democráticas e do estabelecimento de

³⁴ A partir da tese de Aguiar (2015), é possível admitir a existência de significativo número de mulheres dirigentes que ingressaram nos sindicatos por meio das oposições sindicais. Algumas delas continuam exercendo papel diretivo à frente das entidades de representação de trabalhadoras(es).

posições mais autônomas frente ao Estado. Outro exemplo, no tocante aos efeitos do novo sindicalismo para o sistema de representação de trabalhadoras(es) rurais, diz respeito à intensificação das lutas das mulheres na área do sistema CONTAG, diante do aprofundamento das oposições sindicais (AGUIAR, 2015).

A despeito de todos os conflitos gerados a partir das disputas travadas pelas oposições sindicais, a emergência das novas lideranças erguidas doravante o novo sindicalismo permitiu a construção de aproximações entre a CONTAG e setores da esquerda que se constituíram na década de 80, como a CUT e o PT.

Além das oposições sindicais protagonizadas pela CUT, os setores da Igreja Católica vinculados à teologia da libertação igualmente exerceram um importante papel de crítica sindical, sobretudo por meio da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Fundada em 1975 para apoiar as trabalhadoras e trabalhadores rurais impactados pelos conflitos decorrentes da ocupação da Amazônia (na conjuntura de expansão da fronteira agrícola empreendida pelo governo militar), a CPT assumiu o papel de entidade assessora e articuladora das lutas do campo, disponibilizando desde a assistência jurídica até processos de formação política, em que se analisavam as origens das desigualdades vividas nos territórios rurais. Diante desta perspectiva questionadora, a CPT incentivou tanto a criação de sindicatos, quanto o aparecimento de chapas de oposição aos sindicatos existentes (MEDEIROS, 1989).

Desde então, a CONTAG passa a conviver com estruturas organizativas paralelas que instabilizam a sua representação, na medida em que questionam a sua exclusividade no papel de representar o conjunto da categoria trabalhadora rural. A existência desses movimentos revelou os limites do sistema CONTAG em defender o conjunto das demandas e sujeitos que se expressam nos territórios rurais.

Destaco, neste ponto, um tema já abordado nas páginas anteriores: a estruturação com as diferentes forças políticas que atuam nas esferas sindicais. Segundo Ricci (2009), até mesmo com o acirramento das oposições sindicais da década de 70 e a emergência de movimentos sociais rurais na década de 80, esses atores políticos, embora não bem aceitos,

similarmente foram “objetos de acordos em nome do sistema” (RICCI, 2009, p. 322), influenciando processos, a exemplo da própria filiação da CONTAG à CUT.

É nesse momento de ebulição das oposições sindicais que as questões das mulheres trabalhadoras rurais despontam com mais força no sindicalismo (AGUIAR, 2015). Aprofundaremos a discussão a respeito das pautas e organização das mulheres, dentro no sistema CONTAG, no tópico seguinte.

2.2 A organização política das mulheres trabalhadoras rurais na CONTAG

As primeiras lutas das mulheres trabalhadoras rurais, no que se refere à organização sindical, deram-se no sentido da garantia de um direito elementar: o de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais.

A luta pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, além de uma conquista política (do ponto de vista da valorização do trabalho por elas exercido na produção agrícola), ademais representava uma vitória em termos de melhoria das condições de vida, na medida em que era prerrogativa para o acesso às políticas públicas, a exemplo da previdência social, que naquele período estendeu-se aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais.

A invisibilidade do trabalho exercido pelas mulheres na agricultura também trazia impacto sobre a sindicalização. Em geral, os homens (maridos, pais, filhos) eram sócios do sindicato, e as mulheres apenas suas dependentes. Esta condição expressa-se no depoimento de Margarida Pereira da Silva, conhecida como Ilda, a primeira Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG:

Em relação ao movimento sindical, antes [até meados dos anos 90] as mulheres não tinham direito nem de se associar [ao sindicato]. Quando o faziam, perguntavam se ela era viúva, porque, se fosse casada, diziam que não podia. Como se o marido e a mulher fossem uma pessoa só. (ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 359).

Dessa forma, o reconhecimento como trabalhadoras rurais e o acesso aos direitos previdenciários e à sindicalização foram as primeiras bandeiras de luta das mulheres nas

esferas sindicais, afirmativa que se confirma quando recorremos aos documentos institucionais (CONTAG, 2002).

Diversas foram as referências ao fato de o MSTTR ser um espaço historicamente dominado pelos homens, não só nas falas das entrevistadas, mas ainda na literatura sobre o tema (PIMENTA, 2012; ABRAMOVAY & SILVA, 2000; CAPELLIN, 1994). Lutar pelo reconhecimento das mulheres e de suas pautas na conjuntura de um movimento composto majoritariamente por dirigentes do sexo masculino que se mantinham nos cargos de decisão, a partir dos laços de lealdade e da legitimidade adquirida pela inserção nas origens da organização sindical, adicionava maiores desafios a esta luta das trabalhadoras rurais.

Os Anais do 2º Congresso da CONTAG³⁵, realizado em 1973, listaram um conjunto de demandas dos trabalhadores rurais para a previdência social, visando à consolidação do FUNRURAL e do próprio Estatuto do Trabalhador Rural, dentre elas, a defesa do “[...] auxílio-gestante no período compreendido entre 6 (seis) semanas antes e 6 (seis) semanas depois do parto” (CONTAG, 1973, p. 114). Neste Congresso, como nos aponta Sara Pimenta (2012), o percentual aproximado de participação das mulheres foi de apenas 1%, o que demonstra os profundos limites de participação das trabalhadoras rurais nesse espaço. Permanece presente nos Anais do Congresso seguinte, o 3º Congresso da CONTAG, de 1979, a afirmação do direito à aposentadoria rural e demais direitos previdenciários às trabalhadoras rurais, além disso, são identificadas várias menções às mulheres como “esposas” ou “dependentes” do pequeno produtor.

Embora a década de 1970 já anuncie alguns temas e demandas das mulheres, é na década seguinte (os anos 80) que a luta e organização das trabalhadoras rurais se apresenta de forma mais vigorosa nas entidades sindicais rurais.

Ao analisar o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito do sindicalismo rural, algumas autoras como Pimenta (2012) e Aguiar (2015) articulam a influência de três agentes: a Igreja, o novo sindicalismo e os movimentos feministas.

³⁵ Os Congressos da CONTAG são as mais importantes instâncias deliberativas do movimento sindical rural. Eles acontecem a cada 4 anos, e os objetivos principais são o de definir as orientações políticas a serem assumidas pelo sindicalismo no próximo quadriênio e o de eleger a nova diretoria. Ao final de cada Congresso, as suas resoluções são sistematizadas em Anais.

Aguiar (2015) entende que os processos de formação e mobilização desencadeados por setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação deram novo impulso à participação das mulheres rurais nos espaços políticos, como nos sindicatos, associações, cooperativas, etc. Entretanto, para a autora, tal processo deve ser analisado em contexto, sobretudo na sua relação com o crescente avanço das oposições sindicais. Como afirma a pesquisadora:

Os movimentos de mulheres rurais surgem, assim, no mesmo berço político das “oposições sindicais”, com quem tinham vínculos muito estreitos, encampando, por um lado, as lutas concretas por direitos no campo, e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical oficial capitaneada pela Contag. (AGUIAR, 2015, p. 67, grifo da autora).

Desse modo, as mulheres envolveram-se na disputa de chapas dentro dos sindicatos, pautando não só a abertura à participação feminina nos espaços decisórios, mas a própria crítica ao sindicalismo.

Completa esse tripé os diálogos estabelecidos com o movimento feminista. Para Aguiar (2015), os primeiros contatos das trabalhadoras rurais com as ideias feministas se deram pela teologia feminista, ou seja, pela mediação da Igreja e suas interpretações. Entretanto, ainda segundo a autora, inicialmente o movimento feminista só consegue alcançar as mulheres do sindicalismo rural pela mediação dos setores da esquerda brasileira, ou seja, a partir das Centrais Sindicais e movimentos criadas, dos partidos políticos, etc. Assim, os diálogos entre as ideias feministas e as dirigentes sindicais rurais passam a se enraizar.

Há que se considerar neste ponto a constituição dos Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MAMTR), criados na década de 1980 em vários cantos do Brasil. Segundo Laeticia Jalil e Carolina Bordalo (2010, p. 5):

Nesta década, surgiram o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984; o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985; o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985; Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) em 1986; o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE) e a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul em 1988.

Para Carolina Bordalo (2005; 2011), um dos argumentos para a constituição destas organizações diz respeito à pouca permeabilidade da agenda sindical às demandas específicas das mulheres. As estruturas sindicais privilegiavam os aspectos de ordem econômica vinculados à classe e ao mundo do trabalho, descontextualizados das relações de gênero desiguais e seus impactos sobre a vida das trabalhadoras rurais. Os Movimentos Autônomos se apresentam como espaços de participação específicos de mulheres, que, mesmo tendo por orientação estabelecer parceria e diálogo com os demais movimentos sociais do campo (em geral, movimentos mistos, ou seja, compostos por homens e mulheres), preservam sua independência.

Se de uma forma, é possível identificar relações de parceria entre o sindicalismo e os Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (como a realização de eventos, a participação das mulheres lideranças sindicais nos Movimentos Autônomos, etc.), por outra, se tornam perceptíveis algumas divergências. As críticas lançadas provêm dos dois lados: numa ponta, os Movimentos Autônomos acusam o sindicalismo de colocar à margem a pauta das mulheres (BORDALO, 2005; 2011); na outra ponta, sindicalistas veem estas organizações como separatistas e responsáveis por fragmentar a luta (PAULILO, 2004). Contudo, é importante acentuar três aspectos que julgo importantes nas análises sobre estes dois tipos de organização: o primeiro deles refere-se às disputas em torno da representação política, ou seja, significativa parcela das trabalhadoras rurais representada pelos sindicatos integra e compõe a mesma base dos Movimentos Autônomos de Mulheres (situação que se repete quando consideramos outros movimentos sociais do campo); em segundo lugar, as alianças, bem como as divergências, construídas ao longo destes mais de 30 anos, entre as organizações das trabalhadoras rurais não são fixas, pelo contrário, alteram-se de acordo com a conjuntura; por último, é preciso demarcar a heterogeneidade dos Movimentos Autônomos e os seus contextos regionais. Exemplo disso é que no Nordeste há uma conexão muito mais forte entre os sindicatos e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), do que quando comparamos as relações no Sul do país, com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Dessa forma, compreendo que as análises a esse respeito merecem ser refletidas sob estes pontos de vista. Entretanto, a despeito das divergências existentes, vale recorrer às conclusões apresentadas em documento da CONTAG (2002), que diz: “As duas formas de organização foram responsáveis pelo

crecente empoderamento das trabalhadoras rurais nas duas últimas décadas. Portanto, não são antagônicas.” (CONTAG, 2002, p. 20).

Recorrendo novamente às resoluções dos Anais de Congressos, vê-se, no ano de 1985, durante a realização do 4º congresso da CONTAG, a aprovação de uma “Moção de apoio à luta da mulher trabalhadora rural”. As pesquisadoras da participação das mulheres no sindicalismo rural (CAPPELLIN, 1994; PIMENTA, 2012; ABRAMOVAY E SILVA, 2000) entendem esta moção como um importante marco que tira das sombras as contradições sindicais em torno do não reconhecimento das mulheres tanto no trabalho agrícola quanto no seu direito à participação e filiação sindical.

Outros documentos institucionais informam que se realizou em 1987, em Florianópolis (SC), o 1º Encontro Centro-Sul de Trabalhadoras Rurais. Coordenado pela CONTAG, o encontro teve por objetivo discutir a “[...] organização das mulheres trabalhadoras em nível interestadual e nacional, partindo do trabalho já existente nos municípios, regiões e estados.” (CONTAG, 2002, p. 32). Dentre os encaminhamentos extraídos, definiu-se pela indicação de mulheres dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul para comporem de forma provisória a Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG. No ano seguinte, ou seja, em 1988, foi realizado o 1º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais, e uma de suas pautas centrais foi o apontamento das demandas das mulheres trabalhadoras rurais para o Congresso Constituinte³⁶. Nos anos de 1989 e 1992, seguiram-se mais dois Seminários Nacionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Foi só depois do 5º Congresso da CONTAG (realizado em 1991) que a Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais³⁷ passou a estar vinculada às

³⁶ Segundo o *Documento de reivindicação aos Constituintes* elaborado pelas mulheres presentes neste Seminário, suas demandas diziam respeito a: 1) licença-gestante com duração de 120 dias, sem prejuízo de emprego e salário; 2) licença-paternidade de 8 dias; 3) proteção do mercado de trabalho da mulher; 4) equiparação dos direitos entre trabalhadores rurais e urbanos: título de domínio e concessão de uso da terra conferidos ao homem e à mulher; 5) aposentadoria para o trabalhador rural aos 60 anos e para a trabalhadora rural aos 55; 6) supressão de artigos presentes no texto constitucional, que excluía a possibilidade de desapropriação de terras produtivas.

³⁷ Segundo documentos da CONTAG (2002, p. 36): “A finalidade dessas comissões é analisar a condição e posição social das trabalhadoras rurais, propondo estratégias e políticas específicas que possibilitem superar todas as formas de discriminação e opressão praticada contra as mulheres. Visa igualmente assegurar, ampliar e fortalecer a participação política das trabalhadoras rurais nos espaços de decisão no MSTR e na sociedade em geral. Lutar para que todas as políticas e programas voltados para o desenvolvimento rural promovam e protejam os direitos das mulheres e enfoquem a perspectiva da equidade de gênero”.

estruturas sindicais, neste caso, à vice-presidência da CONTAG³⁸, iniciativa que identicamente se expressou em alguns sindicatos e federações, a partir da criação de estruturas correspondentes.

Todos esses elementos nos levam a admitir que a incidência das mulheres nos anos 1990 parte de um novo patamar organizativo, onde se vê, de um lado, um cenário de abertura democrática, da conquista de alguns direitos no campo da previdência social e da própria existência de novos movimentos (incluindo os Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais); do outro, um ambiente sindical com mais mulheres sindicalizadas e com espaços próprios de organização, como as Comissões.

Embora seja possível falar de mais abertura à participação, as mulheres permaneceram por muito tempo à margem dos espaços decisórios, dentre eles os cargos de direção da CONTAG. Ficaram restritas às suplências³⁹ e outras funções pouco valorizados na estrutura sindical (PIMENTA, 2012). No 5º Congresso da CONTAG, ocorrido em 1991, finalmente uma mulher assume cargo na diretoria efetiva da Confederação, junto com mais três outras dirigentes mulheres que assumem vagas na suplência⁴⁰. Todavia, o período que sucede o 5º Congresso da CONTAG se destaca: a) pelo fortalecimento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR); b) pela organização de grupos de mulheres nos sindicatos e FETAGs para o debate e divulgação dos seus direitos; c) pelo envolvimento das trabalhadoras rurais nas mobilizações em torno do impedimento do então presidente Fernando Collor.

Para algumas autoras (ABRAMOVAY & SILVA, 2000; PIMENTA, 2012), o Congresso seguinte, ou seja, o 6º Congresso da CONTAG, realizado em 1995, foi palco

³⁸ À época, o baiano Aloísio Carneiro era o vice-presidente da CONTAG. A esta área estava vinculada não só a Comissão de Mulheres, mas também o setor de formação sindical (CONTAG, 2002).

³⁹ A primeira mulher a assumir a suplência da diretoria da CONTAG foi a sergipana Gedalva de Carvalho, no final da década de 80.

⁴⁰ Na CONTAG, há uma distinção entre Diretoria Executiva e Diretoria Efetiva. A Diretoria Executiva é composta pelos cargos, cujos os dirigentes são liberados e remunerados para exercer diariamente as funções sindicais. Já a Efetiva inclui todos os cargos, inclusive as suplências. As mulheres eleitas como diretoras no 5º Congresso foram: Tereza da Silva, de Minas Gerais (como 1ª Secretária, que funcionava como suplente direto da Secretaria Geral); Josefa da Silva – Bahia; Maira Bottega – Rio Grande do Sul e Margarida da Silva/Ilda – Pernambuco (as três na lista de suplentes).

de contradições internas: por um lado, foi o momento de filiação da CONTAG à Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴¹ e de deliberação sobre a necessidade de se construir o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS)⁴² – respaldado pelos valores da justiça social e em contraposição às orientações de cunho neoliberal; por outro, foi o espaço onde se preservou as restrições à participação das mulheres nos níveis decisórios.

Retomando o tema das contradições do 6º Congresso da CONTAG, cabe a seguinte pergunta: como é possível, no mesmo congresso em que se aprova o PADRS – um “Projeto de cidadania que combata todas as formas de subordinação de gênero e de discriminação de idade, raça e etnia” (CONTAG, 2002, p. 22) – ver práticas que excluem, deliberadamente, as mulheres dos cargos diretivos?

Marcou esse Congresso a enfática denúncia das mulheres sobre as barreiras existentes à sua participação nas instâncias deliberativas, sobretudo no âmbito do mais alto nível de representação sindical rural: a CONTAG. Por meio de Nota de Repúdio, as delegadas deste Congresso (que representavam aproximadamente 13% do total de participantes) repudiaram:

A exclusão [das mulheres] do processo de discussão e negociação com vistas às eleições para a nova diretoria da CONTAG, no qual não foram respeitadas as deliberações do acordo político entre a CONTAG e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), referendado pelo Conselho da CONTAG, no mês de fevereiro, no sentido de assegurar a presença da mulher trabalhadora rural na Executiva da CONTAG e demais cargos (CONTAG, 1995, p. 119).

⁴¹ Segundo Favareto (2006), mesmo tendo participado das primeiras articulações voltadas à constituição da CUT, a CONTAG não aderiu, inicialmente, à sua filiação, dadas as tensões já evidenciadas pelo Congresso de fundação da Central, que permitiu a “participação das oposições sindicais, o que a Contag entendia como uma afronta ao princípio da unidade sindical” (FAVARETO, 2006, p. 34). Somente em 1995, a CONTAG filia-se à CUT, processo outrossim permeado por muitos dissensos. A CONTAG permaneceu filiada à CUT por 14 anos, e foi deliberado no 10º Congresso, ocorrido em 2009, a desfiliação a esta Central. Até o presente momento, a Confederação permanece sem filiação a qualquer Central, muito embora mantenha diálogos e articulações, principalmente com a CUT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

⁴² A construção do PADRS partiu da necessidade de definir as bases do modelo de desenvolvimento rural defendido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais do movimento sindical, frente ao avanço do neoliberalismo. Este processo de construção se deu de maneira participativa e envolveu trabalhadoras(es) e dirigentes locais. O PADRS permanece como uma referência para o conjunto das entidades do movimento sindical, centrado na defesa de uma ampla e massiva reforma agrária e do fortalecimento e valorização da agricultura familiar. No ano de 2005, o nome do referido Projeto foi alterado, passando a incorporar o termo Solidário, ficando então denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).

Dessa maneira, a pressão exercida pelas trabalhadoras rurais, por meio da Nota de Repúdio, influenciou na definição, pelas mulheres, do nome de Margarida da Silva ao cargo de Coordenadora da CNMTR/CONTAG. Mesmo não eleita em Congresso, Margarida da Silva teve assegurado o direito à gratificação sindical, bem como à voz e voto dentro da diretoria da CONTAG, como os demais diretores do mandato 1995–1999, resultado conquistado pela maneira habilidosa com que as mulheres da CNMTR/CONTAG negociaram junto ao próprio Conselho Deliberativo da entidade⁴³.

Se não nos pode escapar o reconhecimento das estratégias de luta empreendidas pelas trabalhadoras rurais dentro do sindicalismo rural, para superação das restrições sistemáticas à sua participação autônoma nos espaços decisórios, outrossim é sumamente importante considerar as interconexões estabelecidas entre elas e as experiências organizativas desenvolvidas pelas mulheres de outros movimentos sociais. Em outras palavras, é preciso considerar que a ação das mulheres nas esferas sindicais rurais não se construiu numa bolha, isolada e descontextualizada da realidade nacional e internacional. Este ponto é fundamental para entendermos que as ações defendidas pelas mulheres resultam de processos mais amplos e complexos, que, muitas vezes, dialogam com experiências desenvolvidas fora do próprio sindicalismo rural. Exemplifica esta ideia a adoção das políticas afirmativas.

Originada nos anos 1960, nos Estados Unidos, as ações afirmativas surgem para combater as discriminações sociais decorrentes das desigualdades estabelecidas pelas relações étnico-raciais e de gênero. Nas décadas seguintes, expandiram-se para outras nações, assumindo diferentes contornos, desde ações voluntárias até os programas governamentais e iniciativas jurídicas (MOEHLECKE, 2002). No Brasil, estas perspectivas ganham concretude a partir das experiências do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O PT decide, em 1991, aplicar a cota de, no mínimo, 30% de mulheres candidatas nos pleitos eleitorais; na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a cota passa a ser implementada no ano de 1993. A partir, principalmente, da participação no âmbito da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural da CUT

⁴³ O Conselho Deliberativo é a segunda instância mais importante do sistema CONTAG, posicionado abaixo dos Congressos e acima da Diretoria da entidade. O Conselho Deliberativo é composto por representantes das 27 FETAGs filiadas, que se reúnem três vezes ao ano para deliberar sobre as principais questões e temas que digam respeito às pautas dos(as) trabalhadores(as) rurais.

(vinculado ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais), as mulheres lideranças do sindicalismo rural tiveram os primeiros contatos com estes temas, condição que contribuiu para a instalação desta discussão e posterior aprovação da cota de mulheres na CONTAG.

No 7º Congresso, realizado no ano de 1998, foi aprovada a aplicação da cota de no mínimo 30% de mulheres nas instâncias deliberativas da CONTAG e da inclusão da Coordenadora da CNMTR como cargo na Diretoria Executiva da entidade. Tais conquistas se viabilizaram mesmo numa configuração de disputa política acirrada, com a existência de duas chapas concorrentes à direção da CONTAG, como documentado em uma de suas publicações:

[...] as mulheres trabalhadoras rurais superaram as divergências existentes entre as duas chapas que disputavam as eleições para a Diretoria da CONTAG.

[...] os dois candidatos que disputavam a presidência da Contag, os companheiros Manoel de Serra e Airton Faleiro, apresentaram para as mulheres o compromisso que as duas chapas estabeleceriam para garantir a cota de 30% de mulheres na Diretoria Executiva da Contag (CONTAG, 2002, p. 25).

Dessa maneira, a chapa eleita contou com a participação de três mulheres na Diretoria Executiva: Raimunda Damascena, que assumiu o cargo de Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Maria de Fátima da Silva, como Secretária de Formação e Organização Sindical e Maria da Graça Amorim, na Secretaria de Políticas Sociais. Entretanto, neste primeiro momento, a aplicação da cota permaneceu restrita às instâncias da CONTAG. Somente no ano seguinte, em 1999, durante a realização do 2º Congresso Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, definiu-se que todas as entidades filiadas à CONTAG, ou seja, Sindicatos e Federações, deveriam garantir o exercício da cota de, no mínimo, 30% de mulheres. Além disso, nesta mesma atividade, aprovou-se a participação de, no mínimo, 50% de mulheres nos processos formativos sindicais. O que demonstra que a formação de lideranças emergia como outra relevante estratégia para a participação das trabalhadoras rurais nas instâncias decisórias.

Quero salientar neste ponto que, embora o esquema apresentado até aqui tenha adotado um curso sequencial – baseado na sucessão de fatos, dados e iniciativas protagonizadas pelas trabalhadoras rurais ao longo de sua história organizativa no sindicalismo –, tais processos não se desencadeiam de maneira mais dinâmica e menos estanque. Para exemplificar esta ideia,

reporto-me às décadas de 80 e 90. Em linhas gerais, os anos 90 foram momentos de fortalecimento das comissões e espaços específicos de organização das mulheres. Mesmo diante deste salto organizativo, permaneciam presentes os desafios relacionados ao direito à sindicalização das mulheres, pauta que emergiu desde o final da década de 70 e durante os anos 80 na agenda sindical, compondo os primeiros reclamos das trabalhadoras rurais por participação. Da mesma forma, não nos parece prudente admitir que o fato de a Marcha das Margaridas estar em sua quinta edição é suficiente para dirimir as tensões em torno da sua realização. Portanto, se os registros históricos, postos em relevo nesta parte da dissertação, evidenciam fatos emblemáticos do itinerário organizativo das mulheres, esta sucessão de eventos deve ser entendida como um movimento dinâmico, marcado simultaneamente por rupturas e permanências, retrocessos e conquistas.

Outro importante marco na organização e luta das mulheres no sindicalismo rural foi a realização das cinco edições da Marcha das Margaridas⁴⁴ (nos anos 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015). A Marcha é uma grande mobilização coordenada pelas mulheres da CONTAG, em parceria com vários movimentos de mulheres e feministas do campo, das florestas, das águas e das cidades⁴⁵. Como nos informa Aguiar (2015), a Marcha das Margaridas tem como marca a interlocução com vários movimentos, redes e grupos. Sua origem partiu da necessidade de criar um ‘fato político’ que visibilizasse a força das mulheres trabalhadoras rurais, ainda desvalorizadas na sociedade e nas esferas sindicais.

A conjuntura global de fortalecimento de governos neoliberais⁴⁶ mobilizou, no final dos anos 90, mulheres de todo o mundo em torno de ações coletivas, como a Marcha Mundial

⁴⁴ O nome Marcha das Margaridas é uma homenagem à dirigente sindical Margarida Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais da Alagoa Grande – PB, que foi violentamente assassinada por sua luta em defesa dos direitos da categoria.

⁴⁵ São organizações parceiras da Marcha das Margaridas: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Confederação Internacional dos Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (COPROFAM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT mulheres da ANA), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), União Brasileira de Mulheres (UBM), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Dados disponíveis em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=23>.

⁴⁶ Os governos percussores dos princípios neoliberais, entre as décadas de 80 e 90, foram os de Margaret Thatcher no Reino Unido; de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Augusto Pinochet no Chile, orientando as políticas

de Mulheres. Foi nesse cenário que se estabeleceu um ambiente de articulação, onde as Margaridas marcharam pela primeira vez em Brasília, no ano de 2000, com o lema *Contra a fome, a pobreza e a violência sexista*.

A Marcha das Margaridas é reconhecida hoje como uma das mais expressivas ações protagonizadas pelas mulheres rurais no mundo, que impacta inclusive sobre a agenda política governamental, além de influenciar os processos internos de participação das mulheres na esfera sindical (SILVA, 2008; PIMENTA, 2012; AGUIAR, 2015).

Não é pequena uma luta que se destina a alterar as condições de participação e poder das mulheres nas entidades sindicais. Mesmo assim, as trabalhadoras foram mais além e vêm construindo estratégias organizativas voltadas a impactar sobre as relações desiguais estabelecidas na família, na comunidade, na associação, na produção agrícola, no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais e às políticas públicas. Dessa maneira, elas vêm pautando o Estado sobre a necessidade de desenvolver ações que rompam com o ciclo de discriminações sofridas pelas trabalhadoras rurais. Dentre algumas das conquistas mais recentes, destacam-se: o PRONAF-Mulher⁴⁷, a titulação conjunta da terra (entre o homem e a mulher), as unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres nas áreas rurais, fortalecimento dos quintais produtivos, etc.

Ao referir-se às mulheres no sindicalismo rural, Cappellin reconhece uma “[...] extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade dos trabalhadores, de renovar as antigas bandeiras de luta, de propor a construção de novos direitos.” (CAPPELLIN, 1990, p. 19 apud. PIMENTA, 2012).

Em síntese, as mulheres trabalhadoras rurais vêm renovando as pautas sindicais (PIMENTA, 2012), ora ao incluírem novos temas (agroecologia, preservação das sementes

político-econômicas de vários países do globo, dentre eles o Brasil. A onda de privatização empreendida pela presidência de Fernando Henrique Cardoso demarca o ápice da estratégia neoliberal em nosso país.

⁴⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma ação do governo federal criada em 1996, que financia projetos individuais ou coletivos voltados aos agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária com juros mais baixos do que os praticados pelo mercado. Dentre as modalidades disponíveis está o PRONAF Mulher que prevê condições diferenciadas de acesso ao crédito pelas agricultoras familiares. Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Fortalecimento_da_Agricultura_Familiar>.

crioulas, combate à violência contra as mulheres, educação não sexista), ora ao trazerem novas abordagens às pautas clássicas (direito das mulheres à terra e à sua titularidade no âmbito da reforma agrária; gestão compartilhada da unidade produtiva e acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar). Além disso, reinventaram formas mais democráticas de atuação sindical, a partir da construção de alianças com outras organizações sociais, como se expressa na Marcha das Margaridas.

Mais recentemente, no ano de 2013, durante a realização do 11º Congresso da CONTAG, aprovou-se a paridade de gênero nas instâncias sindicais. Além de prever que os cargos políticos sejam distribuídos igualmente entre homens e mulheres (de forma que cada segmento ocupe 50% deles), a estratégia da paridade busca assegurar outras medidas que criem oportunidades concretas de inserção autônoma das mulheres, como por exemplo a alternância nos cargos diretivos, ampliando as condições para o acesso das mulheres às funções de destaque no MSTTR.

Ao longo da minha vivência nos espaços do MSTTR, ouvi várias falas sobre o fato de serem as mulheres trabalhadoras rurais também as responsáveis em propor a criação de espaços organizativos específicos da juventude rural. Suas motivações seriam garantir melhores condições de vida no campo para as futuras gerações, incluindo seus(suas) filhos(as) e familiares. Desse modo, no próximo tópico, vamos reconstituir alguns passos da experiência organizativa da juventude no sindicalismo rural, caminhos que se encontram com a história de luta das mulheres.

2.3 A organização da juventude trabalhadora rural na CONTAG

Pude ouvir, ao longo desses anos, vários depoimentos públicos de dirigentes, portadores de trajetórias sindicais mais longas, que a juventude sempre participou do movimento sindical e, mais ainda, esteve envolvida nos momentos de criação da própria CONTAG, com eles mesmos muito jovens quando ingressaram na luta sindical. Tais ideias sugerem dois aspectos: a) a juventude como conceito autoevidente, em geral, compreendido

pela combinação de características, muitas delas biológicas, como por exemplo a idade; b) o sombreamento da ideia de que há limites à participação juvenil no sindicalismo rural.

As compreensões construídas durante esta pesquisa e minha militância levam-me a analisar as ideias acima de forma cautelosa, afinal, o campo de pesquisa evidencia que jovens trabalhadoras(es) rurais do movimento sindical vêm se afirmando como categoria política, que inclui, mas não se limita à questão etária.

À juventude trabalhadora rural são conferidos sentidos, condicionantes e expectativas que devem ser lidos em contexto, considerando as relações sociais que entrecruzam os marcadores de gênero, raça e classe, influenciados pelos quadros sociais, econômicos, políticos e culturais vivenciados no território e até mesmo pelo trabalho rural.

Essa categoria, embora reconhecida como diversa, por incluir jovens agricultores(as) familiares, quilombolas, ribeirinhos, acampados(as), assentados(as), assalariados(as) rurais, dentre outros (CASTRO et. al., 2009), reclama necessidades comuns. Admite ser pouco reconhecida no trabalho que desempenha na produção familiar, bem como pelo Estado, que não assegura o acesso às políticas públicas. Por serem jovens, são vistos socialmente como sujeitos em formação, em preparação para a vida social. Por estarem inseridos em contextos rurais, são reconhecidos como segmento de pouco valor para o desenvolvimento do país. (STROPASOLAS, 2007; CASTRO, 2009).

A despeito das ideias que permeiam o imaginário sindical relativas à noção de que a juventude ‘sempre’ esteve engajada nas lutas do MSTTR, compreendo que, no caso do sindicalismo rural, a figura da(o) jovem trabalhadora e trabalhador rural, nos termos discutidos por esta pesquisa (como categoria política), emerge no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Tal emergência resulta dos processos conjunturais e das pressões internas por maior participação, vindas das mulheres organizadas, como das(os) jovens.

Pode-se perceber, pelos Anais dos primeiros Congressos da CONTAG, que eles não fazem referência à juventude trabalhadora rural, e os termos ‘filhos e dependentes dos trabalhadores rurais’ são as únicas expressões que se aproximam da noção de

juventude. As menções a estes ‘dependentes’ estão normalmente vinculadas ao acesso à educação. Confirmam estas declarações as resoluções contidas nos Anais dos 2º e 3º Congressos da CONTAG:

Que o **filho do trabalhador rural** bolsista [do Programa Especial de Bolsas de Estudos/PEBE] não perca a bolsa quando reprovado mediante declarações do Estabelecimento de ensino e do Sindicato, apresentando motivos externos justos, como seja falta de condições físicas e ausências justificadas (CONTAG, 1973, p.105, grifo nosso).

Que a CONTAG solicite do Ministério da Agricultura a criação de colégios agrícolas regionais, dando prioridade de matrícula aos **filhos de Trabalhadores Rurais** sindicalizados (CONTAG, 1973, p. 111, grifo nosso).

No meio rural, existe um baixo índice de escolaridade, com graves prejuízos para os trabalhadores e **seus dependentes**. Além disso, sua baixa renda e seu **elevado número de dependentes** não lhes oferecem condições de custear as despesas com educação (CONTAG, 1979, p. 134, grifos nossos).

Como mencionado anteriormente, viu-se, na década de 80, período da redemocratização e da emergência de novos atores e temas, um discurso sindical mais enfático em torno das questões nacionais e da defesa da democracia.

Em maio de 1985, durante o 4º CNTR são aprovadas duas propostas em torno da organização específica da juventude do campo. Os registros desse Congresso mostram a incorporação do termo juventude e a necessidade de realizar uma ação específica com este segmento, focada na estratégia da educação sindical:

Desenvolver um **trabalho específico junto aos jovens**, visando à **formação de futuras lideranças para o Movimento Sindical**; (CONTAG, 1985, p. 52, grifos nossos).

Realização de um **Congresso Nacional de Jovens** em 1986 e o desenvolvimento de um trabalho específico com jovens visando à **formação de futuras lideranças para o Movimento Sindical** (CONTAG, 1985, p. 52, grifos nossos).

Embora não haja nenhum registro no período sobre o Congresso Nacional de Jovens ou de outras ações com este sentido, tais proposições sugerem, pela primeira vez, uma preocupação específica com a juventude, vista a partir da formação de lideranças que serão acionadas no futuro pelo movimento sindical. O que demonstra a visão sobre a(o) jovem como ser em formação, que requer orientação e preparo para assumir as responsabilidades do futuro (WEISHEIMER, 2009).

Olhando para as deliberações contidas nos Anais do 5º Congresso da CONTAG (1991), percebe-se que elas mantêm a mesma vinculação entre juventude e formação sindical para a renovação dos quadros diretivos. Porém chama atenção o fato de as questões da juventude estarem inseridas na seção dedicada à agenda propositiva das mulheres. Esta informação corrobora a hipótese de que as trabalhadoras rurais cumpriram um importante papel na defesa da organização da juventude nas esferas sindicais. Entretanto, ao longo dos demais capítulos, veremos que as mulheres e a juventude do MSTTR construíram variadas articulações que permitiram o fortalecimento mútuo de suas pautas e ações organizativas.

A segunda metade da década de 90 traz consigo lideranças jovens e seus temas para dentro do sindicalismo rural. A formação política desenvolvida para jovens, por meio das Pastorais de Juventude e outros setores da Igreja Católica, foi um importante canal de entrada no movimento sindical (GALINDO, 2012). Nos níveis locais, os sindicatos apoiavam a realização de cursos, encontros e outras atividades promovidos pelas pastorais juvenis e, mais que isso, muitas vezes eram instados a desenvolverem ações com a juventude. O relato abaixo, dado por um dirigente jovem da CONTAG, narra os primeiros contatos com o sindicato:

[...] Foi uma época que a diocese, que a pastoral da juventude trabalhava muito nisso, nessa coisa da fé e da política. De como a gente intervir, de estar nos espaços, de estar participando, de mudar a realidade, de uma importância de ser jovem, né?! E qual é o papel da juventude. (GALINDO, 2012, p. 42).

Outro fator importante foi a elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Inspirada pelas recomendações do Projeto CUT e CONTAG⁴⁸, a construção do PADRS teve como principal orientação o retorno da CONTAG às bases para captar as opiniões, demandas e desejos das(os) trabalhadoras(es) rurais e dirigentes, em nível local. Foi neste período, não ocasionalmente, que emergiram alguns temas afetos à juventude trabalhadora rural.

⁴⁸ O Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical se consolidou a partir da filiação da CONTAG à CUT em 1995. Com apoio de entidades da cooperação internacional, as duas organizações desenvolveram, no período de 1996 a 1999, um processo de produção de diagnósticos locais, elaboração de diretrizes de ação e formação sindical juntos às trabalhadoras e trabalhadores rurais. Os resultados do trabalho subsidiaram a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e a reorientação da organização sindical, com vistas a tornar o sindicalismo rural mais representativo diante das demandas da categoria.

Durante os anos de 98 e 99, foram desenvolvidos Seminários Regionais da Juventude Rural, que culminaram com a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais (em 1999). Vale ainda destacar que, ao longo dos anos 90, há registros de várias iniciativas estaduais e municipais de juventude, a exemplo da constituição da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (em 1992).

A partir do I Encontro Nacional, foi sistematizado um conjunto de propostas debatidas e definidas pela juventude trabalhadora rural presente, no tocante às políticas de reforma agrária, educação, crédito, organização da produção, saúde, esporte e cultura, que buscavam evidenciar as(os) jovens como seres integrais, para além das convenções que os circunscrevem nos ambientes da formação, qualificação e trabalho. Além disso, nesse mesmo período, constituía-se a Comissão Provisória de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, embora, como o próprio nome menciona, de forma descontinuada e provisória.

Os Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário, realizado em 1999, registram duas importantes resoluções sobre a juventude: a) a definição da faixa etária de juventude, adotada pelo movimento sindical; b) a indicação da criação, no próximo Congresso, da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNJTTR/CONTAG) e da sua Coordenação – este um novo cargo no que concerne à diretoria executiva da entidade.

Os debates realizados durante o 2º Congresso Extraordinário (1999) levaram à definição, pelo movimento sindical rural, da faixa etária dos 16 aos 32 anos, para caracterizar a juventude trabalhadora rural. Embora não haja registros escritos sobre os argumentos que embasaram a escolha deste intervalo etário, a minha convivência com lideranças do MSTTR colocou-me em contato com algumas das justificativas que permeiam o discurso sindical. Segundo depoimentos de representantes institucionais, este parâmetro foi assumido para delimitar melhor o segmento juvenil e, com isso, propor programas e ações mais coerentes com as necessidades da juventude. Ainda segundo os comentários das lideranças, para chegar a esta faixa etária, foram analisados os dados estatísticos sobre a juventude residente em territórios rurais. Por meio dessas análises, explicitou-se uma dura condição marcada pela inserção tardia na escola, aliada às dificuldades de acesso e permanência, e ainda os

limites colocados para o acesso a terra e renda pela juventude. Tais componentes demonstraram uma condição juvenil diferenciada entre campo e cidade, parâmetro que justificou a escolha de um intervalo de idade mais extenso (16 aos 32 anos) como forma de abarcar as mais diferentes vivências juvenis no campo.

Em 2001, durante o 8º Congresso da CONTAG, foi eleita a primeira Coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a jovem Simone Battestin, do estado do Espírito Santo. Por meio da constituição desta Coordenação, ampliou-se a organização da juventude em todo o Brasil. Esse momento similarmente demarca a consolidação da CNJTTR, que passa a ser uma instância de caráter permanente e que conta com maior representatividade na participação dos estados, cumprindo o importante papel de fazer chegar aos sindicatos e FETAGs as deliberações e demais ações sindicais voltadas a este segmento.

Os primeiros anos de trabalho da Coordenação de Jovens da CONTAG foram marcados por uma série de encontros regionais e nacionais de juventude, que integravam o “Projeto Juventude Rural – protagonista do desenvolvimento local sustentável”, desenvolvido em parceria com uma entidade alemã, conhecida pela sigla GTZ. Segundo o depoimento de uma jovem dirigente da CONTAG, a partir destes encontros “fervilhou o debate de juventude em vários estados” (GALINDO, 2012, p. 55). Foram realizados 10 Seminários Regionais e um Salão Nacional da Juventude Rural, que abordaram os temas de jovens assalariados(as) rurais, educação do campo, reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e meio ambiente, organização da produção, saúde reprodutiva e DSTs, violência no campo. Os debates sobre estes temas resultaram na elaboração da “Moção contra a liberação das sementes transgênicas” e da “Carta Proposta da Juventude Rural”, durante a realização do Salão Nacional da Juventude Rural, realizado em 2003, que fechou as atividades do Projeto:

Das ações do Projeto “Juventude Rural – protagonista do desenvolvimento local sustentável” surgiu a Carta Proposta da Juventude Rural, um documento histórico para o MSTTR, que traz propostas de ações para os governos e para dentro do MSTTR, ação esta que se reproduziu em alguns estados que também formularam e entregaram sua carta proposta ao Governo Estadual. (CONTAG, 2005, p. 184).

É durante os primeiros anos de existência da Coordenação de Jovens da CONTAG que se estabeleceu uma importante parceria com a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para

a Infância), para a realização de uma pesquisa de abrangência nacional denominada “A voz do adolescente e jovem rural”. A referida pesquisa permitiu conhecer melhor a realidade da juventude trabalhadora rural, e agregou, com isso, maior qualidade à pauta política defendida pelo movimento sindical (CONTAG, 2016).

Faz-se oportuno registrar que o curso da história organizativa das mulheres e da juventude no sindicalismo rural não é linear e harmônico, embora os registros nos possam sugerir. O espaço sindical, como espaço político e de poder, é ambiente onde se estabelecem tensões e dissensos. O próprio encaminhamento da parceria com a UNICEF foi tema que gerou polêmica durante um dos Conselhos Deliberativos, como nos diz uma jovem dirigente:

Chegou a submeter à votação [a pesquisa com a UNICEF] falas favoráveis, falas contrárias, entendeu? Assim, foi um pega pra capar. [...] Aí, tá, aceitou [o conselho deliberativo]. Só que uma pesquisa que estava prevista de ser aplicada em três meses, levou mais de um ano para ser aplicada. [...] Aí a gente acabou não publicando aquilo, que era o desejo inicial, fazer um documento, uma publicação, um lançamento, tudo com aquilo ali. [...] às vezes abrir mão, ou fazer uma coisa que era maléfica ao movimento sindical era simplesmente pela possibilidade daquela ação fortalecer politicamente alguém. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Nos capítulos subsequentes, buscaremos aprofundar as reflexões em torno das divergências e tensões, bem como as articulações e construções de alianças construídas pelas jovens mulheres dirigentes sindicais para fortalecerem a agenda organizativa destes segmentos. Por ora, cabe alertarmos sobre a existência delas, como parte integrantes das relações políticas e do fazer sindical.

Data ainda desse período, 2004, o desenvolvimento do Programa Jovem Saber⁴⁹ destinado à formação de jovens trabalhadores rurais, mediante temas relacionados ao desenvolvimento local sustentável e solidário. Por meio de grupos de estudos, a juventude realiza encontros e debates, com o apoio de oito cartilhas, voltados à produção de

⁴⁹ O Programa Jovem Saber é coordenado pela Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG e surgiu em 2004, da necessidade de apoiar a formação de lideranças jovens para participação no movimento sindical. A metodologia se baseia na formação a distância, orientada por estudos em grupo desenvolvidos por meio de cartilha produzida pela CONTAG (CONTAG, 2016). Atualmente, o programa conta com um sistema virtual para inscrição, diálogo e certificação dos grupos localizado no endereço: <http://www.contag.org.br/sistemas/jovemsaber/>.

diagnósticos da realidade local e a definição de estratégias organizativas para superar os problemas identificados (CONTAG, 2009).

No 9º Congresso da CONTAG, em 2005, foi aprovada a cota de participação de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias do Movimento Sindical (CONTAG, 2005). As narrativas dos jovens sobre o momento da aprovação da cota são permeadas por muita euforia, não só pelo seu impacto ante as dinâmicas sindicais, mas, principalmente, pelas tensões e ameaças que circundaram esse momento:

Dentro do 9º Congresso, eu não consigo me lembrar de outra coisa que não seja aquela plenária final, onde a gente aprova as coisas que vieram dos grupos bem equilibrado... [lembro] da plenária final... de passar [aprovar] ali a cota da juventude (Simone Battestin).

Segundo relatos, a defesa da cota de juventude orientou-se pelo fato de haver uma restrição velada à participação das(os) jovens nas estruturas sindicais. Ao mesmo tempo que a aplicação da cota suscitava maior estímulo à participação juvenil, igualmente legítima, também trazia para o debate as práticas de perpetuação de dirigentes mais velhos em idade e em tempo de desempenho do cargo sindical, no sindicalismo rural.

É possível perceber que a significativa presença das jovens mulheres nas instâncias diretivas e deliberativas do sindicalismo rural guarda profunda relação com a aplicação das cotas de 30% de mulheres (mais recentemente com a implementação da paridade de gênero) e de 20% de jovens no movimento sindical. As cotas são vistas pelas lideranças sindicais, especialmente entre as mulheres e a juventude, como mecanismos importantes para o ingresso destes segmentos que, em geral, não têm historicamente espaço nas estruturas de tomada de decisão do MSTTR. Por outro lado, existem algumas tensões quanto ao exercício das cotas. Elementos que serão debatidos mais amplamente nos capítulos seguintes.

Voltando às resoluções do 9º Congresso da CONTAG, é importante comentar que nele se elege a segunda Coordenadora de Jovens da história da CONTAG, a potiguar Maria Elenice Anastácio, que desempenhará este cargo por oito anos, ou seja, por dois mandatos consecutivos. Nesse período, torna-se mais visível a inserção da juventude trabalhadora rural nos espaços de controle social das políticas públicas.

Avritzer (2008) menciona que, após o período autoritário, evidenciaram-se demandas em torno de maior participação social. Elas repercutiram na constituição de

instituições, de formatos bastante híbridos, voltadas ao debate e deliberação sobre políticas públicas, que congregam atores estatais e de movimentos sociais. Ainda segundo este autor, estas instituições participativas geraram um aumento da representação, ciclo que se acentuou a partir dos governos eleitos nos anos 2000. Observando este processo do ponto de vista dos espaços juvenis, vê-se, desde 2005, despontar na agenda pública nacional vários programas federais e espaços institucionais voltados à juventude brasileira, dentre eles a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Projovem⁵⁰, constituídos pelo governo Lula. Esse cenário contribuiu para que a Coordenação de Jovens, além de voltar-se para as atividades de organização interna da juventude trabalhadora rural, expandisse suas ações para a execução de programas governamentais e participação em espaços de controle social das políticas públicas, como o CONJUVE e outros comitês e grupos de trabalho voltados, muitos deles, aos temas da juventude rural⁵¹.

No período de 2005 a 2009, a CONTAG, por intermédio da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da sua Coordenação, passou a executar o Consórcio Social da Juventude Rural Rita Quadros em 20 estados brasileiros. Este programa, financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, destinava-se à formação profissional de jovens, visando promover a geração de renda e sua inserção no mundo do trabalho. Desenvolvendo cursos relacionados à agricultura familiar, como caprinocultura, avicultura, apicultura, agroecologia, produção de mudas, bovinocultura do leite, beneficiamento de frutas, etc., o Consórcio alcançou mais de 4 mil jovens trabalhadoras(es) rurais, difundindo os

⁵⁰ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) surgiu com o objetivo de elevar a escolaridade de jovens que não concluíram o ensino fundamental e a qualificação profissional, dado os altos índices de evasão escolar na faixa etária dos 15 aos 29 anos, registrados à época. Para maiores informações, procurar em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoos?id=17462>.

⁵¹ No Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado o Comitê Permanente de Juventude Rural, como instância assessora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, também vinculado a este mesmo ministério. As(os) integrantes deste espaço e as(os) do CONJUVE representavam órgãos dos governos federais e estaduais, bem como dos movimentos sociais, para debater ações voltadas aos segmentos juvenis (CONTAG, 2016).

temas do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar e da organização sindical (CONTAG, 2016).

A realização das três edições dos Festivais Nacionais da Juventude Rural, que aconteceram nos anos de 2007, 2011 e 2015, foi importante marco na organização juvenil. Em seu desenho, um misto de proposição e negociação de políticas públicas junto aos governos, e de vivência das linguagens formativas, culturais e esportivas protagonizadas pela juventude. A experiência dos festivais ilustra bem as tensões entre tradição e inovação internas ao movimento sindical. Interessada em construir uma ação que demonstrasse as linguagens lúdicas presentes no cotidiano dos(as) jovens trabalhadores rurais, as lideranças juvenis tiveram que combinar a isto elementos de um jeito de fazer próprio do sindicalismo rural, que se expressa na tradicional pauta de reivindicação e rodadas de negociação com o governo federal.

Avançando um pouco mais nesta viagem sobre a história de organização da juventude no sindicalismo rural, chegamos à terceira Coordenadora de Jovens da CONTAG, a piauiense Maria José Morais, conhecida como Mazé, eleita no 11º Congresso da CONTAG, realizado em 2013. Segundo publicação da CONTAG (2016), nesse período a coordenação buscou aprofundar as estratégias de organização e luta da juventude trabalhadora rural a partir de: a) fortalecimento das articulações institucionais, junto aos movimentos sociais do Brasil e América Latina (quando a CONTAG assumiu a Coordenação Juvenil da Confederação de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado – COPROFAM); b) aperfeiçoamento da incidência política para a conquista de políticas públicas voltadas para jovens trabalhadoras e trabalhadores rurais, tendo como uma das mais importantes iniciativas a realização do 3º Festival da Juventude Rural; c) consolidação da organização da juventude no sindicalismo rural mediante a criação e/ou fortalecimento das comissões de jovens nos sindicatos e FETAGs e do cumprimento das políticas afirmativas; d) investimento na formação de lideranças jovens, tendo como referência o Programa Jovem Saber, cursos regionais específicos para jovens e o itinerário formativo da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC/CONTAG).

De forma breve, busquei resgatar os principais momentos da organização da juventude trabalhadora rural no movimento sindical. Antecipo-me informando à leitora e ao

leitor que voltaremos a muitos desses temas, entretanto, observando-os desde os elementos narrativos trazidos pelas três Secretárias de Jovens da CONTAG⁵². Suas histórias de vida sindical nos guiarão por caminhos percorridos pelas mulheres jovens no sindicalismo rural, questão que será melhor abordada no capítulo subsequente.

⁵² Há pouco realizou-se o 12º Congresso da CONTAG, no mês de março de 2017, nele foi eleita a quarta Secretária de Jovens da instituição, a capixaba Mônica Bufon Augusto. Dados os prazos de conclusão da pesquisa, não foi possível incluí-la neste trabalho.

3 PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER – OLHARES SOBRE O SINDICALISMO A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES JOVENS TRABALHADORAS RURAIS

A matéria-prima deste capítulo são as narrativas biográficas com as quais me brindaram as três dirigentes que desempenharam a função de Secretária⁵³ de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, cargo que integra a diretoria executiva da CONTAG. São elas (em ordem cronológica): Simone Battestin, Elenice Anastácio e Mazé Morais.

Pretendo evidenciar neste capítulo duas dimensões, para mim igualmente importantes: a) valorizar as trajetórias individuais dessas trabalhadoras rurais; b) trazer, a partir dos relatos sobre sua participação pessoal, as questões atinentes à organização das mulheres no sindicalismo rural, realçando as especificidades vividas pelas jovens.

Embora o primeiro capítulo justifique as minhas motivações para escolher as narrativas das dirigentes a respeito das suas histórias de vida sindical, como referência metodológica para esta pesquisa, gostaria de ponderar ainda algumas questões.

Dentre outras questões, as leituras e a própria pesquisa de campo mostraram-me que a busca incessante por parâmetros sociais comuns a um determinado grupo termina por sombrear a “pessoa particular”, como define Kofes (2015). A autora, a partir das contribuições de Lévi-Strauss, reflete sobre as possibilidades que as biografias aportam à antropologia: “[...] reconhecer a pessoa particular, concreta, literalmente a que usa o colar, não seria incompatível; pelo contrário, seria necessário ao conhecimento de um sistema de ornamentos, se fosse o caso de empreendê-los.” (Kofes, 2015, p. 22).

⁵³ Quando se criou, no âmbito da direção da CONTAG, uma área específica para as questões de juventude, em 2001, deu-se a ela o título de Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. No ano de 2009, ocorreu nova mudança estatutária que, dentre outras coisas, padronizou a nomenclatura de cada uma das áreas de atuação da diretoria, passando esta Coordenação a ser denominada Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, da mesma forma que a Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A referida alteração não implicou em mudanças significativas nas atribuições destas novas Secretarias, apenas equiparou seu status político aos das demais diretorias, que já eram reconhecidas como secretaria.

Recorro às suas narrativas por entender que, a partir delas, agregamos visibilidade às existências silenciadas, às vidas das mulheres trabalhadoras rurais tão ocultadas, desvalorizadas ou exotizadas na produção científica. Portanto, esta escolha se apresenta até como posicionamento de uma pesquisadora e militante feminista.

Ao mesmo tempo, por meio dessas narrativas, exercito ainda um fazer sociológico problematizador da ambivalência indivíduo e sociedade (Kofes, 2015). Com o entendimento de que é possível alcançar as lutas, ações e contradições dos movimentos sociais, a partir das histórias de vida dos indivíduos neles engajados.

A entrevista narrativa, procedimento a partir do qual tomei contato com as histórias da vida sindical das dirigentes, permitiu um campo muito mais aberto de diálogo e interação com as dirigentes. Exatamente por não estar pautada num roteiro de perguntas que circunscreve as ideias das entrevistadas aos interesses da pesquisadora, ela abriu muitas possibilidades e surpresas que, na medida do possível, foram recebendo o devido tratamento durante e após o momento de sua execução. Não obstante, qualquer recurso metodológico incorre em riscos. Admiti-los é valiosa oportunidade de qualificar a pesquisa.

As leituras que me acompanharam durante o mestrado me ajudaram a resistir às inclinações que nos levam, como pesquisadoras, a tomar as histórias de vida como um todo linear. Bourdieu (2011) nos ajuda a problematizar esta questão quando propõe a desmistificação da vida – e, por conseguinte, das histórias de vida – como “[...] um conjunto coerente e orientado, que pode ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 74). As próprias narrativas, bem como os documentos e demais fontes de pesquisa, fizeram-me entender esta complexidade e as várias dimensões presentes nas histórias da vida sindical contadas pelas entrevistadas.

Provocada pelo questionamento de Rosa (2011b, p. 366) sobre “[...] como tratar sociologicamente os militantes de um movimento social sem reduzi-lo ao próprio movimento? ”, fui convencida de que estas variadas dimensões presentes nas narrativas das dirigentes da CONTAG precisavam ganhar um lugar diferenciado nesta dissertação.

As origens das suas famílias, a infância no trabalho agrícola, a busca pela educação, as negociações com o marido para seguirem juntos à capital são aspectos muitas vezes negligenciados dos estudos sobre os movimentos sociais. Entretanto, as dirigentes pesquisadas me fizeram ver que eles concorrem fortemente para a sua participação sindical. Por isso, trazê-los para a cena foi decisão que se impôs ao longo do processo de pesquisa.

São essas ideias que justificam a elaboração deste terceiro capítulo. Mais do que tratar das suas experiências como dirigentes de uma importante Confederação de representação das trabalhadoras(es), era preciso pôr em relevo suas histórias pessoais, os nexos que constroem sobre o caminho que as conduziu para estes cargos e que produziram as bases de seu engajamento.

Não obstante, vale registrar que esta dissertação não capta, de forma minuciosa, as memórias e histórias de vida das mulheres jovens dirigentes. Sobre isto haveria muito mais coisas a serem faladas e registradas. Desse modo, busco um ponto de equilíbrio entre evidenciar as singularidades que as marcam e, a começar delas, tentar compreender as experiências vividas no espaço coletivo do movimento sindical.

Por fim, compartilho que, em muitas passagens onde transcrevo as falas das entrevistadas, preferi omitir suas identidades de forma a preservá-las, afinal, entendo que esta divulgação pode implicar em exposições desnecessárias, afetando a imagem destas dirigentes dentro do sindicalismo. De tal modo, somente nos três primeiros tópicos – onde explicito um pouco das suas origens, memórias e trajetórias individuais – vinculo seus depoimentos aos seus nomes.⁵⁴

Nas demais partes da dissertação, as citações de suas falas são identificadas, de modo genérico, pelo cargo desempenhado na CONTAG, ou seja, pelo termo “Secretária de Jovens da CONTAG” acompanhado da informação de onde foi extraída a citação (como por exemplo: Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

⁵⁴ Considerando os três primeiros tópicos deste capítulo, informo que, quando as falas das entrevistadas não forem acompanhadas da referência à respectiva fonte – ou seja, ao documento de onde foram extraídas – significa que todas elas foram reproduzidas das entrevistas que eu, Eryka Galindo, realizei junto às dirigentes pesquisadas.

Feito o devido preâmbulo, é chegada a hora de adentrar no universo da participação sindical vivido e problematizado pelas dirigentes entrevistadas.

3.1 Simone Battestin

A primeira dirigente da CONTAG a coordenar a pasta da juventude trabalhadora rural foi a capixaba Simone Battestin. Nascida numa família de agricultores de descendência italiana, Simone, hoje com 42 anos, é a caçula de seis irmãos.

Ser a caçula significou para ela uma condição de vida diferente da levada pelos irmãos mais velhos, que precisaram trabalhar mais intensamente na agricultura.

Suas narrativas a definem como uma pessoa que questionou, desde cedo, as imposições paternas, baseadas na tradição italiana e na cultura machista “de que mulher não precisa estudar”.

É muito presente nas narrativas de Simone a sua resistência às tradições e determinações familiares, sobretudo paternas. Ser dirigente, concluir a graduação e o mestrado, preferir não incluir o sobrenome do seu marido ao seu nome são importantes registros de suas escolhas transgressoras:

Eu casei cedo, casei às 4 horas da tarde, mas mesmo assim eu continuei só Simone Battestin, e acho que isso é importante porque, para mim, essa questão de sobrenome... [...] Antes mesmo de falar do movimento sindical, primeiro eu questionava por que eu tinha só o Battestin, que é o sobrenome do meu pai e não tenho o sobrenome da minha mãe, que parece que é uma prática, pelo menos lá na nossa região, ter o sobrenome só dos pais, a mãe só entra mesmo para carregar. Bom, já que eu não tinha o da minha mãe, era só o sobrenome do pai, eu não aceitaria de jeito nenhum... as minhas irmãs casaram muito cedo, não aceitaria de jeito nenhum ter um outro sobrenome de homem sem ter no meio aí o sobrenome de uma mulher. (Informação verbal transcrita do Relatório do III Módulo do Curso de Formação de Mulheres – ENFOC/CONTAG, 2010).

E mesmo com todos os embates revela, com satisfação, que é respeitada pelos familiares quanto às escolhas que fez: [...] “mas não aceitei e, por conta disso, hoje o processo na minha casa é extremamente diferente, eu acho que uma das pessoas que mais fala do orgulho da filha é o meu pai”.

Ao traçar sua rota de ingresso no sindicato, Simone faz menção ao local de residência e trabalho de sua família, que era numa propriedade situada na fronteira entre os municípios de Guarapari e Anchieta.

Simone contou-me que Guarapari era o município de referência da sua família, onde procuravam atender suas principais necessidades, inclusive tal vínculo fez com que seus pais se associassem ao sindicato deste município. Entretanto, na busca por formação superior, a jovem acabou residindo no município de Anchieta, por ficar mais próximo do Centro Universitário São Camilo (localizado em Cachoeiro do Itapemirim) onde se graduou em Ciências Sociais: “Eu não tinha como ir para Cachoeira [onde ficava a faculdade] e voltar para casa, então, eu vim ficar aqui [em Anchieta] por conta dos estudos. E quando eu vim ficar aqui, né?! Algumas pessoas que eu conhecia... eu vim para o sindicato... vim trabalhar no sindicato”.

Vivendo na sede do município de Anchieta para facilitar a permanência na faculdade, Simone criou uma rede de amigos e de contatos nesse local. Um de seus amigos da faculdade que trabalhava na empresa estadual de assistência técnica e extensão rural apresentou-a a alguns dirigentes do sindicato de Anchieta. Sua relação com a agricultura aliada aos contatos estabelecidos com pessoas de Guarapari e Anchieta criaram as condições para seu ingresso no sindicato, inicialmente como funcionária da entidade (aos 19 anos), assumindo tarefas de ordem administrativa, como a elaboração das atas de reunião, atualização das fichas de associados etc.

A visão que Simone tinha do sindicato era a mesma reproduzida pelos seus pais: “era o lugar onde se buscavam alguns benefícios desde a época do FUNRURAL, né?! E era o lugar de aposentar. Era essa a visão dos meus pais e era o que eu conhecia”. A compreensão sobre o papel do sindicato sustentava-se na própria prática adotada pela entidade por muitos anos:

Era previdência, né?! Isso que sempre era forte. Não se falava em outra coisa. A gente nem falava em PRONAF aqui, nem conhecia o PRONAF aqui no município. Não se discutia isso, sindicato era quase que exclusivamente previdência social. Isso daí. Então, alguma coisinha ou outra, mas era essa prestação de serviço nessa área de previdência.

Na medida em que foi trabalhando e conhecendo cada vez mais a dinâmica sindical, Simone filiou-se à entidade e logo foi convidada a compor a chapa que concorreria à próxima eleição do sindicato:

E fui conhecendo, entendendo mais como era o sindicato... que o diretor que estava aqui na época disse assim: você tem condição de ser diretora do sindicato, apesar de seus pais estarem lá... da localização ser Guarapari mesmo – mas meu pai tinha as parcerias aqui no município de Anchieta e tudo mais. [...] Me tornei, na eleição seguinte, me tornei diretora do sindicato.

Com sua eleição aos 20 anos, Simone passa a ser a primeira mulher a ocupar um cargo na direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anchieta, e é liberada, ou seja, remunerada para assumir, com dedicação exclusiva, as tarefas sindicais. Naquele momento só ela e o presidente eram liberados para o exercício da função sindical:

Então, eu vim ser a primeira mulher aqui. E aí, por conta do Presidente já ser uma pessoa mais idosa, então ele já estava assim meio que saindo das atividades do sindicato. Eu acabei, mesmo não sendo presidente... Eu que ia sempre para as atividades da Federação e para qualquer outra atividade que tivesse. Então, eu passei a ter essa vida fora do município, dentro do movimento sindical, fora daqui da instância local.

A sua habilidade em estabelecer contatos com diferentes pessoas favoreceu a fortalecimento de elos entre o sindicato e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES), movimentação que, em alguma medida, abriu a agenda sindical local a novos temas e ações.

O sindicato aqui era um pouco distante da Federação. Não tinha essa proximidade. E aí, talvez assim, por conta de uma característica que é minha... eu comecei a me relacionar, porque também nos municípios pequenos a gente conhece muita as pessoas dos outros municípios, então já tinha uma relação, já conhecia o pessoal do sindicato de Guarapari, depois o sindicato de Alfredo Chaves, enfim, das redondezas aqui. Passei a participar e a envolver mais o sindicato na federação.

Além disso, as redes de contato estabelecidas contribuíram para a sua atuação como dirigente, fazendo-a refletir sobre o papel do sindicalismo e o seu como diretora;

Foi o período que eu estava fazendo faculdade. Apesar de eu não estar numa [faculdade] pública, eu estava fazendo numa [faculdade] particular, mas, mesmo na particular, sempre tem os grupos de estudantes que vão para os movimentos e tudo mais, e eu me engajei com esses grupos, entendeu?! Uma coisa me levou a outra: tanto a minha vida no sindicato me ajudou a ir, a me envolver com esses grupos lá, quanto esses grupos lá também me ajudaram a ter uma visão diferenciada do que era o sindicato. Porque senão eu estaria com aquela visão baseada no que aquela diretoria vinha trazendo, né?! Então abriu um pouco, me ajudou! Contribuiu bastante.

Simone passou apenas um mandato na diretoria do sindicato devido à interdição do prefeito eleito. Seus relatos narram que seu nome tinha sido referendado a continuar na diretoria e, portanto, compor a chapa do sindicato, mas, como se manifestou contrária ao então candidato a prefeito, ele solicitou sua exclusão do processo.

Recuperando os detalhes fornecidos por Simone a respeito dessa situação, ela nos fala que havia uma prática que persistia desde a ditadura militar, de fazer constar no documento de registro da chapa a assinatura de uma autoridade local. Dessa forma, os integrantes da chapa sindical que ela integrava recorreram ao prefeito recém-eleito, pedindo sua assinatura no documento. Ao ver que Simone fazia parte da chapa, a referida autoridade não só contestou sua inclusão, como exigiu que fosse eliminada do pleito:

[...] Ele [o representante da chapa sindical] concordou que eu não tivesse nela, porque o cara [o prefeito] fez uma série de ameaças, ou de propostas, né?! Por que o sindicato dependia de muitas coisas. Enfim, eu não fiquei naquela diretoria, mas coincidentemente esse era o período também que estava tendo eleição para a federação.

O trabalho desenvolvido no âmbito do sindicato, a sua participação nas atividades da Federação e as articulações com os sindicatos da região e estado contribuíram para que fosse indicada a compor a chapa da nova diretoria da FETAES. Dessa maneira, Simone assumiu o cargo de Secretária Geral, espaço responsável por debater e encaminhar ações sindicais em torno dos temas da previdência social e da organização das mulheres trabalhadoras rurais. A vinda de Simone significou o ingresso da primeira mulher, liberada integralmente, a ocupar um cargo de direção na FETAES, condição que também se expressou no sindicato anos atrás.

Seus relatos evidenciam que nesse período de 1998 a 2001, intervalo de sua gestão dentro da FETAES, intensificava-se o processo de organização das mulheres em nível estadual, advindo das lutas nascidas há algum tempo. Foi nesse momento que se constituiu a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAES. Entretanto, nesse mesmo período no Espírito Santo, não havia nenhuma articulação em torno das questões da juventude trabalhadora rural: “foi o momento que a gente criou a Comissão de Mulheres, mas não tinha a discussão específica de juventude. Era uma discussão que, até para a FETAES, era nova”.

O seu engajamento nos processos de organização das trabalhadoras rurais foi fundamental para que Simone se definisse como “mulher”. Não se colocava para ela, naquele momento, a identificação como jovem. Passou a reconhecer-se e autodenominar-se mulher e jovem só quando começou a participar de algumas ações juvenis desenvolvidas pela CONTAG:

[Eu] não era aqui a jovem mulher, eu era uma mulher jovem. E, apesar de outras representantes aí dentro da Comissão [de mulheres] também serem jovens, a gente não fazia essa discussão. Então quando a gente... quando eu comecei a fazer essa discussão da juventude pontualmente, foram nesses eventos que houve na CONTAG.

Em 2001, com 26 anos, Simone torna-se a primeira Coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, eleita durante o 8º Congresso da entidade. Os caminhos que a levaram a integrar esta chapa não foram tão detalhados em seus relatos. Dentre os poucos aspectos destacados está o fato de sua Federação estabelecer articulações com os estados da região “Centro-Sul”. Segundo Simone, esse bloco de Federações do Centro-Sul mantinha uma posição questionadora em relação à filiação da CONTAG à CUT, diferentemente do que defendia a região Nordeste, que reunia maior peso político na direção da CONTAG. Assim, a composição política desta chapa da CONTAG, como de costume, buscou reunir estas diferentes correntes de pensamento, e o nome de Simone foi respaldado por sua Federação.

Seus depoimentos revelam que, inicialmente, ela mesma resistiu ao fato de ser indicada à Coordenação de Jovens da CONTAG. Além de se sentir pouco preparada para ser dirigente de uma instância nacional, igualmente considerava que o seu envolvimento pontual nos processos de organização da juventude interferiria em sua atuação, já que pelo menos cinco federações no Brasil já estavam mais avançadas neste tema. Abaixo cito três passagens que marcam essa percepção expressada por Simone:

Para ir para a CONTAG, [...] eu não tinha o acúmulo da discussão da juventude. [...] Então, eu não cheguei na CONTAG como representante da juventude, por uma trajetória de discussão da juventude. Eu cheguei por minha trajetória de discussão como mulher, não como jovem.

[...] É diferente de alguns outros representantes que tinham na Comissão [de Jovens da CONTAG]. Pelo menos assim, uns cinco representantes da Comissão Nacional [de Jovens da CONTAG], daquela primeira configuração, já vinha de um processo diferente, já tinha esse acúmulo no estado, né?!

[...] Mas o fato, eu acho, de eu não ter aquele acúmulo com a juventude, então eu fiquei bastante amedrontada... bastante amedrontada.

Em sua chegada à CONTAG, algumas tensões se colocaram exatamente pelo fato de ela não vir de um Federação que já tinha atuação com a organização da juventude. Entretanto, na medida em que foi desempenhando seu trabalho junto à Comissão Nacional de Jovens da CONTAG, logo estes questionamentos foram se dissipando.

3.2 Elenice Anastácio

Maria Elenice Anastácio, hoje com 38 anos, foi a segunda diretora a assumir a Coordenação de Jovens da CONTAG, cargo que desempenhou durante dois mandatos (2005 – 2009; 2009 – 2013). Ela nasceu em Monte das Gameleiras, município de 3 mil habitantes, localizado no Rio Grande do Norte. Quando fala de sua cidade natal, Elenice comenta com ironia a fato de sempre ter vivido em área urbana. A casa onde cresceu situa-se, segundo as delimitações legais feitas pelos órgãos municipais, em perímetro urbano, no centro de Monte das Gameleiras, como ela mesma diz: “Então, nós moramos na cidade... no centro da cidade – a cidade tem três ruas (risos)”. Entretanto, era no campo onde Elenice e seus familiares passavam a maior parte do tempo, trabalhando em atividades agrícolas.

Dentre os primeiros comentários feitos por Elenice durante nossa conversa, está o fato de pertencer a uma “família de sem-terra”, que por muito tempo trabalhou em terras de terceiros. Em alguns casos, eles trabalhavam por meio de arrendamento, ou seja, devolvendo ao proprietário da terra parte da renda que a família adquiria com trabalho; em outros, conseguiam desenvolver suas atividades sem que fosse cobrada a renda, mas era exigido, em contrapartida, que deixassem “o pasto, os restos das cascas de milho, de feijão, de fava para os animais” da propriedade.

Embora, as sucessivas gerações de familiares, maternos e paternos, trabalhassem na agricultura, sua família permanecia como sem-terra.

A mãe herdou menos de meio hectare de terra, medida que não garantia a sobrevivência da família na agricultura, pois, de tão pequena, só permitia ter algumas árvores. Com o impacto da seca, nem os frutos brotavam; por essa razão, a mãe vendeu o pequeno lote para um de seus irmãos.

Elenice nos contou que só recentemente descobriu com quantos anos começou, de fato, a trabalhar no “roçado”. Por muito tempo, pensou que tinha ingressado nesta atividade aos dez anos, mas, nunca conversa com sua mãe, foi revelado que suas primeiras tarefas na agricultura se iniciaram aos cinco anos de idade:

A partir de um vídeo que eu vi na ENFOC, que tem uma criança raspando a mandioca... quando eu vi aquela criança, daquele tamanho, raspando a macaxeira do jeito que eu raspava, aí eu fui perguntar a mãe, né?! E mãe estava aqui [em Brasília], inclusive, no período. Aí ela foi me dizer qual foi a idade que eu comecei realmente a ir para o roçado. [...] Está aqui o corte. É que eu raspava a mandioca assim [gesticula, mostrando-me a forma como faziao trabalho], não era para fora, era para dentro. [...] Então, minha mãe me ajudou a lembrar que eu comecei a trabalhar na agricultura a partir dos 5 anos de idade. A minha rotina era de trabalho.

Como fica evidente no depoimento acima, as narrativas de Elenice trazem o trabalho como um componente forte em sua infância, adolescência e juventude. Todavia, foi só mais recentemente que ela passou a enxergar as tarefas exercidas como trabalho. Os discursos de familiares era de que essas atividades desempenhadas por ela não passavam de “ajuda”, como registra no fragmento a seguir: “Ela [a mãe da entrevistada] chama de ajudar, né?! Eu hoje reconheço que aquilo era trabalho. ” Provavelmente, o engajamento no Movimento Sindical e nas redes de debate e articulação decorrentes da sua participação contribuiu para que ela analisasse mais criticamente os limites do conceito de “ajuda” e a carga de invisibilidade e desvalorização que ele imputa ao trabalho das mulheres.

O trabalho desempenhado por Elenice, desde os cinco anos, incluía atividades agrícolas somadas ao trabalho doméstico e de cuidados, em geral não remunerados.

A minha vida desde esse tempo é de trabalho. Plantar, colher, limpar o roçado, levar comida para os trabalhadores, buscar lenha, lavar roupa, cuidar das crianças, então, quem cuidava das crianças era eu, quando adoecia quem levava para o hospital era eu. Hospital não, que lá não tinha hospital, era posto de saúde, hoje é que tem hospital.

Dentro dos limites da não remuneração pelo trabalho exercido, Elenice ainda trabalhava com a venda de frutas na cidade. Em geral, frutos doados por seus tios, que eram

comercializados na intenção de conseguir algum dinheiro que atendesse às suas vontades e necessidades pessoais:

E eu cheguei a vender frutas na cidade – que os meus tios que tinham um pedaço de terra me davam. E a minha tia, irmã de mãe, que tinha um pedaço de terra e ela plantava horta, plantava e eu vendia... e eu ganhava dinheiro vendendo na cidade. Dos meus tios era pinha, caju, goiaba, limão, coisas assim que botava na cabeça e saía vendendo na cidade. As minhas irmãs fizeram isso também – então, minha vida foi sempre de trabalhar, estudar meu pai não queria.

Elenice nos conta das dificuldades que encontrou para estudar, numa família em que o pai não aprovava a ida dos filhos à escola e agia com violência quando sua ordem era contrariada. Nesta “luta para estudar”, utilizando suas palavras, ela contou com duas aliadas: a mãe e a avó que, mesmo pressionadas pelo seu pai, criaram possibilidades para que a menina frequentasse a escola. Durante a entrevista, Elenice conta que enxergava os estudos como um caminho para ajudar as pessoas do seu município:

Eu queria estudar, eu queria aprender a ler, eu queria ajudar as pessoas do meu município, que até então quem estudava eram os filhos e filhas das pessoas que tinham terra e os outros eram pouco estimulados a estudar, e, quando estudavam, quando sabiam ler e escrever, eles não ajudavam os seus parentes a escreverem cartas para quem estava mais distante.

Com o passar do tempo, Elenice começou a ser conhecida ora por ser a neta da parteira do município ora por escrever cartas para as pessoas da comunidade. Seus conhecimentos e boa escrita permitiram que ela igualmente ajudasse a família. Seus tios, que se envolviam com as eleições municipais, pediam que ela preenchesse as fichas dos novos filiados ao partido político a que eram vinculados. Com isso, sua “fama” chegou aos ouvidos do presidente do sindicato:

E virou uma fama, então eu escrevia para quem morava na cidade e tinha parente fora, como para quem morava no sítio e tinha parente fora. Então me tornei conhecida. Um dia Neco Viana [presidente do sindicato] pega e me chama para ir na reunião do sindicato. Eu disse: “Não vou não”, porque ele queria que eu fosse preencher lá os negócios. “Não vou não que pai me mata”.

Mesmo filiado ao sindicato, o pai de Elenice pouco participava de suas atividades. Desse modo, as referências que ela construiu sobre este espaço vieram da sua observação, afinal, morava próximo à sede do sindicato e aproveitava para ficar olhando a movimentação do local, principalmente nos dias de reunião e assembleia com os associados.

Em seus relatos, a imagem inicial do sindicato é que era espaço ocupado por homens mais velhos: “Era só homem e homem assim, de mais idade, que ficava na porta do sindicato”. Tal configuração sindical não a entusiasmava, por não se sentir à vontade diante de um ambiente masculino e envelhecido. Além disso, seu pai não via com bons olhos sua participação neste local, ou melhor, em nenhum espaço que ultrapassasse os limites da casa e da roça onde trabalhava a família.

Numa cidade pequena, com poucos espaços e eventos para a socialização da juventude, a escola e a igreja tornaram-se ambientes possíveis à participação de Elenice, mesmo com todas as proibições paternas. Outro ambiente do qual participou foi o grupo “Juventude Unida Gameleirense (JUG)”, que se reunia para promover atividades de esporte e entretenimento dentro do município e para demandar que a escola localizada no município ofertasse o ensino médio.

Logo, Elenice foi convidada pelo presidente a participar do sindicato. Contudo, diante dos argumentos já mencionados, ela recusou, num primeiro momento, o convite. O presidente do sindicato continuou a convidá-la. Numa dessas oportunidades, Elenice mencionou que só aceitaria frequentar se neste espaço tivessem outras mulheres e jovens. Sua proposição tinha as seguintes motivações: “Porque pai não ia deixar nunca eu ir em um lugar que só tinha homem. Então, se tivesse mulher, ele ia confiar naquele lugar; se tivesse jovens, eu ia me sentir à vontade. E aí o presidente do sindicato topou.”

Na primeira reunião sindical da qual participou, Elenice convidou os colegas da catequese e outras pessoas da igreja. Juntos produziram cartazes, caracterizaram-se com as culturas e atividades agrícolas mais comuns no município e fizeram uma rápida apresentação que foi vista por todos os presentes. A partir daí, ela começou a participar do sindicato. Logo foi chamada a exercer a função de funcionária da entidade para elaborar as atas e receber os pagamentos da contribuição sindical dos filiados. Diante dos questionamentos do pai, negociou a ida ao sindicato no turno da tarde, dedicando-se pela manhã ao trabalho no roçado. Passado algum tempo, em 1995, aos 17 anos, compôs a diretoria do órgão classista.

Nesse período, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN) estava desenvolvendo, em articulação com a CONTAG, debates sobre desenvolvimento rural sustentável e o projeto político sindical. Momento que

correspondia aos primeiros passos para a criação da sua Comissão Estadual Provisória de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no contexto desta federação. Esta configuração permitiu a Elenice participar de vários eventos estaduais e no polo sindical⁵⁵. Essas atividades contribuíram para que ela refletisse sobre novos temas, pouco debatidos na sua localidade, e ainda sobre a próprio papel do movimento sindical, questões que fizeram com que passasse a analisar com mais criticidade a atuação do sindicato do qual fazia parte.

Teve em 96 (eu acho), o Salão Nordeste de Agricultura Familiar, a coisa mais bonita que eu já vi na minha vida. Foi ali que eu passei a gostar do movimento sindical, porque até então eu estava no sindicato sem saber nada do que era aquilo. [...] Apaixonei assim de um jeito e comecei a questionar o Neco no sindicato. Quando ele falava uma coisa que eu sabia que não era aquilo, eu questionava, e aí quando foi em 98, aí o pessoal me estimulava a ser candidata à presidência do sindicato.

Entretanto, antes de alcançar uma atitude questionadora, o depoimento de Elenice revela o seu medo de falar em público nos eventos sindicais, coisa que não acontecia quando participava de outros espaços, como a igreja e a escola: “Eu não tinha coragem mais de falar, porque eu achava que as pessoas sabiam muito e eu não sabia nada. Que, de fato, eu não sabia sobre o movimento sindical mesmo”. Esse ‘emudecimento’ se apresenta como um elemento recorrente em algumas pesquisas sobre as mulheres dirigentes sindicais (ABRAMOVAY e SILVA; CONTAG, 2010; PIMENTA, 2013), que se vincula ao fato de ocuparem um espaço majoritariamente masculino, forjado na ideia de que as mulheres têm pouco a dizer sobre política. Por outro lado, a própria Elenice nos informa como o acolhimento e a solidariedade de outras mulheres foram importantes para romper a barreira da fala:

Eu escrevia no papel, mas, na hora de ler, eu gaguejava. Não saía a voz, eu corri, fui chorar no banheiro e tal, mas ela [Francisca a Secretária de Mulheres da FETARN] foi me estimulando, depois eu conheci Fátima Pessoa [assessora da FETARN], já no período de capacitação que havia do PDLS, do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (que foi a CONTAG que fez). Então a capacitação era dentro do meu polo e eu comecei a participar. Aí, as explicações da Fátima Pessoa, que era assessora da federação para esse projeto [...] me despertou assim. E aí eu comecei a despontar dentro do polo, virei a secretária do polo. Depois eu virei a coordenadora do polo.

⁵⁵ Os termos polo sindical, polos regionais, microrregiões e regionais são usados para denominar os agrupamentos de municípios e comunidades que compõem a base do sindicato, das Federações e da CONTAG. Cada entidade define como agrupa o seu território de atuação em polos, de forma a facilitar o fluxo de informação, mobilização e ação.

Há seis anos na direção do sindicato, Elenice foi encorajada pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais do município e por lideranças do seu polo sindical a candidatar-se como presidente do sindicato, dado o conhecimento, diálogo com as trabalhadoras e trabalhadores rurais da localidade e habilidade que reuniu ao longo desse período. Em 2001, ela foi eleita para esse cargo, momento em que começa a ampliar a agenda sindical e a encampar várias frentes de luta para além das tradicionais atividades voltadas ao encaminhamento das aposentadorias rurais. Nesse sentido, destacam-se a luta pelo direito à terra, as ações para a terceira idade, juventude e mulheres.

As ações desenvolvidas pelo Sindicato do Monte das Gameleiras com a juventude, realizadas durante a presidência de Elenice, bem como o seu perfil e trajetória como dirigente (que incluía sua destacada participação na coordenação do polo sindical, na Comissão Estadual Provisória de Mulheres e na Comissão Estadual Provisória de Jovens, ambas vinculadas à FETARN) credenciaram-na a integrar o cargo de Coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na chapa vencedora, que concorreu à direção da FETARN para o mandato 2002-2006.

À frente da Coordenação de Jovens da FETARN aos 24 anos, Elenice focou em parcerias e ações voltadas à área da educação e do acesso a terra, por meio da Nossa Primeira Terra, uma linha de crédito voltada para jovens, na esfera do Programa Nacional de Crédito Fundiário⁵⁶. Similarmente, neste período, passou a representar seu estado na Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNJTTR/CONTAG) e, conseqüentemente, nos demais espaços juvenis, dentre eles os Encontros de Juventude realizados pela CONTAG (em parceria com a organização alemã GTZ).

Nos meses que antecederam a realização do 9º Congresso da CONTAG, ocorrido em 2005, a CNJTTR/CONTAG desencadeou um processo de discussão que objetivava influenciar no processo de composição da chapa da nova diretoria, tendo como referência a

⁵⁶ O Programa Nacional de Crédito Fundiário – criado em 2000 a partir de políticas anteriores apoiadas pelo Banco Mundial no Brasil – é uma ação desenvolvida pelo governo federal, que se destina a agricultores e agricultoras familiares que individual e coletivamente estejam interessados em financiar a compra de terra, desde que ela não ultrapasse o tamanho de quatro módulos fiscais. Este programa é alvo de várias críticas vindas de pesquisadores/as e de movimentos sociais, como o MST, principalmente por criar uma modalidade de acesso a terra não baseada na Reforma Agrária e que gera o endividamento dos/as trabalhadores e trabalhadoras. Sobre esta discussão, recomenda-se o artigo de Sauer (2010).

indicação de nomes de jovens. Com essa iniciativa, foram levantados nomes de pelo menos cinco jovens, dentre eles o de Elenice. A tentativa era de conseguir, com isso, ampliar a participação da juventude neste nível diretivo, não se reduzindo apenas à Coordenação específica de jovens. Outro desafio era manter Simone Battestin no cargo de Coordenadora de Jovens, buscando reverter sua possível saída, já que seu Estado propunha substituir seu nome pelo de um outro dirigente.

Segundo Elenice, todos os esforços da CNJTTR foram frustrados, afinal, Simone realmente saiu da composição da nova diretoria da CONTAG, os nomes de jovens indicados foram pouco considerados, inclusive para os cargos de suplência. No contexto da diretoria executiva, a juventude só contou com uma representante: Elenice Anastácio à frente da Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Elenice enfrentou não só a concorrência interna à Comissão Nacional de Jovens da CONTAG (que indicou outros quatro nomes, além do dela), como também no âmbito de sua federação (FETARN), que, durante uma das reuniões de diretoria, chegou a identificar outras cinco pessoas interessadas em um dos cargos da Executiva da CONTAG. Mesmo diante dessa disputa, o nome de Elenice se viabilizou, principalmente por três aspectos: por ser mulher (fato que ajudaria no cumprimento da cota de, no mínimo, 30% de mulheres na direção); por estar na faixa etária de juventude (o que a credenciava a ocupar a Coordenação de Jovens) e por ter o apoio da sua Federação (mesmo com divergências).

Aos 27 anos, Elenice assume a Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, função desempenhada durante dois mandatos.

3.3 Mazé Morais

A minha última entrevistada foi Maria José Morais Costa. A piauiense do município de Batalha, Mazé Morais (como prefere ser chamada) foi a terceira Secretária de Jovens da CONTAG no mandato 2013 – 2017.

Na entrevista concedida a Sara Pimenta, Mazé apresentou-se da seguinte forma à entrevistadora:

Eu sou Maria José Morais Costa, sou nordestina, piauiense, agricultora familiar, trabalhadora rural lá do norte do Piauí, de Batalha, uma cidade conhecida como a terra do bode. E assim... eu comecei a minha vida dentro do movimento sindical cedo, eu jovem, muito cedo, eu jovem também vinda de uma família muito pobre, bem necessitada, e aí eu, família de nove filhos, e eu por ser uma das últimas, cheguei num momento melhorzinho do que os antes de mim, porque antes de mim talvez passaram até necessidade e fome (Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Sara Pimenta, 2017).

No início de nossa conversa, ela relatou as vivências compartilhadas com sua família e da vida que levavam nesse pequeno município, seguindo a mesma linha narrativa da entrevista concedida a Sara Pimenta.

Mazé, hoje com 34 anos, nasceu numa família de nove irmãos. Ela ocupa a posição de filha caçula por conta do falecimento de outros três irmãos, mortos ainda bebês. Os seus relatos nos levam a entender que as dificuldades econômicas vividas por sua família forçaram-na ao trabalho na roça desde os oito anos de idade, inicialmente para levar comida aos trabalhadores, junto com suas irmãs. Quando alcançou a idade de 10 anos, começou a participar do trabalho de plantio e colheita: “E com 10, 11 anos, continuando, aí comecei a questão da plantação, eu sempre fui para a roça ajudar meu pai a apanhar feijão, a plantar o milho, a plantar o feijão, a ajudar a colher na época da colheita. ”

Mesmo diante de tantas dificuldades, Mazé considera que seus irmãos mais velhos enfrentaram situações piores de privação, chegaram até mesmo a passar fome. Já os filhos mais novos puderam contar com o dinheiro enviado pelos irmãos mais velhos, que migraram para São Paulo para tentar a vida, situação que atenuou as dificuldades da família: “E a dificuldade da alimentação. Meus irmãos mais velhos sofreram muito essa dificuldade. Eu já cheguei um pouquinho mais avançada, porque meus irmãos já viajavam para fora e já ajudavam a família [enviando dinheiro]. ”

As circunstâncias de privações por que passava fez com que Mazé refletisse, desde muito cedo, sobre o que fazer para alcançar melhores condições de vida para si e sua família. Dessa forma, a jovem foi tentando combinar algumas atividades para além do trabalho agrícola, e passou a envolver-se com diferentes grupos e espaços dentro da comunidade.

Uma das atividades em que se envolveu foi no grupo de catecismo da Igreja Católica, estimulada por uma de suas tias que atuava na coordenação. Outro importante espaço foi a Associação de Moradores da sua comunidade, onde passou a participar das reuniões com alguma frequência, já entre os 13 e 14 anos, estimulada pelo pai e tio: “E aí eu sempre gostei de participar, meu pai era sócio da associação e aí, dentro da comunidade, quem coordenava a associação era um parente nosso, um tio que via em mim aquela menina que sempre tinha curiosidade.” (Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Sara Pimenta, 2017). O trabalho da associação era buscar melhorias para a comunidade como energia elétrica, benfeitorias no transporte e estradas, etc.

Além desses espaços, para conseguir recursos financeiros que a ajudassem a suprir suas necessidades pessoais, Mazé ainda passou a dar aulas de reforço para crianças da região.

Diante de alguns problemas internos por que passava a Associação de Moradores, um grupo de pessoas levantou a proposta de criar uma nova organização. Dessa maneira, aos 15 anos, Mazé foi convidada a integrar, como presidente, a Associação recém-criada, dado o seu interesse e assiduidade nas reuniões. Foi à frente deste cargo, de presidente da associação, que Mazé passou a frequentar as reuniões do sindicato.

E aí, um dia eu fui participar da reunião com os sindicatos [da região]. [...] meu pai sempre participando das assembleias do sindicato, mas eu ainda sem ir para as assembleias. Dessa reunião da associação, o presidente do sindicato convocou todos os presidentes de associação para uma reunião para mobilização do dia 8 de março.

O fato de Mazé ser a mais jovem presidente dentre as associações do município chamava a atenção das pessoas, inclusive do movimento sindical. À medida que Mazé participava das reuniões do sindicato, os convites para que ela se associasse à entidade eram renovados, questão que a estimulava a atuar ainda mais e até mesmo a cogitar sua filiação.

Em 2001, o Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Batalha já contava, em sua diretoria, com a Coordenação de Jovens, respeitando as deliberações sobre a organização da juventude aprovada neste mesmo ano pelo Congresso da CONTAG.

Dentre as ações em curso naquele momento, estava a criação da Comissão Municipal da Juventude Trabalhadora Rural do sindicato, que tinha o objetivo de “ser essa ponte da comunidade para o sindicato, quando fosse fazer alguma atividade juvenil naquela comunidade ou na região”. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016). Para isso, a Comissão seria composta por jovens representantes das sete microrregiões rurais que integram o município. De forma a dar conta dessa tarefa, foram realizados encontros de jovens em cada uma das microrregiões municipais. Mazé participou, junto com um de seus irmãos, do evento realizado em sua microrregião, denominada Ladeira, onde compareceram aproximadamente 50 jovens. Nesta atividade, debateu-se sobre o papel do sindicato e a importância da Comissão que seria criada, discussões que prepararam o processo de escolha das(os) indicadas(os) a titulares e suplentes. Segundo Mazé, embora entusiasmados, os presentes, incluindo ela, demoraram a candidatar-se, pois um dos critérios era ser sindicalizado:

Então, quando ela [a Coordenadora de Jovens do Sindicato] falou isso [de ser sócio], todo mundo ficou calado, ninguém quis, porque se associar tinha que pagar mensalidade, não é? E aí, nenhum daqueles jovens que estavam lá, cada um mais pobre do que o outro, eu, inclusive, era uma delas. Ninguém quis. Aí meu irmão disse assim: “Mazé, por que é que tu não participas desse negócio? Rapaz, tu participa, depois tu te associa”.

Embora interessada em participar desse espaço e estimulada pelo irmão, Mazé resistiu à proposta, com medo de tomar uma decisão que seria desaprovada por seu pai. Mesmo receosa com a possível reação de seu pai, Mazé resolveu levantar a mão e colocar-se à disposição para representar os jovens de Ladeira na Comissão Municipal. A partir daí,

Fui referendada na assembleia do sindicato, e, a cada três meses, tinha uma agenda que a gente reunia no sindicato para a gente fazer o planejamento do município. Naquela época, estava começando também o Programa Jovem Saber. Lá em Batalha, foi um dos municípios que iniciou seis grupos muito legais. [...] Em toda assembleia, eu sempre participava. E aí os membros da comissão municipal de jovem quase não participavam. E aí o pessoal foi vendo.

Mazé conta das dificuldades que tinha para pagar a mensalidade do sindicato e para se deslocar até o centro do município, onde aconteciam as reuniões e assembleias sindicais. Para isso, contava com o dinheiro enviado pelos irmãos mais velhos e com as caronas das lideranças sindicais ou de outros conhecidos.

Por esses caminhos de envolvimento nas atividades sindicais, rapidamente Mazé chegou à direção do sindicato, inicialmente como suplente da Coordenação de Jovens, em 2003, quando tinha 21 anos. No ano de 2006, Miscilene, que era a Coordenadora de Jovens do Sindicato, foi indicada a integrar a diretoria da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG-PI). Dessa forma, Mazé, que era sua suplente, foi conduzida à diretoria executiva do STTR de Batalha:

Beltrana [nome omitido] era uma companheira boa e tal, e aí começaram a articular o nome da Beltrana. Inclusive o presidente do sindicato era muito meu companheiro, amigo. Ele disse: “Olha, vamos articular no polo o nome da Beltrana, que a Beltrana vai para a Federação, e você é uma menina atuante na comissão de jovem, vem para assumir a secretaria de juventude [do sindicato]”. E isso aconteceu.

Passados os três anos de mandato em que substituiu a titular, Mazé participou das eleições sindicais seguintes, e foi reconduzida ao cargo de Coordenadora de Jovens do Sindicato, dessa vez como titular:

Terminei os três anos dela, e teve outra eleição no sindicato. Quando teve a eleição no sindicato, eu já renovei o meu mandato de novo. Em seguida, já era eleição da federação, porque um ano depois já era eleição da federação.

Chegado o momento de composição da chapa para a nova diretoria da FETAG- PI, o polo estava considerando a possibilidade de indicar novo nome. O entendimento de Mazé sobre esse tema é de que houve desgastes internos à direção, bem como o desejo, por parte da atual representante, de voltar para o seu município. Esses fatores, que não nos cabem aprofundar aqui, levou o polo sindical a buscar nova representação para a direção da federação. Muito embora fosse bastante envolvida com as atividades da FETAG-PI desde que assumiu a Coordenação de Jovens do Sindicato e passou a representar seu polo na Comissão Estadual de Jovens da Federação, o nome da Mazé não tinha sido discutido inicialmente pelo polo, situação que se altera quando da ligação de uma dirigente dessa federação.

Aí, terminando de fechar a chapa, já tendo várias reuniões, várias coisas, um dia, seis da manhã, uma dirigente da FETAG-PI me ligou. E aí falou se eu tinha condição de assumir, se eu queria ir para a Secretaria de Jovem da FETAG Piauí. Eu não tinha nem intimidade com ela e aí eu disse: “Olha, é 5h30 da manhã, eu vou para o sindicato. Vou me levantar agora, tomar um banho, daqui a pouco eu estou no sindicato, vou conversar com a diretoria do sindicato, com o presidente e os demais diretores, porque eu não posso falar por mim só”. Aí a dirigente disse: “Olha, Mazé, até 9h quero sua resposta, se você aceita. Se 9h você não disser, a gente vai ter que correr, porque a gente precisa fechar a chapa, e a questão da juventude está pendente...”

Diante dessa possibilidade, Mazé decidiu acordar seu marido para uma conversa. Como sua decisão implicaria em mudanças na vida do casal – uma delas a mudança para a capital do estado, Teresina –, decidiu dialogar sobre este convite. Inicialmente, o seu marido foi contrário, mas acabou concordando com a decisão de Mazé diante dos argumentos por ela colocados:

“A FETAG do Piauí é uma oportunidade, se a gente perder... [...] a primeira coisa, o conhecimento que eu vou ter.” Eu lembro como se fosse hoje o que eu disse para ele: “Vou aprender muito em Teresina, na FETAG, e também a questão financeira.”

Depois dessa conversa, Mazé seguiu para ao sindicato na intenção de ter a mesma conversa com a diretoria, que prontamente aprovou a indicação do seu nome.

Chamei os diretores que estavam lá e fui dizer para eles. Seu Chiquinho era o presidente na época e expliquei para ele: “Agora a Federação está lá e estão querendo fechar a chapa, estão fazendo a discussão”. Disse que já tinham falado meu nome, tinham me ligado, só que hoje de manhã eles precisam de um resultado até 9h. “O sindicato libera para eu ir, eu tenho apoio do sindicato ou não tenho, o que que eu tenho que dizer? [...] E aí quando eu falei isso ele disse: “Tem total apoio, nós gostamos muito de você aqui, porém a gente perde você aqui e ganha você lá na federação”. “Então, em vez de eu ligar, quem tem que ligar é você enquanto presidente”. E aí ele fez essa ligação, e aí já colocaram lá meu nome e já resolveram vários problemas.

Então, aos 27 anos, Mazé passou a desempenhar a função de Secretária de Jovens na diretoria da FETAG-PI, deparando-se com muitos desafios, dentre eles o de morar na capital e desenvolver uma ação de juventude em nível estadual:

Aí o desafio foi grande, porque uma coisa é coordenar o município, que você tem condição de ir em todas as comunidades do município de Batalha, que são muitas e eu fui. [...] E aí, quando chegou no estado, eu digo: e agora, no estado, como é que eu vou me virar? 224 municípios. [...] eu me sentia bem no sindicato de Batalha, porque eu tinha o Jovem Saber e tinha aqueles grupos de jovens que era a minha... [...] Quando eu convocava o jovem para um encontro, para o 8 de março, para a assembleia do sindicato, eu tinha aquele apoio. Então, quando eu cheguei na FETAG, para mim, o foco principal era criar as Comissões de Jovens no Sindicato. Então, eu trabalhei principalmente as Comissões de Jovens, porque, criando, eu teria base.

Além das ações de organização sindical da juventude, o mandato de Mazé foi dedicado à realização de Festivais da Juventude, desenvolvimento de ações formativas como

o Programa Jovem Saber, mobilização da juventude para o acesso ao Pronaf Jovem⁵⁷ e outras políticas públicas específicas, além da representação do seu estado na CNJTTR/CONTAG.

Em 2012, começam as articulações para a composição da chapa da nova diretoria CONTAG, momento em que a FETAG-PI inicia um debate para retornar a esse espaço⁵⁸, já que há anos não contava com representantes nesta instância nacional. Surgiram três nomes de diretoras e diretores da Federação, candidatas(os) a este cargo, não sendo inicialmente cogitada a indicação de Mazé. Entretanto, esta configuração se altera quando da participação de um dirigente da FETAG-PI numa das reuniões promovidas pela CONTAG:

O Secretário de Formação [da FETAG-PI] veio participar dessa atividade. Nessa atividade, ele viu a conversa da reunião [que tratava da montagem da chapa da CONTAG], de como é que estava a conjuntura, o que que estava dificultando, quais eram as chances que os estados tinham. [...] E eu só sei que a FETAG chamou para uma conversa já no finalzinho do ano, já no mês de dezembro de 2012. [...] O presidente coordenou a reunião e depois queria as informações da última reunião daqui de Brasília. O Secretário de Formação fez uma fala muito tranquila dizendo: “Do jeito que está lá na Contag, o diálogo que eu percebi e o debate que está lá, se a FETAG Piauí quiser ter um nome, garantir a sua vaga lá, a FETAG tem que botar lá um nome de mulher e de preferência que seja jovem”. E aí, quando disse isso, aí o povo já se virou todo para mim. E eu que nem pensava que ia rolar. Aí, o Presidente falou: “Então, se a gente quer, a gente precisa botar o pé no chão. Os diretores têm que compreender, se é isso mesmo que a gente quer, então o nome que vai ter que ir não é nenhum desses três nomes aí, é o nome da companheira Mazé”.

Ao aceitar esse novo desafio, Mazé nos conta que alguns dos olhares a ela direcionados demonstravam certa desconfiança, por sua trajetória dentro da FETAG ser curta, de apenas três anos, enquanto os outros nomes indicados inicialmente, já tinham, no mínimo, dois mandatos à frente da entidade. Mesmo assim, seu nome integrou a chapa da CONTAG, e foi eleita a terceira Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da história da entidade, no mesmo ano em que completaria 30 anos.

⁵⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma ação do governo federal, criada em 1996, que financia projetos individuais ou coletivos, voltados aos agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária com juros mais baixos do que os praticados pelo mercado. Dentre as modalidades disponíveis, está o PRONAF Jovem, que prevê condições diferenciadas de acesso ao crédito pelas agricultoras familiares. Informação disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Fortalecimento_da_Agricultura_Familiar.

⁵⁸ O último mandato da diretoria da CONTAG que contou com representante do estado do Piauí foi a gestão 2001-2005, na pessoa de Maria de Fátima Rodrigues da Silva.

3.4 Entre surpresas e aprendizagens: as singularidades das narrativas biográficas

Um dos aspectos que mais me chamaram atenção, quando das transcrições e releituras das entrevistas, foi o fato de todas as entrevistadas, ao serem indagadas sobre sua inserção no movimento sindical, reportarem-se às suas famílias. Digo isso, porque, em nenhum momento, as estimei a tratarem do tema, sequer mencionei o termo família no processo de condução da entrevista narrativa. Devo confessar que minha expectativa é que elas já começassem a conversa contando das primeiras reuniões no sindicato, dos motivos que as levaram a sindicalizar-se.

Diante dessa surpresa, identicamente me deparei com uma importante aprendizagem: até que ponto é possível separar o sujeito analisado das estruturas com as quais ele convive? Como adverte Rosa (2011b), o movimento não pode ser visto como princípio absoluto na vida das suas lideranças, ele é uma das muitas coisas que a compõe:

[...] o movimento, por exemplo, é apenas uma porta de entrada, e ele não pode ser tratado como o princípio unificador de práticas ou mesmo como uma estrutura que possui uma ordem preexistente. O movimento é uma, entre as diversas outras coisas que povoam o mundo dos militantes. (ROSA, 2011b, p. 368).

Assim, fui buscando entender os nexos sugeridos pelas entrevistadas para narrar suas histórias da vida sindical.

De volta à dimensão familiar, é possível perceber que as dirigentes acionam suas famílias como forma de valorizar sua origem, fundada, inclusive, na relação com a terra e com a agricultura, dimensões vistas por elas como fundamentais para justificar a inserção no movimento sindical. Por outro lado, ao falarem dos seus respectivos núcleos familiares, demarcam a distância que tomaram de muitos dos valores culturais reproduzidos; exemplo disso, são as referências feitas sobre a busca por oportunidades de estudo (mesmo contrariando os pais), o casamento ‘tardio’ no seio de uma família italiana, e a própria condição de autonomia financeira e independência, promovida pelo cargo de dirigente nacional (tema que trataremos nos capítulos seguintes). Entretanto, a noção de distanciamento usada aqui não significa rompimento com a família, pelo contrário, as entrevistadas afirmam que são valorizadas e reconhecidas por seus familiares, pelas escolhas que fizeram e oportunidades que conquistaram em suas vidas.

Diferentemente do que se costuma pensar, a participação das três dirigentes não foi induzida pela opinião de seus pais ou outros familiares, ou até mesmo pela vigorosa inserção destes no âmbito sindical. Alguns dos seus parentes eram, sim, associados ao sindicato, mas mantinham uma relação superficial, restrita ao acesso a benefícios previdenciários, de assistência médica e odontológica. Configuração que pouco estimulou o ingresso dessas mulheres jovens ao movimento, como vê-se no depoimento do pai de uma das entrevistadas: “Então, quando eu cheguei e fui dizer isso para ele [sobre seu interesse de participar do sindicato], ele disse: ‘Minha filha, mas você?’ Tipo assim, o que eu ia fazer no sindicato?” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Os relatos em torno da vivência no trabalho agrícola desempenhado pelas entrevistadas junto com seus familiares, e até mesmo a situação de privação diante das dificuldades de acesso a terra e dos poucos recursos para alimentar suas famílias, relativamente numerosas, aparecem como dimensões significativas que dão sentido à permanência dessas dirigentes no movimento sindical: [...] “eu comecei a ver que o sindicato tinha a ver com tudo que tem na vida de uma pessoa que mora e que trabalha no campo. [...] Lá eles estavam falando de produção, de crédito, de assistência técnica. ” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016). Contudo, vale frisar que este sentido foi se afirmando entre as entrevistadas, na medida em que a participação delas no movimento sindical foi se intensificando. Seus depoimentos foram unânimes em revelar que não tinham a real noção do papel e objetivo da luta sindical, mesmo quando já estavam desempenhando atividades como funcionárias do sindicato:

[...] Porque até então eu estava no sindicato sem saber nada do que era aquilo. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Na eleição seguinte, me tornei diretora do sindicato. E assim, foi do zero, né?! Saber o que era movimento sindical do zero. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Vejo que essa relação entre trabalho agrícola, terra, família tão enfatizada nos depoimentos quer demarcar a origem de classe dessas entrevistadas, dimensões que agregam legitimidade à sua ação como dirigentes sindicais. Desse modo, indicam que foi ainda por meio dessa origem familiar que elas construíram sua história como trabalhadoras rurais e,

por conseguinte, chegaram à posição de dirigentes em cada um dos níveis de representação da categoria.

O conflito vivido dentro da família é outro tema bastante relatado. Todas elas reclamaram da reclusão vivida na adolescência, determinada pelo pai, sobre a impossibilidade de sair com as colegas, de frequentar espaços da comunidade (às vezes até à igreja) ou em dois dos casos, o impedimento de ter acesso aos estudos, por entender que o ambiente escolar não era para as mulheres.

Desde sua pouca idade, mesmo envolvidas nas atividades domésticas e de produção agrícola, demonstravam ter uma postura de resistência às imposições e injustiças, incluindo as que vinham de seus pais. Não queriam manter-se presas aos padrões familiares da violência doméstica e das imposições de que *mulher tem que casar cedo e não precisa estudar*. Declararam-se desobedientes, fora dos modelos de mulher ‘frágil e dependente’ pregado por suas famílias.

[...] porque eu era muito um menino homem e a mulher da minha família, porque eu sempre fui baixinha, pequena, mas eu sempre fui... [...] dei suporte para andar, para dirigir, para levar na moto, para resolver o problema na cidade, na comunidade. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Sara Pimenta, 2017).

E a minha luta começou dentro de casa para estudar e contra a violência que a gente sofria dentro de casa... Todo mundo apanhava. Pai batia em todo mundo. Se mãe fosse defender a gente, ela também apanhava. Então minha luta começou por aí. Eu podia até apanhar, mas eu não queria que as minhas irmãs apanhassem. Então, eu comecei a lutar contra isso dentro de casa. Quanto mais eu lutava, mais eu apanhava. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

O fio narrativo construído por elas sugere que, ao tratarem desse tema, ou seja, das proibições paternas, as entrevistadas agregam novo sentido à sua inserção na luta sindical. Por este caminho, a participação no sindicato se justificava por uma postura pessoal questionadora, entendida como atributo importante e necessário para se inserirem nas lutas sindicais e, de maneira especial, nas lutas das mulheres e da juventude.

Por outro ângulo, o movimento sindical até pode ser enxergado como uma possibilidade de libertação, ante as determinações paternas. Por meio de sua participação sindical, essas mulheres conquistaram o reconhecimento da família, puderam ter mais autonomia para sair de casa, ter contato com diferentes pessoas e ideias, viajar para outros

municípios, estados e até mesmo países, ter acesso à uma gratificação financeira. Estes componentes marcaram sua trajetória e posicionamentos.

[...] Uma coisa que eu levo e que eu consegui, e que, se eu não estivesse no movimento sindical, talvez eu não tivesse conseguido. Era me libertar. [...] eu me libertei a partir do primeiro momento que entrei no sindicato, porque nós éramos pobres. Quando você ganha alguma coisa que você consegue se ajustar e você tem responsabilidade, você ganha moral. Então eu acho que na minha família eu comecei a ganhar moral. Tanto que hoje eu sou a mais nova, mas quem coordena, quem ajuda, quem diz isso, quem faz as coisas tudinho, se tem algum problema na família, eu que faço... entendeu? Isso, para mim, o movimento sindical foi muito interessante nesse sentido, de eu poder me sentir eu mesma. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Além de a gente ser pobre, o meu pai sempre mandou em nós. Eu me senti libertada, vamos dizer assim, eu vejo muito dessas falas das mulheres aí, a partir do sindicato. Antes do sindicato, eu nunca ia em uma festa, eu nunca ia em nada sem o meu pai. A gente só ia com o pai do lado. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Tal perspectiva não anula as marcas negativas derivadas dos conflitos, contradições e ofensivas experimentadas por essas dirigentes na esfera sindical. Marcas que ainda hoje influem em sua trajetória:

[...] toda vez que eu venho à Contag [...] quero dizer que eu sempre trago comigo um gato dentro da barriga, [...] vocês nunca sentiram um negócio arranhando por dentro, que sobe, que desce, que sai, principalmente do estômago e vai para todos os outros órgãos que tem aqui por perto? Isso é emoção, porque eu acho que toda minha vida os principais momentos de emoção, tanto boas emoções, quanto emoções ruins, eu vivi aqui e também depois daqui. Coisas muito fortes aconteceram comigo depois da minha volta, do meu regresso ao estado, ao município, mas, sem dúvida, os quatro anos que eu passei aqui [como dirigente da CONTAG] formaram, em grande parte, a pessoa que eu sou hoje. A gente estava brincando lá fora, que aqui eu acho que eu endureci e perdi a ternura e que eu precisei, principalmente, voltar para rever, estar de novo... encontrar, reencontrar a ternura que a gente traz. (Secretária de Jovens da CONTAG, informação verbal transcrita do Relatório do III Módulo do Curso de Formação Política para Mulheres – CONTAG, 2010).

Essa primeira incursão sobre as narrativas biográficas construídas pelas dirigentes mostra-nos como o seu ingresso nas esferas sindicais se deu sob formas e condições pouco evidentes. Os contextos em que estavam inseridas, ou seja, residindo em comunidades rurais longínquas, com dificuldades de acesso à educação e comunicação, vivendo no seio de famílias com poucos recursos financeiros e de baixa inserção sindical podem ser vistos friamente como situações improváveis para a projeção de uma dirigente nacional. Mais que isso, as possibilidades que construíram para chegar a este patamar foram se estabelecendo a

partir das redes pessoais. O contato que estabeleceram com pessoas da comunidade, das associações de moradores, do sindicato permitiram ingressar nas primeiras atividades do sindicalismo rural. Na medida em que essas redes se ampliavam, construíram inserções nas FETAGs e CONTAG.

As redes pessoais, que marcam a história da vida sindical dessas dirigentes, aproximam da teoria da configuração proposta por Elias (2001), em que as ações dos indivíduos dependem ademais das redes de interdependências recíprocas, modificando o jogo social:

As interdependências dos indivíduos e as coerções que sua dependência recíproca exerce têm origem em determinadas necessidades e ideais humanos, socialmente marcantes. O modo da dependência recíproca varia conforme aparecem as necessidades sociais que levam a novos vínculos entre as pessoas. (ELIAS, 2001, p. 150).

Por ora, cabe-nos avançar um pouco mais na direção das discussões sobre como as dirigentes entrevistadas passam a se reconhecer como mulheres jovens. Como a afirmação desta categoria as influenciam em sua ação cotidiana. Tema que direcionará as reflexões do próximo tópico.

4 PISANDO FIRME SEM PEDIR NENHUM SEGREDO: MULHER JOVEM TRABALHADORA RURAL COMO CATEGORIA POLÍTICA NO SINDICALISMO

Este capítulo se dedica à discussão sobre os sentidos conferidos à categoria mulher jovem trabalhadora rural dentro do sindicalismo rural, a partir das narrativas das Secretárias de Jovens da CONTAG. Integram esta discussão as possibilidades e limites que a posição como mulher jovem desempenha sobre as suas experiências como dirigentes, bem como os conflitos que decorrem das relações sociais de poder reproduzidas nas esferas sindicais.

De maneira a atender a estes objetivos, estruturei este capítulo em três partes: 4.1) Mulher jovem trabalhadora rural: uma nova categoria no discurso e prática sindical; 4.2) As marcas: como são vistas e quais papéis atribuídos às mulheres jovens dirigentes sindicais?; e 4.3) As tensões: para além dos binarismos de gênero e geração. Esta organização visa melhor dispor a multiplicidade de informações reunidas a partir das entrevistas⁵⁹ com as três dirigentes e os relatórios dos eventos do MSTTR, onde constam transcritas as falas das secretárias de jovens.

Menciono ainda que, de forma a preservá-las, a partir deste capítulo, os nomes das dirigentes entrevistadas serão omitidos; utilizo, ao final de suas citações, o termo genérico ‘Secretária de Jovens da CONTAG’.

4.1 Mulher jovem trabalhadora rural: uma nova categoria no discurso e prática Sindical

Dentre as muitas indagações que erguem esta pesquisa, uma delas diz respeito aos usos conferidos à categoria mulher jovem trabalhadora rural no sindicalismo.

⁵⁹ Como já mencionado, integram o meu material de pesquisa não só as entrevistas por mim efetivadas, mas também as realizadas por Sara Pimenta, que foram gentilmente cedidas a mim, com o consentimento das entrevistadas.

Em primeiro lugar, quero explicitar que, em suas narrativas biográficas, as entrevistadas se apresentaram como mulheres jovens. Porém este dado, por si só, não confere ao termo a condição de uma categoria política que ocupa a agenda sindical. A partir daí, debrucei-me sobre os materiais institucionais e identifiquei importantes elementos que marcam a demanda pelo reconhecimento das mulheres jovens trabalhadoras rurais como sujeitos da luta sindical.

Vê-se que nas pautas de duas das mobilizações de massa mais representativas da ação do MSTTR, como é o caso da Marcha das Margaridas e Festivais da Juventude Rural, existem pontos específicos sobre as demandas das mulheres jovens trabalhadoras rurais. Tal aspecto demonstra que a afirmação como mulher jovem trabalhadora rural ocupa mais do que o lugar de autodenominação nos discursos das entrevistadas, mas se coloca como categoria política que disputa reconhecimento na agenda sindical. Por outro lado, esta presença nas pautas do movimento expressa-se de forma recente, a partir das duas últimas edições da Marcha das Margaridas (realizadas em 2011 e 2015) e no último Festival da Juventude Rural.

Ao passo que a organização das mulheres foi se consolidando e, mais tarde, similarmente, a participação da juventude, os discursos, práticas e demandas construídas pelos sujeitos que fazem estas lutas foram se entrecruzando, criando novos significados para a sua ação e autodenominação. Dessa forma, foi fazendo sentido disputar o reconhecimento como mulher jovem trabalhadora rural na CONTAG.

Há que se ponderar, neste ponto, que a categoria jovem é muito recente no Brasil, sobretudo nos contextos das pesquisas acadêmicas e dos próprios movimentos sociais. Considerando a produção acadêmica, é nos anos 60 e 70 que começa a se desenvolver no Brasil as primeiras pesquisas sobre juventude⁶⁰ (WEISHEIMER, 2009). Vale destacar ainda a influência dos organismos internacionais para a instalação da agenda de debate sobre juventude. Exemplo disso são as pesquisas patrocinadas pela UNESCO nos anos 90, em capitais como Brasília, Curitiba, Fortaleza e Rio de Janeiro. Tais estudos concorreram para

⁶⁰ No domínio das ciências sociais, as obras pioneiras foram as de Otávio Ianni (1962), intitulada *O Jovem Radical*, e de Maria Alice Foracchi (1965), *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, que privilegiaram análises a respeito da ação política juvenil nos movimentos estudantis.

a instalação do debate sobre políticas públicas de juventude no Brasil, transcendendo a esfera da academia e alcançando os governos e movimentos sociais.

Ao observar as experiências individuais das pesquisadas, vê-se que a incorporação da categoria *mulher jovem* por elas estabelece-se de forma muito singular, a partir das interações e envolvimento com os espaços organizativos de mulheres e de juventude dentro do sindicalismo.

Para algumas delas, denominar-se ‘jovem’ no início de seu engajamento sindical, não se colocava como questão. Reconheceu-se primeiramente como mulher, por sua militância, desde o sindicato, nos espaços de debate e organização das trabalhadoras rurais. Foi somente num segundo momento que passou a autorreconhecer-se jovem e a apresentar-se outrossim como tal.

[...] eu não tinha o acúmulo da discussão da juventude, porque aqui a gente ainda estava focado na discussão de mulheres. Então, **eu era uma mulher jovem, né?! Não era aqui a jovem mulher, eu era uma mulher jovem**. E, apesar de outras representantes dentro da Comissão [de Mulheres ou de Jovens] também serem jovens, a gente não fazia essa discussão de forma pontual”. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016, grifos nossos).

A passagem acima (destacada em negrito) instala reflexões sobre a precedência da posição de gênero, em relação à de geração. Tal precedência não se estabelece de forma aleatória ou inevitável, mas de maneira construída pelos processos de engajamento nos quais estava inserida dentro do espaço sindical.

Pelas narrativas analisadas, a primazia de uma ou outra posição se justifica pelo maior envolvimento, seja em tempo ou engajamento, nas frentes de luta de mulheres ou de jovens (ou em ambas). Dessa forma, para algumas, é muito mais forte a ênfase como mulher, por conta do seu envolvimento com as causas das trabalhadoras rurais no início da militância. Já para outras, que viram nos espaços juvenis seu principal engajamento como sindicalista, é mais comum se denominarem, primeiramente, jovem, e depois, mulher.

Mais que isso, veem de forma transitória a posição como jovens, determinada pela idade, diferentemente da posição assumida como mulher, que demonstra uma estabilidade, uma permanência, como expõe a fala de uma das entrevistadas: “[...] rapazes e moças vão

deixar de ser jovens ao completarem seus 32 anos, mas moças não vão deixar de ser mulheres.” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Em síntese, podemos admitir que a autoidentificação como ‘mulher jovem’ se constitui na medida em que elas participam, tomam contato com as formas de organização e debates instalados nos espaços de luta das mulheres e da juventude, construídos inclusive por elas dentro do movimento sindical.

Mas, as mulheres jovens apontam algo de específico como categoria política? Que questões são estas? O que querem integrar ao debate e à luta das mulheres trabalhadoras rurais?

Suas narrativas sinalizam para o fato de que as mulheres jovens se interessam por temas pouco debatidos nos espaços de organização das mulheres, como a questão da educação. Ou mesmo quando as pautas parecem convergentes, as mulheres jovens manifestam sentir maior atração pelos aspectos colocados à margem, como, por exemplo, as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, no campo do direito à saúde:

Então, o tema da saúde aproximava a gente, mas não era tanto quanto o tema da educação, entendeu? Enquanto as mulheres [não jovens] estavam querendo discutir saúde, a gente estava querendo discutir educação, a gente estava querendo discutir alfabetização, a gente estava querendo discutir curso superior, a gente estava querendo discutir curso técnico e essa não é a pauta das mulheres. Elas queriam formação sindical. A gente queria formação sindical, mas a nossa pauta era a educação formal. As mulheres tratavam da saúde como tema de câncer, prevenção, essas coisas assim. A juventude quando tratava de saúde era para evitar filhos. Como se prevenir das doenças. Estou dizendo isso pelos temas que estávamos trabalhando, não estou dizendo que esse fosse o tema que interessasse ao jovem, mas esse era o tema que o movimento [da juventude] estava pautando. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Vemos no artigo de Sirlei Gaspareto e Marilda Menezes (2013), que trata da participação das jovens no Movimento de Mulheres Camponesas, um reforço à educação como tema central para as mulheres jovens. Educação formal emerge não só como uma pauta que orienta o discurso na defesa dos direitos, mas como um eixo da ação e mobilização do movimento, que busca “[...] a viabilização de cursos de educação formal para as lideranças e militantes. Este processo começou a atrair um número maior de jovens mulheres

do campo, desejosas de realizar uma de suas expectativas – a continuidade dos estudos”. (GASPARETO & MENEZES, 2013, p. 320).

Outras falas pronunciadas pelas entrevistadas igualmente demonstram que existem vários temas comuns, muitos deles abordados sob perspectivas diferentes, pelos espaços organizativos de mulheres e de juventude:

O tema da agroecologia. Era pautado pela juventude e era um tema pautado pelas mulheres. Era um tema pautado pela juventude, mas não era para toda a Comissão [de Jovens da CONTAG]. [...] eu posso estar até cometendo erros, porque, depois de vir para cá [município natal], não fui participando tanto, mas, no tema ambiental, as mulheres estavam tratando da água. E a gente estava tratando da produção. Então, algumas coisas se aproximavam e outras a gente não se aproximava. Quando tratava da violência, a violência doméstica, esse não era um tema tratado pela juventude. Embora a juventude seja vítima de violência doméstica. Era um tema muito tratado pelas mulheres. [...] A gente não tratava nem da violência doméstica, nem dessa violência dentro do movimento sindical. O que a gente tratava na Comissão de Jovens [da CONTAG] era sobre essa barreira que os que estavam lá há mais tempo tinham com a entrada da juventude, de não oferecer as condições de trabalho ou de a pessoa entrar e quem estava lá querer tirar... (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Destaco que os temas presentes na citação acima são parte do ponto de vista de uma das entrevistadas. Dessa forma, busquei, nas Pautas de Reivindicações das últimas ações de massa da CONTAG, assinalar as questões centrais apontadas pelas mulheres jovens.

Considerando a Pauta de Reivindicações da quinta edição da Marcha das Margaridas (2011), identificamos uma ênfase sobre a problemática da sucessão rural, quando consideradas as questões específicas das mulheres jovens trabalhadoras rurais. Dos 19 pontos que tratam especificamente das mulheres jovens, sete deles mantêm relação com a participação autônoma na produção, permanência no campo e sucessão rural. Além disso, na Pauta do 3º Festival da Juventude Rural, consta uma proposta sobre este tema no plano do eixo “Estímulo à organização produtiva, renda e sucessão rural”, que diz: “Desenvolver no âmbito do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – metas específicas para o atendimento das demandas das jovens”. (CONTAG, 2015b, p. 5).

Outros documentos institucionais defendem que as mulheres jovens são pouco consideradas como sucessoras da propriedade familiar (nos casos em que se tem algum

vínculo de uso, posse ou propriedade da terra) e no acesso às políticas públicas, especialmente agrárias ou de fortalecimento da produção agrícola, confirmando o que dizem as pesquisas sobre as mulheres jovens em contextos rurais (como mencionado na introdução desta dissertação).

Ancorada na literatura sobre o tema, é possível dizer que os dilemas da sucessão no trabalho agrícola das mulheres jovens são influenciados pela intersecção dos marcadores de gênero (como mulheres), de geração (como jovens) e de classe (como trabalhadoras rurais) nos seguintes termos: a) pelos limites do não reconhecimento do trabalho familiar agrícola exercido por elas – resultante da divisão sexual do trabalho, que desvaloriza as atividades exercidas pelas mulheres (AGUIAR & STROPASOLAS, 2010; CASTRO, 2006); b) pelo descrédito quanto à capacidade de tomar decisões acertadas – por serem vistas socialmente como ‘inexperientes’ e ‘em formação’, e pelo fato de serem jovens (WEISHEIMER, 2009); c) pelas restrições de acesso aos meios de produção e recursos naturais – em vista dos limites estruturais (econômicos, sociais, etc.) que marcam significativa parcela de trabalhadoras(es) rurais (GASPARETO & MENEZES, 2013).

Para Adrião & Mélo (2009), o aprofundamento da intersecção entre mulher e jovem recebe influência das ideias feministas da década de 1980, que questionam a validade das visões essencialistas, reprodutoras da noção de mulher como categoria universal.

[...] uma das questões que aparecem nos movimentos sociais, após a década de 1980, e particularmente no feminista, é a da diversidade que a categoria “mulher” pode não manifestar, qual seja, a de que diferentes mulheres disputam legitimidade nos espaços dos movimentos feministas, ao mesmo tempo em que questionam o “sujeito mulher” no singular. Sendo assim, as jovens feministas buscam ser reconhecidas como um segmento dentro do movimento (ADRIÃO & MÉLLO, 2009, grifos do autor).

Essa visão, menos essencialista e mais atenta aos diferentes marcadores que interferem sobre a inserção político-social das mulheres no mundo, motivou a revisão de práticas no universo das lutas construídas pelos movimentos de mulheres e feministas (PISCITELLI, 2008). Desse modo, as mulheres do MSTTR criam caminhos de incorporação da diversidade de marcadores, identidades e pautas que constituem a categoria mulher trabalhadora rural. Tal desafio revela-se desde a renovação das pautas político-sindicais, nas quais surgem questões específicas relacionadas às dimensões de geração, regionais, dentre

outras⁶¹. Até mesmo a denominação de uma das mais importantes ações de massa desenvolvidas pelas mulheres do movimento sindical, como a Marcha das Margaridas, passa a revisar suas terminologias, abrindo-se à ideia de que a categoria trabalhadora rural não seria aglutinadora das diversas questões em discussão:

A Coordenação Ampliada da Marcha [das Margaridas], em resposta a um questionamento feito pela representante do CNS [Conselho Nacional das Populações Extrativistas], com o apoio dos outros movimentos, passa a nomear o sujeito da marcha não mais como “trabalhadoras rurais”, mas como “mulheres do campo e da floresta.” (AGUIAR, 2015, p. 136).

Com isso, não queremos negar a existência de generalizações em torno das categorias juventude e mulher no contexto sindical. Ao longo deste, do anterior e do capítulo seguinte, é possível tomar contato com fragmentos de falas que aferem certa homogeneização, demarcadas em frases como “a juventude vive determinada realidade...” ou “as mulheres agem dessa maneira”. Por meio destas falas, vemos que ainda há um campo, ao menos discursivo, que esconde a pluralidade de posições e questões que entrecruzam os lugares como mulher e como jovem.

A autoafirmação como mulheres jovens trabalhadoras rurais e a defesa de pautas específicas erguem uma categoria política que quer construir rupturas frente a estes condicionantes de seus projetos de vida. Entretanto, elas destacam ainda que ficar ou sair do campo precisa ser de fato uma escolha. Não se deve permanecer por uma obrigação, determinada pelas tradições, nem ser expulsa pela falta de oportunidades de vida digna.

Nesse ponto, quero evidenciar algo que julgo importante. Se por um lado, esses argumentos enfatizam demandas próprias dessa geração de mulheres jovens trabalhadoras rurais, por outro, parece-me que o fato de as mulheres jovens estarem envolvidas nos espaços da juventude, espaços estes mistos (compostos por jovens do sexo masculino e feminino), restringiu, em alguma medida, a priorização de pautas ou construção de alianças orientadas

⁶¹ Um ilustrativo exemplo sobre estas inovações se expressa no *Caderno de Texto para Estudos e Debates da Marcha das Margaridas 2015*, que, pela primeira vez, orientou-se não só pelos seus tradicionais eixos políticos, mas também pelas dimensões geracionais e regionais, trazendo as vozes das Margaridas da Amazônia; das Margaridas do Cerrado e do Pantanal; a voz das Margaridas do Nordeste; do Sudeste e do Sul, além das Margaridas Jovens e da Terceira Idade. O documento está disponível em: <http://transformatorio.margaridas.org.br/>

pelo movimento de mulheres. Em outros termos, para incluir nos espaços juvenis as pautas das mulheres jovens, seria necessário o convencimento dos homens jovens.

Um traço que me aponta tal reflexão diz respeito à agenda da violência. Muito embora a entrevistada afirme ser a violência doméstica um mal que afeta intensamente as mulheres jovens, não se via um engajamento delas nesta, que era uma pauta central para o movimento das trabalhadoras rurais. Embora a autora dessa afirmativa não tenha justificado, de maneira direta, os motivos que levaram a esta não adesão, percebo, ao analisar o conjunto de entrevistas, que os espaços da juventude buscavam conciliar questões relacionadas às(aos) jovens, tentando, com isso, desviar das tensões derivadas das desigualdades de gênero.

Dessa forma, atacar as dificuldades de participação no sindicalismo das gerações mais jovens colocou-se como ponto convergente entre jovens mulheres e homens, diferentemente das dimensões da violência doméstica e do próprio assédio sexual e moral sofrido pelas mulheres, igualmente jovens, no espaço do sindicalismo. Por isso, embora algumas jovens estivessem engajadas no enfrentamento à violência contra as mulheres no sindicalismo rural, esta não se tornou uma agenda que envolvesse o conjunto da juventude.

Por outro lado, não é coerente inferir, a partir dos relatos das entrevistadas, que o espaço de organização da juventude estivesse alheio aos debates sobre os contextos das mulheres, fossem elas jovens ou não. Sobre esta questão, as próprias narrativas revelam outras nuances e possibilidades geradas pelo debate sobre as relações de gênero nos espaços juvenis, compostos de forma mista, ou seja, por mulheres e homens jovens.

E em uma comissão de jovens que era mista, essa discussão, ela extrapolava. Então, a discussão de gênero extrapolava o âmbito das mulheres, ela passava também para os espaços dos rapazes. Então eu acho que os jovens da comissão [de Jovens da CONTAG] tiveram muito mais oportunidade de discutir gênero do que os diretores de uma forma geral. Por isso tinham, eu acho, a obrigação também de ter uma postura diferenciada, entendeu? Porque os outros, a maioria deles tinha um discurso de gênero, muitos achavam que faziam aquilo, que praticavam aquele discurso. Outros não, descaradamente só tinham aquilo no discurso, sabiam que só tinham só no discurso e no íntimo não faziam questão de esconder que era só discurso não, entendeu? [...] E aí a outra coisa que eu também acho legal quando eu olho para trás e não quero só ver os pontos negativos, é de ver aqueles jovens, rapazes que vieram para a comissão, que às vezes no começo tinham um posicionamento, tinham uma visão, irem mudando essa visão ao longo do tempo, entendeu? De também enxergar. E aí a gente percebe o seguinte, o que a gente percebeu, uma das coisas que, no final, eu me lembro de quando a gente estava discutindo esse processo para o próximo congresso, essa discussão apareceu. O

quanto era bom também ter uma comissão mista, porque a discussão das mulheres, ótimo, muito bom, era a hora que assim, era só aquela discussão mesmo, então você tinha tempo de aprofundar e tudo mais, porém aquele acúmulo ficava também reduzido àquele espaço, a riqueza daquela discussão ficava reduzida àquele espaço [das mulheres]. E, em uma comissão de jovens que era mista, essa discussão ela extrapolava então, a discussão de gênero extrapolava o âmbito das mulheres, ela passava também para os espaços dos rapazes. Então eu acho que os jovens da comissão eles tiveram muito mais oportunidade de discutir gênero do que os diretores de uma forma geral. Por isso tinham, eu acho, a obrigação também de ter uma postura diferenciada, entendeu? (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Outro ponto recorrente nas narrativas de duas das Secretárias de Jovens da CONTAG diz respeito ao fato de não serem reconhecidas como mulheres por algumas companheiras⁶² sindicalistas, geralmente, as que estavam diretamente engajadas nas frentes de organização das trabalhadoras rurais, como expressa o relato seguinte:

[...] eu nunca aceitei ter passado pela gestão da CONTAG e não ser reconhecida como mulher pela Secretária de Mulheres... isso doía em mim, isso dói. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Nós, por exemplo, pelas mulheres mais de idade, é como se a gente não fosse mulher [para elas], a gente é jovem, mas não é mulher. [...] Eu lembro quando eu cheguei aqui na CONTAG, na negociação da Marcha das Margaridas, teve uma mulher, eu também não vou me esquecer disso nunca, que, quando nós chegamos na audiência, passou a lista (geralmente passa a lista de presença), e eu fui e disse: “Não, meu nome não está aqui”. Ela disse assim: “Mas você? O seu nome?” E eu falei: “Mas por quê? Sou mulher e sou jovem.” É tipo assim: “Não está o seu nome, para que o seu nome aqui?” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Aqui se instala uma nova questão: para as dirigentes entrevistadas, autoafirmar-se como mulher jovem é posicionamento importante; além disso, elas expressam o desejo de serem contudo reconhecidas como mulheres pelas companheiras que estão engajadas na luta das trabalhadoras rurais. Entretanto, tal reconhecimento não decorre apenas pelo fato de possuir um corpo configurado, um corpo entendido socialmente como “de mulher”.

Ser reconhecida por outras companheiras como mulheres significava ser considerada como parte da luta coletiva das trabalhadoras rurais, com legitimidade para

⁶² *Companheira* é termo frequentemente utilizado no espaço sindical para denominar as mulheres que estão engajadas nestes espaços. Várias citações usam esta palavra, o que justifica a adoção dela ao longo da dissertação.

falar e representar as mulheres. Por este caminho, tal reconhecimento torna-se ainda mais complexo.

As entrevistadas entendem como fatores que explicam o seu não reconhecimento como mulheres: a) serem identificadas como pouco experientes na luta sindical, dado o curto tempo e engajamento na luta das trabalhadoras rurais; b) serem identificadas como possíveis concorrentes nas disputas por liderança na esfera sindical.

Era o medo de que uma mulher que não tivesse uma trajetória em idade e em tempo igual ao delas não tinha legitimidade de ocupar esse lugar... (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Então, eu acho que é nessa linha. É o medo de a gente [mulheres jovens] ocupar os espaços que elas estão. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

A lógica argumentativa propõe que, para serem vistas como mulheres, primeiramente precisavam estar inseridas, em tempo e engajamento, no legado construído pelas trabalhadoras rurais no que se refere ao sindicalismo. Com isso, as dirigentes entrevistadas sugerem que talvez só sejam reconhecidas como mulheres quando não forem mais jovens – em idade e tempo de militância no movimento sindical –, já que precisam reunir experiência dentro dessa luta por algum período.

Por outro ângulo, percebem que o seu não reconhecimento como mulheres funciona como mecanismo de não legitimação da sua inserção nos processos de disputa política, condição que acirraria ainda mais a concorrência entre as trabalhadoras rurais na estrutura sindical.

Essas tensões são tratadas de maneira recorrente nos depoimentos das dirigentes pesquisadas, e até em outros estudos sobre a participação das mulheres jovens nos movimentos feministas. Autoras como Adrião & Mélo (2009) e Júlia Zanetti (2010) afirmam que:

[...] aquelas [mulheres jovens] que se aproximaram ficaram por muito tempo sem ocupar espaços de liderança, pois mesmo que por vezes fossem percebidas como “herdeiras” das conquistas do feminismo, terminavam sendo consideradas como inexperientes, condição esta que só seria alterada se as “feministas históricas” não estivessem ocupando a liderança no movimento (ADRIÃO & MÉLO, 2009). Em uma relação permeada pela desconfiança da inexperiência, as jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento (ZANETTI, 2010).

Pudemos ver, ao longo deste tópico, que as entrevistadas e um conjunto de outras dirigentes se autodenominam mulher jovem trabalhadora rural, reivindicando seu reconhecimento como categoria política necessária à luta sindical. Vale demarcar que esta disputa em torno da edificação da categoria mulher jovem não se estabelece apenas na área das disputas internas ao movimento, mas também se consubstancia a partir da conjuntura de institucionalização da juventude no Brasil (nos âmbitos acadêmicos, dos movimentos e do Estado) e dos aportes trazidos pela crítica e luta feminista.

Mas, como são vistas, que funções lhe são conferidas e que marcas a experiência no sindicalismo rural deixam na vida dessas mulheres jovens? Estas são algumas das questões que orientarão o próximo tópico deste capítulo.

4.2 *Bota a juventude para animar!* Expressões de resistência frente às atribuições conferidas às mulheres jovens dirigentes sindicais

No tópico anterior, as narrativas das dirigentes pesquisadas nos conduziram por discussões em torno de como perceberam-se como mulheres jovens trabalhadoras rurais, individual e coletivamente, e como constituíram esta como categoria política.

Tão importante quanto identificar o que as entrevistadas dizem de si e de suas experiências sindicais, é tornar visível os papéis e predefinições recaídos sobre elas dentro do próprio movimento. Descortinar as relações estabelecidas dentro do sindicalismo e como elas implicam em tarefas, posições e condicionantes específicos para mulheres jovens é o que se encarrega esta parte da dissertação. Para tanto, tomaremos como guias as seguintes questões: quais funções são atribuídas às jovens mulheres no sindicalismo? Que marcas a experiência no sindicalismo rural deixam na vida dessas mulheres jovens?

Em suas narrativas, as entrevistadas afirmam que, mesmo dirigentes, seja do sindicato, da federação ou da CONTAG, muitas funções atribuídas a elas e demais jovens se davam no universo das atividades de animação das reuniões, organização e decoração dos locais de realização dos encontros:

O movimento sindical acha que a juventude é para animar reunião, escrever, porque tem uma letra mais ou menos, mas não acreditava nesse potencial da juventude como transformadora desse lugar que nós estamos, principalmente quando é mulher jovem. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Então, nos encontros, sempre teve esse negócio de a juventude estar animando. Ah! Bota a juventude para animar. Bota a juventude para organizar o ambiente, decorar. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Por meio desses fragmentos, é possível ver que as entrevistadas não declaram haver distinção entre ser jovem mulher ou jovem homem para ser alvo da execução das ‘atividades juvenis’. Elas constroem, a partir da categoria “juventude”, uma generalização, na qual as tarefas são facilmente atribuídas a qualquer um que se identifique ou seja identificado como jovem. Desse modo, exprime-se certa naturalização no sindicalismo de que os indivíduos jovens estão mais aptos ao desenvolvimento de afazeres operacionais (escrever, fazer anotações e registros) e lúdicos (animar as reuniões com cantorias, decorar).

Esses mesmos fragmentos revelam o incômodo quanto ao não reconhecimento das(os) jovens como atores políticos na luta sindical. Estabelece-se, então, uma antítese, fundada em dois polos: o operacional/lúdico *versus* o político/institucional. Assim, *pari passu* ao reconhecimento das(os) jovens como aptas(os) às tarefas operacionais, há uma negação das suas competências para a ação política dentro do movimento.

Elisa Guaraná Castro (2009), que analisou a construção da juventude como ator político em vários movimentos sociais do campo, confirma a vigência de uma visão, dentro destas organizações, da(o) jovem como “tarefeiro”, ou seja, aquela(e) normalmente envolvida(o) com as tarefas de animação dos encontros, de realização das místicas⁶³, de elaboração dos registros dos debates, de ornamentação do ambiente.

⁶³ O verbete “mística”, presente no Dicionário da Educação do Campo (Caldart, et al., 2012), elaborado por Ademar Bogo (2012, p. 476), considera que: “os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao *topos*, a parte realizável da utopia. [...] Fundamentalmente, os movimentos camponeses, a partir do final do século XX, compreenderam que a totalidade do projeto das mudanças sociais não se realiza apenas pela força e pela inteligência, os sentimentos e a afetividade também fazem parte do projeto e não podem ser ignorados. A subjetividade de cada um torna-se objetividade no processo que efetiva a antecipação da utopia”. Complementando esta visão, compartilho as ideias de Elisa Castro (2009, p. 183), para quem a mística “se aproxima de um ritual capaz de revelar os atores que fazem parte ou não do grupo. As palavras de ordem, as músicas, os gestos corporais da plateia que interage

É importante frisar: se as ações de juventude no campo dos movimentos sociais rurais são sim marcadas por roteiros que recorrem às dimensões lúdicas, isto, por si só, não deve ser argumento para pormenorizar a participação desses sujeitos na ação e luta política:

Assim, o que está em jogo não é simplesmente “o fazer ou não a mística”, mas o reconhecimento e a visibilidade dos jovens como atores políticos. Nesse sentido, a divisão de tarefas para fazer a mística e, ainda, o controle de seus conteúdos, em especial em situações de representação pública dos movimentos sociais, reforçam o não reconhecimento da legitimidade política dos militantes jovens e representaria a própria negação do seu papel como atores políticos. (CASTRO, 2009, p. 184).

Embora as entrevistadas tenham analisado esse tema desde a perspectiva da juventude, pude enxergar, a partir da minha vivência, que sobre as mulheres não jovens ainda recai a atribuição de realizar as atividades voltadas para a decoração do espaço, a realização dos momentos de mística e animação, atribuições que não se colocam para os homens não jovens. Dessa maneira, entendo que a posição geracional, combinada à de gênero, amplifica, sobre as mulheres jovens, as expectativas quanto ao exercício destas funções.

Como já foi mencionado, em dois dos casos, o ingresso no sindicato pelas entrevistadas deu-se pelos seus níveis de formação educacional, que as credenciavam para o trabalho de organização das atas, fichas e demais tarefas operacionais, necessárias ao funcionamento da entidade. Em alguma medida, este dado corrobora as discussões travadas até aqui, uma vez que endossa a intenção de circunscrever a ação destas mulheres jovens a atividades secundárias, desviando-as do papel primordial do sindicato, que é a atuação política para a melhor representação das(os) trabalhadoras(es) rurais. Além do cruzamento das dimensões de gênero e geração, revela-se, neste ponto, uma ação deliberada para centralizar o poder nas mãos de dirigentes homens com maior tempo de atuação no sindicalismo.

A partir das experiências da história sindical das entrevistadas, vê-se que sua entrada no sindicato resulta não só das redes pessoais de interdependência (como mencionamos no

com a dramatização são variáveis que distinguem a relação de pertencimento de cada indivíduo que observa a mística”.

capítulo 3 desta dissertação), mas também do crivo da formação educacional. O lugar que cabe às mulheres, neste caso as jovens, é o das tarefas operacionais e, neste lugar, cabem as que contam com algum acesso à educação.

Embora as escolhas metodológicas desta dissertação não nos tenham permitido enxergar os caminhos de ingresso dos homens jovens no sindicalismo, uma pergunta me arrebatou, inevitavelmente: seriam as tarefas operacionais a primeira porta de entrada dos homens, especialmente dos jovens? A meu ver, as relações sociais que reproduzem uma divisão sexual do trabalho, nas quais aos homens cabe o espaço público, incluindo o espaço da política, e às mulheres a esfera privada, me levaria a responder que não. A este respeito, as conclusões a que chego se aproximam das produzidas por Pimenta (2012) quando afirma que “[...] os espaços de participação e representação, como o sindical, carregam e reproduzem em sua cultura política, elementos estruturantes da esfera privada e do poder patriarcal, como a divisão sexual do trabalho e a opressão e sujeição da mulher” (PIMENTA, 2012, p. 53). Em seu trabalho, a autora registra os depoimentos de várias Coordenadoras Estaduais de Mulheres Trabalhadoras Rurais das FETAGs e de mulheres que exerceram cargos na diretoria da CONTAG, por meio dos quais relatam casos de diretoras que se ocuparam da limpeza e da feitura da comida dentro do sindicato, por exigência dos presidentes e outros diretores homens.

Se de um lado, a escolaridade marca a possibilidade de ingresso das mulheres jovens nas associações e sindicatos para o desempenho das atividades burocráticas internas – que permitem aos homens reunirem mais tempo livre para o exercício da política –, em contrapartida, não podemos concluir que elas se restringem à execução destas funções. Mesmo diante destes limites, nos três casos, elas abriram caminhos que as levaram às direções.

Nesse ponto, recorro à teoria da estruturação de Giddens (1989). Segundo este autor, “[...] as propriedades estruturais dos sistemas sociais são, simultaneamente, facilitadoras e coercitivas [...]” (GIDDENS, 1989, p. 132). Ou seja, se as relações desiguais de gênero atuam de forma coercitiva, restringindo as mulheres ao exercício de alguns papéis sociais por um lado, por outro, esta mesma estrutura social opera de forma facilitadora, fazendo com que sejam adotadas formas de ação que reajam aos efeitos da coerção. Em síntese, as formas de agência acionadas pelas mulheres se estabelecem na relação entre coerção e facilitação.

Dessa forma, elas foram construindo condições que suplantaram o operacional/administrativo e alcançaram o político.

Avançando em outros aspectos abordados pelas entrevistadas, a respeito das marcas que as afetaram como mulheres jovens, vê-se as demonstrações de subestimação da atuação política destas dirigentes: “[...] a gente é discriminada, a gente é vista como aquela menina, nunca a gente é vista como uma pessoa que tem condição de fazer um trabalho. Isso a gente sofre na pele lá no sindicato, com alguns... não com todo mundo” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Mesmo transpondo muitas das barreiras impostas à participação das mulheres trabalhadoras rurais por meio da luta pelo direito de sindicalizar-se, de eleger e ser eleita como dirigente (PIMENTA, 2012; ABRAMOVAY E SILVA, 2000), as assimetrias de gênero atuam como disciplinadoras da ação política destas mulheres.

Na medida em que a esfera sindical, historicamente conduzida por homens, abre-se à participação das trabalhadoras rurais (por meio do esforço construído pelas próprias mulheres), o faz com restrições. Ao desqualificar, desvalorizar ou pôr em dúvida as formas de fazer política empreendidas pelas dirigentes, estabelece-se uma reação sexista, fundada nas relações desiguais de gênero, que conferem às mulheres o lugar da vida privada e reprodutiva, colocando-as sob suspeita quando avançam estas fronteiras e alcançam o público e o produtivo (SCOTT, 1995).

Segundo um dos relatos, a posição de gênero implica em condições diferentes de participação, estabelecendo uma distinção que hierarquiza e inferioriza o papel das mulheres no exercício da função como dirigente, processo que não afeta da mesma maneira os homens ocupantes de cargos sindicais, como comprovam alguns depoimentos:

Uma mulher para ser diretora ela precisa mostrar uma capacidade muito maior do que a maior parte dos homens que ali estão. A essas mulheres são cobradas as capacidades, as competências. Aos homens não, basta que sejam homens. Às vezes um cara passa lá e faz só figuração. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Por conseguinte, sobre as mulheres jovens dirigentes sindicais recai uma dupla discriminação: o não-valor dado ao trabalho exercido como mulher e os estereótipos da inexperiência por ser jovem.

Suas narrativas revelaram tanto situações pessoais de severas cobranças sobre a atuação sindical e comportamento individual quanto toda sorte de humilhações e formas de assédio moral, configurações que repercutiram sobre as trajetórias sindicais das dirigentes entrevistadas.

E eu me humilhei, Eryka. Vocês nem sabem o que eu fiz nessa sala desse diretor para a gente conseguir. Eu fui na sala de vários. Praticamente me humilhando. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

E quando eu cheguei lá, eu fui humilhada por um determinado diretor, ele me chamou na sala e falou assim, né. [...] Nossa, mas esse cara me humilhou, coisa que ele jamaisalaria para outro diretor. E eu só fui me encolhendo e foi com isso que eu saí com ódio de lá. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Variados foram os episódios relatados, incluindo acontecimentos vividos por outras mulheres (independentemente de serem jovens), que expressam as formas de reprodução da violência contra as mulheres presentes no sindicalismo.

Um dos casos que eu me lembro que levou a criar essa pauta que foi denunciado em um conselho, [...] de um diretor em um estado, se eu não me engano acho que foi na Bahia, de algum lugar lá no interior da Bahia de, sabe aquele ferro de boi? De marcar [uma dirigente]? Você viu essa história? Então, teve essa situação e teve uma outra situação de tentativa de estupro, tudo isso praticado por diretores de sindicatos contra mulheres, entendeu? (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Uma das ações desencadeadas para exigir a mudança de práticas sindicais visando a superação das situações de violência contra as mulheres dentro do movimento sindical foi a elaboração das “Pautas Internas” nas edições de 2003, 2007 e 2011⁶⁴ da Marcha das Margaridas. Estas pautas apresentavam propostas a serem efetivadas pelas diretorias de sindicatos, federações e CONTAG, visibilizando um tema espinhoso para os sindicalistas. Além destas iniciativas, desenvolveu-se, entre os anos de 2008 e 2009, a pesquisa “Violência

⁶⁴ Na 5ª edição da Marcha das Margaridas, realizada em 2015, preferiu-se não elaborar nova pauta interna, mas reapresentar as pautas anteriores às instâncias diretivas, com vistas a cobrar respostas e ações concretas sobre os pontos apresentados.

Contra as Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Espaços Doméstico, Familiar e no MSTTR⁶⁵”, realizada pela Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (sob coordenação de Sara Pimenta), considerada um importante passo para a denúncia interna. Segundo seus dados, das 529 mulheres pesquisadas, 49,1% afirmaram ter conhecimento de situações de violência sofridas por mulheres no âmbito do MSTTR. Já 22,7% declararam a ocorrência de casos de violência⁶⁶ contra a mulher em seu próprio sindicato. Outro dado relevante diz respeito ao fato de 55,2% das entrevistadas terem sofrido algum tipo de violência⁶⁷ doméstica e familiar.

Se por um lado, as mulheres empreendem ações coletivas para romper com o cenário de violência, por outro, alguns depoimentos puseram em relevo os esforços individuais adotados pelas mulheres dirigentes para ressignificar as situações de humilhação por que passaram. Sutilmente, essas situações vexatórias foram contadas como caminhos que as conduziram à autossuperação: “[...] passei muita humilhação, muito assédio. E eu resisti a tudo isso” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016). Embora entremeadas por comentários positivados, tais cenas merecem ser enxergadas como são: atitudes discriminatórias incompatíveis com a missão sindical de construir relações mais justas para as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Pudemos ver que as marcas da atuação das mulheres jovens no sindicalismo rural estão fortemente influenciadas pelos componentes sociais de gênero e geração. Todavia, esta deve ser entendida como uma das faces desta discussão. O exercício do poder, reproduzido

⁶⁵ A referida pesquisa foi realizada durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em novembro de 2008, no município de Luziânia, tendo por objetivo dotar a CNMTR de informações sobre as situações de violência vividas pelas mulheres trabalhadoras rurais e dirigentes sindicais nos espaços doméstico, familiar e no MSTTR, de forma a subsidiar melhores condições de atuação e proposição nos espaços de enfrentamento à violência contra as mulheres. A metodologia da pesquisa consistiu na aplicação, em grupos, de questionário individual, com perguntas, em sua maioria fechadas, computadas em base de dados construída com o Programa SPSS – instrumento para pesquisa quantitativa. Ao todo foram entrevistadas 529 mulheres trabalhadoras rurais de todo Brasil, dentre elas 77,8% ocupavam algum cargo na direção do sindicato.

⁶⁶ A pesquisa tomou como referência os tipos de violência previstos pela Lei Maria da Penha. São eles: violências física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.

⁶⁷ Do universo de 55,2% de mulheres que afirmaram ter sofrido violência doméstica e familiar, 73,4% das entrevistadas sofreram violência psicológica; 51,1%, violência moral; 51,9%, violência física; 27,3%, violência sexual; e 20,4%, violência patrimonial.

na esfera sindical, revela uma trama ainda mais complexa de questões, que vão para além dos tradicionais esquemas binários, de homens contra mulheres; de não jovens contra jovens.

O próprio reforço à imagem das mulheres jovens como inexperientes e inaptas para a política deve ser interpretado não como uma mera assimilação cultural decorrente das posições de gênero e geração, mas como recurso adotado de forma deliberada, para desgastar ou tirar de cena novas lideranças que irão disputar espaços e ideias com outros dirigentes. Esta e outras questões virão à baila no próximo tópico deste capítulo.

4.3 *Os conflitos: tensões para transformar as ações*

A participação de mulheres e jovens trouxe consigo novos paradigmas de ação para o sindicalismo rural. Como afirmam alguns estudos, este ingresso promoveu a renovação das bandeiras de luta, das estratégias de organização e ação sindical (PIMENTA, 2012; CAPPELLIN, 1990, GALINDO, 2012), processo permeado pela construção de alianças, bem como por tensões e conflitos.

Vou me dedicar, nesta parte da dissertação, a tratar dos conflitos internos vigentes no fazer sindical para compreender suas implicações à participação das mulheres jovens.

Preliminarmente, é preciso dizer que os relatos conferem à participação das mulheres e da juventude um caráter de superação das injustiças e transformação de práticas sociais. Há uma expectativa quanto à ação sindical das mulheres jovens trabalhadoras rurais, no sentido de fazerem diferente, atuarem para questionar e superar desigualdades: [...] “espero que parte dessa juventude consiga fazer a diferença para a luta de juventude e para a luta de mulheres, fazer diferença, porque este movimento tem que ser melhor.” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Dessa forma, as ações empreendidas pelas mulheres gradativamente desestabilizam a hegemonia da participação centrada nas mãos de dirigentes homens, portadores de longa trajetória sindical.

Reforça essa ideia o depoimento de Carmen Foro, uma das Secretárias de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁶⁸, presente na pesquisa realizada por Sara Pimenta (2012).

[...] Porque o fato de nós criarmos secretarias de mulheres, ela por si só gera um conflito, um conflito que leva a um tensionamento e um tensionamento que eu tenho apostado que ele é absolutamente positivo. Tensiona o poder, tensiona a visão, coloca o olhar, chama para a discussão do por que as mulheres estão invisibilizadas. Mobiliza as mulheres para saírem da invisibilidade, tensiona... Há um ambiente de tensionamento. Por que as pessoas olham o tensionamento como algo negativo sempre? Eu olho o tensionamento como algo positivo. E as mulheres conseguiram fazer um tensionamento no interior dessa organização, que esse tensionamento produz elaboração, formulação, proposição, enfrentamento. Por que não? Promove avanços. Imagine um lugar onde não tenha tensionamento político! Dificilmente se promove avanços, não é mesmo? (Carmen Foro).

Por essa perspectiva conflitiva, definida por Carmen, é possível reler o papel ocupado pelos dissensos e tensões na luta sindical. Enxergar os conflitos como parte do processo de construção de novas relações, uma vez que questionam as práticas hegemônicas, ampliam as possibilidades de análise do tema, sobretudo num contexto sindical, em que o consenso e a unidade se colocam como valores caros à história da CONTAG.

Mas, como se estruturam e se reproduzem os conflitos?

Embora tendo como guias estas perguntas, não pretendo construir uma tipificação dos conflitos narrados pelas entrevistadas, afinal, eles decorrem de diferentes fatores e contextos que vão desde as poucas afinidades pessoais até os laços de alianças por grupos políticos, passando pelas questões de gênero e geração. É esta multiplicidade de questões que quero evidenciar ao longo deste tópico.

Os depoimentos refletem que, enquanto as questões das mulheres e da juventude no MSTTR estiveram centradas em demandas genéricas por participação, a resistência interna a elas se expressava de forma mais sutil, podendo ser até bem-vindas, por soar uma preocupação sindical com processos de abertura institucional às pautas emergentes. Todavia,

⁶⁸ Carmen Foro esteve à frente desta Secretaria entre os mandatos de 2005-2009 e 2009-2013. Atualmente, é Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

quando a ação destas ‘novas’ lideranças segue no rumo da disputa das estruturas de poder, as tensões internas se intensificam:

[...] quando a Comissão de Jovens [da CONTAG] realmente começou a mostrar seus resultados, começou a mostrar seu crescimento, aí os problemas começaram a acontecer. Até então, eu acho que, para a maioria dos diretores da CONTAG, está lá o bibelozinho, aparecendo, mostrando que a CONTAG tem Comissão de Jovens para as outras organizações, mas ela está quietinha, está bom. Quando a Comissão começou a cobrar que as coisas acontecessem no estado, começou a incomodar... [...] Enquanto o jovem vinha de vez em quando, mas não estava brigando por um espaço na diretoria, estava bom, mas quando começou a incomodar, aí as coisas também começaram a ser um pouco mais bruscas. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Logo, vemos que a participação das mulheres e das(os) jovens apresenta-se como ameaça aos costumeiros acordos e composições na dinâmica sindical. Desse modo, os conflitos se evidenciam, sobretudo no ‘ponto alto do movimento sindical’, como nos diz uma das entrevistadas: “Então o conflito no dia a dia poderia não existir, mas na hora, no *ponto alto do movimento sindical*, aí ele vinha à tona.” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016, grifo nosso).

Adaptando a expressão usada por uma das entrevistadas – ponto alto do movimento sindical –, cunhei o termo *ponto alto da política sindical*. Por meio dele, busco desviar dos polos de classificação entre a alta e a baixa política, polos – a meu ver – baseados num juízo. O *ponto alto da política sindical* busca identificar os espaços reconhecidos dentro do movimento sindical como de maior acirramento das relações e disputas. Ao mesmo tempo que este termo põe em destaque algumas instâncias, sua adoção não pretende desconsiderar o conjunto de outros espaços e práticas relevantes para o fazer político do movimento sindical. Como exemplos concretos do que resolvi chamar por *ponto alto da política sindical* estão as deliberações tomadas em Congressos e Conselhos, bem como a composição e eleição da Chapa da CONTAG (em especial, a definição de cargos como presidência, tesouraria, etc).

Vale destacar que, na visão das entrevistadas, o *ponto alto da política sindical* é ambiente monopolizado pelos ‘bigodudos’, como eram denominados, pela Comissão de Jovens da CONTAG, os homens que permaneciam nas instâncias por vários anos, mais de 20 ou 30 em alguns casos. São os que se colocam como “donos do processo”, são aqueles que têm maior peso, que dominam as redes de lealdades e o jeito de fazer política sindical,

e, portanto, influenciam sobre a entrada, permanência e saída de pessoas na chapa: “[...] os donos do processo de discutir e de definir e de dizer se aceita ou não aceita determinado nome de mulher, entendeu? ” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Nesse ponto, os dirigentes homens, portadores de longa trajetória sindical, são vistos como indivíduos que expressam maior resistência quanto às questões da democracia interna, renovação das lideranças e igualdade de participação entre mulheres e homens. É, portanto, um grupo com o qual se estabelecem contínuos embates. Uma geração de dirigentes socializada num contexto de luta sindical em que estas pautas não se colocavam e que permanecem negando a relevância delas.

Inúmeros foram os relatos, alguns deles já mencionados, sobre as situações de exposição pública, constrangimentos, assédio e desqualificação vivenciados pelas entrevistadas e por outras dirigentes. Parte significativa delas protagonizada por este perfil de dirigente (masculino e de mais tempo no espaço sindical).

Em um determinado momento, eu fui convidada pelas mulheres [pela Secretaria de Mulheres] para ir à CONTAG [como palestrante durante um evento]... e [depois] desconvidada pelo fulano [nome omitido] a não ir. Desconvidada. Por que que eu tinha que estar lá? A CONTAG já tinha outra representação da juventude e eu não precisava estar lá. O fulano [nome omitido] não me falou com todas as letras, mas falou comigo. [...] Então, foi uma coisa de assim: “Ah! Precisamos cortar a imagem dela [da entrevistada] disso aqui”. Entendeu? “Precisa ter outra cara, a cara dela [da entrevistada] precisa sair daqui.” [...] Mas assim, que risco efetivamente eu representava? Que risco? Era apagar? Então eu acho que a única coisa que tinha assim, precisa ficar demarcado uma nova era. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Não obstante o relato insinue a intenção de apagamento das figuras de determinadas ex-diretoras na CONTAG, entendo que estas cenas informam não só uma tentativa de esmaecimento da presença política destas mulheres, individualmente, bem como a intenção de fragilizar o que elas representam para as lutas coletivas das trabalhadoras rurais. São atitudes deliberadas, acionadas na intenção de fragilizar ou ao menos controlar a ação das mulheres e das juventudes dentro do sindicalismo.

Quanto aos homens jovens, há um outro tipo de cobrança. Se não foram mencionadas atitudes protagonizadas por eles – de exposição pública ou outras formas de assédio contra as mulheres jovens –, sob outra perspectiva, são vistos como aliados dos grupos masculinos

hegemônicos, inclusive quando os conflitos instalados dizem respeito aos interesses da juventude.

[...] para a juventude, eu acho, assim, os jovens [homens] que estavam na comissão esses tinham um papel um pouquinho diferente, mas os que não estavam, esses aí estavam no bloco [hegemônico], entendeu? Mas os que estavam na Comissão [de Jovens da CONTAG] eles ficavam acho que meio divididos. Aí, dependendo do rumo das coisas, se as coisas se resolvessem, ótimo. Se as coisas não se resolvessem, a tendência era ir também lá [fechavam acordo com o bloco hegemônico]. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Em algumas passagens, igualmente são reveladas tensões na relação entre as dirigentes mulheres, tendo como referência o binarismo jovens *versus* não jovens. Alguns enunciados evidenciam um conflito de ideias focalizado nas divergências de visão de mundo, nas demandas e especificidades que diferenciam as discussões das mulheres jovens das demais, e vice-versa.

Ao mesmo tempo, era difícil por que as mulheres organizadas dentro do movimento sindical tinham uma pauta específica, a pauta de juventude era mais abrangente. [...] Quando elas citam mulheres, elas citam mulheres, mas não trazem esse recorte que são as mulheres jovens. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Segundo as opiniões de algumas entrevistadas, a justificativa para esta diferença de interesses reside na ideia de que as sindicalistas – neste caso, as mulheres não jovens e as jovens – foram socializadas em contextos geracionais diferentes, que geraram hábitos distintos e visões de mundo diferentes:

As mulheres jovens, mesmo não tendo uma criação assim, forçada a mudar o padrão, essas mulheres, **por terem nascido em outro tempo**, por ter acesso a mais informação, essas mulheres acabam respondendo a um xingamento, essas mulheres acabam não aceitando se submeterem. [...] Mas esse dado, ele não é levado em conta pelas mulheres [não-jovens]. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

As divergências entre as dirigentes jovens e não jovens igualmente é entendida sob outro aspecto já mencionado: pelo fato de algumas das mulheres não jovens terem maior tempo de inserção sindical, são vistas como portadoras de maior experiência do que as jovens. Como uma das próprias entrevistadas mencionou: “Uma mulher que não tivesse uma trajetória em idade e em tempo igual ao delas não tinha legitimidade de ocupar esse lugar.” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Nesse ponto, recoloca-se a pouca idade e o pouco tempo nas lutas como motivos de descrédito quanto ao trabalho das jovens, abordagem comum nos estudos sobre a emergência das jovens nos movimentos feministas:

Porque o argumento de que elas têm pouca experiência e idade faz com que muitas vezes elas e suas contribuições sejam desacreditadas. Algumas entrevistadas narraram que foram alvo de desconfiança e descrédito ao entrar em contato com feministas mais velhas dentro do movimento. As jovens afirmaram que, muitas vezes, não eram ouvidas e que suas opiniões não eram levadas em consideração nas decisões tanto quanto a de outras feministas mais velhas, tal como já descrito em outros trabalhos. (ZANETTI, 2010; GONÇALVES, FREITAS & OLIVEIRA, 2013).

No entanto, as tensões de natureza geracional não são as únicas vividas entre as mulheres. Algumas cenas narradas demonstram que, mesmo se reconhecendo em posições de gênero e geração semelhantes, ou seja, como mulheres jovens – o que, em tese, ampliaria o campo de convergências entre elas –, este fato, por si só, não anula a existência de desentendimentos e rupturas vividos entre as mulheres jovens, sobretudo quanto à quebra dos acordos estabelecidos.

Eu saí da CONTAG com isso estabelecido... Quando eu liguei e quis saber, tudo mais, visivelmente assim, ela me deu umas desculpas, saiu fora da situação, falou que era uma coisa do fulano [nome omitido], mas eu cobrei dela qual era o posicionamento dela e tudo mais. E assim, ela ficou superestranha comigo. [...] Eu fiquei bastante decepcionada com a postura dela em relação a mim. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Em outra passagem, uma das entrevistadas fala da dificuldade de aproximação com uma dirigente da CONTAG, que igualmente a ela se reconhecia como mulher jovem, mas que se vinculava à uma Central Sindical distinta:

Que no início [era] uma relação até afetuosa, boa, por esse espaço de juventude, que foi contaminada pela disputa de Central. Ela tinha medo, eu acho que ela tinha medo de se aproximar de mim por essa disputa de Central [sindical] que há. [...] De minha parte, aconteceu muitas tentativas de aproximação pessoal, mas acabou que isso não se deu, reafirmo, por essa disputa de Central que há aqui dentro. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Se por um lado, os componentes de gênero e geração são estruturantes para pensar a inserção política das mulheres jovens no sindicalismo rural, por outro, vemos que a política sindical é permeada por outras fontes de disputa.

As questões partidárias, as divergências entre centrais sindicais, os interesses de grupos majoritários dentro de determinada regional ou FETAG foram acionados como argumentos que influenciam as disputas no *ponto alto da política sindical* e que, por vezes, resulta em posições divergentes entre as mulheres jovens dirigentes. Se, no discurso, as desigualdades vividas pela posição de gênero e geração as unificam, por

outro, o universo sindical apresenta uma rede de articulações mais complexas que podem vir a diluir estas conexões.

Não é porque somos mulheres e temos um acúmulo de discussão, que também não há disputa de poder dentre nós. Acho que isso é o normal, legítimo, inclusive. [...] Isso ficava muito explícito na hora que a diretoria se dividia nos seus respectivos grupos por afinidade política, pelos históricos, né? Ligada a partido, ligada à CUT e tudo mais. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

[...] Porque elas nem conheciam, ou eles nem olhavam para as minhas posições, eles ignoravam se eu tinha ou não tinha posição. Mas é porque eu fazia parte de um estado que o presidente e alguns outros diretores estavam ocupando. E eles achavam que o fato de o presidente ocupar então, por tabela, eu também ia ter [a mesma posição]. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

É preciso considerar os alinhamentos políticos construídos a partir das regiões, FETAGs e Centrais como componentes de interferem sobre os posicionamentos das mulheres. Algumas pautas e ações dentro do contexto sindical, incluindo-se as que se relacionam com o fortalecimento da organização das mulheres e da juventude, precisam ser debatidas e dependem das posições dos diferentes setores inseridos no sindicalismo rural. Por isso, é necessário transcender à noção idílica de unidade irrestrita entre as mulheres, ao passo que, da mesma forma, é prudente reconhecer o jeito com que, ao longo desse período, elas vêm administrando suas divergências e construindo grandes convergências, a despeito de toda a diversidade de grupos políticos (um dos casos mais emblemáticos foi a aprovação, por unanimidade, da paridade de gênero em 2013).

Nesse sentido, é importante refletir sobre os efeitos produzidos pela participação das mulheres (jovens e não jovens) nos diferentes grupos que influenciam o *ponto alto da política sindical*. Por meio desta inserção, ampliam-se os diálogos e, em alguma medida, os apoios sobre as questões de igual interesse das mulheres, fortalecendo, da mesma forma, a organização coletiva e suas trajetórias individuais. Contudo, as narrativas nos deixam entrever que estes espaços não estão livres de práticas machistas, tornando a participação das mulheres dirigentes mais instável. Em várias passagens, foram relatadas as formas de saída das mulheres diretoras dos sindicatos, FETAGs e da CONTAG.

[...] é que tanto com juventude, quanto com mulheres, a gente ainda, apesar de todas as conquistas, a gente vive um movimento onde prevalece, na maioria das vezes, o rodízio, e não a agregação, e não a expansão. A gente vê muito é sempre a substituição, e isso é muito complicado, e isso é uma das coisas que a gente precisa não perder de vista, porque é extremamente importante a gente ver uma

quantidade de mulheres, uma quantidade de jovens chegando a cada dia no movimento sindical, mas não pode fazer que nem a questão da reforma agrária, não pode cada vez que chega duas, três mulheres, dois, três jovens, significar um, dois, três que estão saindo, e eu acho que, para as mulheres e para os jovens, é um processo que a gente vive muito, e aí eu quero dizer isso, eu sinto isso, é o processo do uso e do desuso, do uso e do descarte, sempre foi, continua sendo e a gente não pode perder de vista. [...] e essa talvez seja a coisa que mais me aflija, é que, às vezes, os homens também vão embora, mas eles vão embora numa boa, e sempre que as mulheres vão embora, elas vão carregando atrás uma construção que é feita para massacrar, para destruir, para acabar com tudo aquilo. (Secretária de Jovens da CONTAG, informação verbal transcrita do Relatório do III Módulo do Curso de Formação Política para Mulheres, CONTAG, 2010).

A saída de muitas mulheres jovens das estruturas sindicais não significou meramente a perda do vínculo institucional, mas a desqualificação do trabalho desenvolvido, o apagamento da história como liderança, o fechamento de portas para atuação em outras instâncias e movimentos, processos estes muitas vezes operados pelos grupos ocupados *do ponto alto da política sindical*.

O próprio *rodízio* mencionado na citação acima – e mais frequente entre as mulheres – indica que a chegada de novas companheiras se dá pela saída de outras, acirrando uma ideia de disputa entre as mulheres.

A impressão que eu tenho é de que as divergências ou essas estratégias [posta em prática por dirigentes homens] de colocar as mulheres umas contra as outras, ela ficou mais forte [...]. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

É isso mesmo que eles querem. Eles pensam assim: “Que as mulheres se matem aí, porque para a gente é bom, porque as mulheres estão se matando entre elas”. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Alguns relatos mencionam a trajetória de muitas mulheres dirigentes, em especial das jovens, como “trajetórias relâmpago”. Tomando o caso da CONTAG, há uma prática costumeira entre os homens, de renovação ilimitada de seus mandatos na entidade, o que não se configura uma tendência comum às mulheres dirigentes. Nos mais de cinquenta anos de história da entidade, podemos dizer que apenas duas diretoras permaneceram por três mandatos na direção executiva e outras quatro por dois mandatos. Já entre os homens, identificamos que dois já chegaram a exercer cargos na diretoria da CONTAG por três mandatos, cinco dirigentes por quatro mandatos e um deles por sete mandatos⁶⁹.

⁶⁹ Este levantamento foi feito considerando os anais de congressos da CONTAG, na parte que registra a diretoria eleita. Foram analisados os dados desde o 4º Congresso, ou seja, desde o ano de 1985, uma vez que estas

Pode-se admitir que a renovação de dirigentes, ao menos no contexto da CONTAG, normalmente se dá entre as mulheres e as jovens lideranças; não consegue alcançar as lideranças masculinas mais antigas nos cargos sindicais. Outro efeito desta renovação é a descontinuidade das ações das mulheres e das juventudes, já que a chegada de novas lideranças requererá um tempo mais longo para que possam entender o funcionamento da entidade e das iniciativas em desenvolvimento nas suas respectivas Secretarias.

Em síntese, este capítulo apontou como as intersecções de gênero e geração contribuem para a consolidação da categoria mulher jovem trabalhadora rural, articulada às vivências e formas de socialização nas lutas das mulheres e da juventude no sindicalismo rural. Se estas intersecções criam possibilidades por um lado, por outro, geram marcas e condicionantes aos papéis assumidos pelas mulheres jovens. Entretanto, há de se considerar que os conflitos e tensões quanto à participação sofrem imbricações com outros fatores, além das posições de gênero e geração. É no *ponto alto da política sindical* que pesam a influência das correntes políticas, grupos partidários e das centrais sindicais. Desse modo, as relações se constroem de forma muito mais complexa, não orbitando, exclusivamente, no campo das relações sociais que marcam sua posição como mulheres e jovens.

Seria equivocado pensar as dimensões de gênero de forma isolada e como fator exclusivo das vivências de discriminação vivida pelas mulheres jovens. Da mesma forma, os componentes de geração. Outros aspectos das relações de poder identicamente influenciam a atuação das mulheres trabalhadoras rurais no sindicalismo. Contudo, há um campo de ações coletivas empreendido pelas mulheres trabalhadoras rurais que visam superar as desigualdades na participação. Este é o tema central do próximo capítulo.

informações não estão organizadas nos anais dos congressos anteriores, estão dispersas em outras publicações. Por isso, o pouco tempo para aprofundar esta pesquisa, bem como as divergências de informações, fizeram-me optar por delimitar este período para a confecção deste balanço.

5 POIS A VITÓRIA VAI SER NOSSA COM CERTEZA: MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA FORTALECER A PARTICIPAÇÃO SINDICAL

Se por um lado, pudemos ver, no capítulo anterior, as tensões e as relações conflitantes presentes nas esferas sindicais desde a perspectiva das mulheres jovens, por outro, não podemos omitir as importantes ações postas em curso pelo conjunto das trabalhadoras rurais no sentido de ampliar e fortalecer as suas condições de participação. É sobre estas questões que trata este capítulo, valendo-se das narrativas compartilhadas pelas dirigentes entrevistadas.

Ao passo que as narrativas produzidas pelas dirigentes nos revelam os conflitos e tensões que permeiam a participação das mulheres sindicalistas (como vimos no capítulo anterior), elas ainda evidenciam as diversas ações desenvolvidas, seja coletiva ou individualmente, pelas trabalhadoras rurais, no sentido de promover melhores condições de inserção e atuação sindical.

Diante da relevância com que são mencionadas as iniciativas empreendidas pelas mulheres para a efetivação de maior e melhor condição de participação, convenci-me de que este tema merecia um capítulo específico, o qual se inicia por meio destas linhas.

Vale registrar que, no capítulo dois, já discorremos sobre o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no sindicalismo. Dessa forma, problematizamos a origem e os sentidos conferidos a muitas das ações que objetivam construir igualdade de participação. Para não nos repetirmos, mais do que listá-las, pretendemos captar as percepções das entrevistadas sobre sua importância e limites frente à luta das mulheres jovens.

Antes de tratarmos propriamente das ações desenvolvidas para o fortalecimento da participação das trabalhadoras, é preciso considerar a existência de alguns princípios que estruturam o discurso das dirigentes em torno da participação das mulheres. O primeiro deles se refere à unidade entre as mulheres, especialmente as dirigentes. Uma articulação capaz de

aliviar as divergências, de criar convergências para o fortalecimento da sua inserção, de favorecer as condições para que as dirigentes “sobrevivam” diante de uma esfera de atuação hostil, como a sindical:

[...] nós [as diretoras da CONTAG], apesar de às vezes ter algumas diferenças, mas a gente sabia que se a gente quisesse sobreviver ou se impor a determinadas coisas nós tínhamos que estar juntas. Isso era fato, e a gente estava. Muitas vezes nós quatro, apesar de politicamente às vezes pertencer a distintos grupos, mas muitas das coisas nós quatro conversávamos. Porque a gente precisava se apoiar (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Eu, no meu ponto de vista, eu, para mim, seria interessante que nós, enquanto mulheres, tanto da Contag, das federações, mas principalmente na Contag, a gente tivesse uma estratégia de mulher para, na hora de uma pauta, alguma coisa que fosse pautar em uma direção, a gente estivesse unida para juntas a gente defender (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

A necessidade de “estarem juntas”, de “estarem unidas” justifica-se pela intenção de neutralizar os efeitos da participação minoritária e sob restritas condições de incidência nas esferas sindicais. Face a esta necessidade, precisavam manter-se uníssonas, sobretudo nos espaços de maior visibilidade e função deliberativa como nas reuniões de diretoria, de conselhos, nos congressos, etc.

Para além das convergências como mulheres dirigentes (por compartilharem formas de discriminação semelhantes), havia uma expectativa de unidade entre os segmentos menos representados nas esferas sindicais, ou seja, entre mulheres e jovens. E este é outro caminho possível para ampliar as possibilidades de incidência sobre as altas instâncias de deliberação, bem como sobre as condições desiguais, sejam elas materiais ou políticas, de participação:

Quando tinha os congressos, a gente sempre fazia as articulações juventude e mulheres. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Fazíamos as atividades conjuntas mulheres e juventude. E passamos algumas vezes a também fazer com a terceira idade. Então, mesmo sendo um homem, a gente fazia... [...] como eu provocava mais os encontros, então eu atentava até que o presidente do sindicato marcasse um encontro. Quando ele marcava, eu dizia assim: “Ah, leva também fulano, é, é... terceira idade, leva também outras mulheres”. A gente fazia a abertura junto e depois partia para os grupos separados, grupo de jovens, grupos da terceira idade. Trabalhávamos a Marcha [das Margaridas] nos municípios, no estado; aqui também [CONTAG] atuamos na construção da Marcha das Margaridas, nas duas marchas. Isso garantiu que na pauta de juventude a gente tivesse especificidade das mulheres e nas mulheres com muita dificuldade, a gente também garantiu que tivesse especificidades de

juventude (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Em suas narrativas, há uma variedade de iniciativas que influenciam a participação das mulheres. Elas vão desde ações coletivas (pensadas em processo e que demandam recursos, objetivos programáticos, fechamento de acordos para a sua aprovação e execução) até iniciativas de foro individual.

Dentre as ações de caráter mais bem estruturado, destacam-se os processos de mobilização das mulheres e da juventude sindical, denominadas pelo MSTTR ações de massa. Nesse sentido, sobressaem iniciativas como a Marcha das Margaridas e o Festival da Juventude Rural. Ambos os processos preveem ações locais, estaduais, regionais e nacionais, baseadas em debates e mobilizações de rua. A última Marcha das Margaridas (realizada em 2015) mobilizou em Brasília 100 mil mulheres e o Festival da Juventude Rural (ocorrido no mesmo ano e na mesma cidade) contou com 5 mil jovens trabalhadoras(es) rurais. Para além de seu alcance numérico, estas ações são reconhecidas por sua capacidade de descentralizar o debate sobre as questões das trabalhadoras, considerando também as especificidades das jovens, além de terem como missão incidir sobre as políticas públicas em diferentes níveis de poder.

Nas entrevistas realizadas, essas ações são normalmente citadas como uma forma de aprendizado e de valorização como dirigente, mesmo diante dos vetos que sofrem, internamente, para o seu desenvolvimento. Nestas situações, revelavam um misto de dissabor frente aos empecilhos com que se deparavam; e satisfação, por terem conseguido realizar uma missão tão grandiosa: “O sofrimento do Festival da Juventude... é difícil, entendeu? Aí, agora, quando a gente para, concluindo esses 4 anos, diz: ‘Pô, cara, eu consegui.’” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Mais do que um espaço para pautar para fora – para os governos – as demandas das trabalhadoras e trabalhadores rurais, essas ações de massa também são vistas como importantes para expor as contradições internas ao movimento sindical, abrindo bons precedentes para a revisão das práticas. Em um dos depoimentos, a entrevistada valorizou a iniciativa, construída a partir da Marcha das Margaridas, de elaborar um documento denominado “Pauta Interna”:

[...] a Marcha das Margaridas de 2003, que foi a segunda marcha, ela fez uma pauta para fora e uma pauta para dentro, tamanhas as atrocidades, os comportamentos que tinham em relação às mulheres e se fosse ver as juventudes com as devidas diferenças também estariam passando por situações similares àquelas ali. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Depurando as reflexões a respeito desse tema (a Marcha das Margaridas e sua pauta interna), vemos que, para uma das entrevistadas, a importância das ações empreendidas pelas mulheres vai para além do pragmatismo, do seu resultado prático. Em outras palavras, diferentemente do que ocorre comumente com as pautas encaminhadas ao governo federal (procedimento comum em todas as edições da Marcha), a “Pauta Interna” nunca mereceu resposta formal⁷⁰. Entretanto, esta continua exercendo um papel importantíssimo quanto à denúncia das desigualdades de participação e às violações sofridas pelas mulheres no sindicalismo. Mais do que um ato formal, a pauta “tirava debaixo do tapete”, como diz uma das dirigentes, as questões contraditórias tão bem escondidas pelos discursos da democracia interna, com respeito à participação e harmonia sindical:

Dentro da discussão da marcha, sempre saía a discussão da condição da mulher dentro do movimento sindical, mas escrever e estar ali registrado como uma pauta, isso foi na de 2003. E acho que foi muito marcante, foi muito bom isso, porque isso era uma denúncia, era tirar coisa debaixo do tapete e, o que é legal, já tinha também uma comissão de juventude e a comissão de juventude também participou desse processo, entendeu? (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

A criação e o trabalho desempenhado pelas Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais nos diferentes níveis sindicais, bem como das Comissões de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais representam, juntamente com as mobilizações de massa, ações organizativas de grande relevância para a luta das mulheres, as quais são comentadas de forma bastante recorrente nas narrativas das entrevistadas.

⁷⁰ A cada ano de realização da Marcha das Margaridas é elaborada, a partir de processos de debate descentralizado, uma Pauta de Negociação que se destina aos poderes executivo e legislativo federal, reunindo as demandas das trabalhadoras rurais. Em suas quatro últimas edições, o governo federal respondeu formalmente à pauta da Marcha, apresentando quais dos pontos seriam encaminhados e de que forma. Já a Pauta Interna é entregue à diretoria da CONTAG numa das reuniões do Conselho Deliberativo, como um ato simbólico, para a exigência de respostas concretas que superem as condições desiguais de participação das mulheres no sindicalismo. Na última Marcha (2015), as mulheres decidiram por não elaborar nova pauta interna, mas exigir a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da diretoria da CONTAG, para definir encaminhamentos concretos quanto às pautas internas anteriores. Estas e outras informações estão disponíveis em: <http://transformatoriomargaridas.org.br>.

Segundo Abramovay e Silva (2000), a constituição de Comissões contribuiu para que as mulheres e suas pautas saíssem da invisibilidade:

A organização das mulheres rurais passou a ter maior visibilidade a partir de 1985, com os processos de luta que elas vinham acumulando em torno da discussão sobre a aposentadoria e, em 1990, com a votação dos direitos previdenciários e da licença-maternidade. Nesse momento, as mulheres começaram a se organizar com as comissões no âmbito dos estados, devido à invisibilidade que sofriam num processo que ninguém falava nem as viam. Decorrente desse sentimento de ausência, começou um movimento organizativo mais profundo, no qual muita coisa mudou na vida das mulheres e também da CONTAG. (ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 356).

Na trajetória sindical das entrevistadas, as Comissões representaram um primeiro espaço de participação no sindicato de forma continuada. As Comissões Municipais são estruturas mais abertas à participação das trabalhadoras e trabalhadores rurais, incluindo as(os) não sindicalizadas(os). Mesmo tratando-se de espaços de baixo poder deliberativo⁷¹, ampliam a conexão entre as(os) dirigentes e à sua base de representadas(os). O caso da Mazé ilustra bem esta ideia. Ela representou sua comunidade na Comissão Municipal de Jovens Trabalhadores Rurais do STTR de Batalha. Sindicalizou-se exatamente para poder participar deste espaço, e este foi um dos caminhos que favoreceram sua indicação para compor a diretoria sindical em eleições subsequentes.

Por outro lado, as Comissões também foram, nas trajetórias das entrevistadas, portas de acesso às demais instâncias sindicais. Quando se tornaram diretoras dos seus respectivos sindicatos, as três entrevistadas passaram a acompanhar as reuniões e outras atividades desenvolvidas pelas Comissões de Mulheres e de Jovens das FETAGs e até mesmo da CONTAG. Diante desta oportunidade, tiveram contato com discussões, informações e concepções sobre o mundo rural, para além das que circulavam em sua comunidade e

⁷¹ Como consta no Regimento Interno da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR/CONTAG) elaborado em 1995, o objetivo desta Comissão se vincula mais à apresentação de propostas de ações e seu acompanhamento, do que propriamente à tomada de decisões: “Art. 1º: [...] a CNMTR possui como objetivos: I – Apresentar e sugerir à Diretoria Executiva da CONTAG políticas e estratégias para superação de todas as formas de discriminação e desigualdade fundadas no gênero; II – Elaborar, coordenar e acompanhar a execução do plano anual da CONTAG nas atividades relativas ao gênero; III – Elaborar programas que visem a capacitação das mulheres trabalhadoras rurais, visando a ampliação e intervenção no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. (CONTAG, 1995).

sindicato, questões que ampliaram sua capacidade de incidência nestas instâncias e influenciaram nos demais cargos por elas ocupados ao longo de suas trajetórias.

Uma das entrevistadas afirma que o próprio fortalecimento das diretoras responsáveis pela organização das mulheres e das(dos) jovens dependia da existência das Comissões e vice-versa. Desse modo, Comissões e Secretarias/Coordenações de Mulheres e de Juventude são reconhecidas como estruturas complementares e fundamentais para pautar melhores oportunidades de participação das trabalhadoras:

Para a gente se fortalecer enquanto diretor, ocupar um espaço dentro da CONTAG, precisava ter o apoio daquele grupo [da Comissão de Mulheres e/ou da Comissão de Jovens] e vice-versa. Então. É uma relação de troca, não dá para a Comissão sobreviver dentro de uma instância se não tiver alguém que esteja lá no dia a dia, fazendo com que essa Comissão caminhe, como também não dá para essa pessoa [diretora] achar que ela vai agir sozinha, então era uma relação de troca (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Dessa maneira, as dirigentes entrevistadas priorizaram, em suas gestões, ações voltadas à criação e fortalecimento dessas Comissões, como forma de viabilizar os seus mandatos e a organização das mulheres e juventude. Um dos depoimentos registram essa ideia: “Quando eu cheguei à FETAG, para mim, o foco principal era criar as Comissões de Jovens no sindicato. Então onde eu criava... eu trabalhei principalmente as comissões de jovens, porque, criando, eu teria mais base. ” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Os depoimentos também evidenciam que as Comissões são vistas como lugar de apoio mútuo, de desabafo, de tomada de decisão coletiva, de acolhida dos problemas coletivos e pessoais. Lugar onde se faz política e se encontra abrigo: “Era um lugar de escuta, porque a Coordenadora de Mulheres da CONTAG contava todas as agruras que ela passava aqui, e as mulheres contavam para ela. A gente chorava muito...” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

De acordo com suas próprias reflexões, havia algumas dificuldades que interferiam sobre o melhor andamento da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, dentre elas, os efeitos da rotatividade das representantes, caso que resultava em descontinuidade do processo organizativo:

Às vezes, assim, **por conta dessa rotatividade também**, vinham algumas mulheres novas e, dependendo da forma como elas vinham, **era todo um processo novamente**. Você via algumas chegarem com um embate já que nem elas sabiam o porquê, mas já chegavam com uma visão pronta daquelas diretoras na CONTAG, era assim que elas já chegavam, que muitas mulheres chegavam à comissão (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016, grifos nossos).

Para fazer frente às adversas condições de participação nas esferas sindicais, as mulheres dirigentes tiveram que (re)criar ações, propor e aprovar mecanismos de representação e estabelecer redes de parceria interna e externa que favorecessem a inserção política dessas lideranças, como defende Pimenta (2012), quando afirma que:

As mulheres trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical construíram estratégias de mobilização e participação política, e com isso conquistaram visibilidade, demonstraram sua capacidade articulatória e de construção em parceria, qualificaram sua agenda política e desencadearam processos de interlocução e negociação com o Estado. Vale ressaltar que esse processo se deu com contradições, conflitos e disputas fundadas nas desigualdades de gênero e na forte cultura patriarcal e machista, ainda predominante no movimento sindical. (PIMENTA, 2012, p. 33-34).

É nesse contexto que as Comissões, Coordenações/Secretarias de Mulheres e as ações de massa, como já mencionamos aqui, são reconhecidas como ‘grandes ações’ que conferem visibilidade às questões das mulheres e da juventude, bem como interferem, de forma concreta, sobre as condições de participação nas estruturas sindicais.

Não obstante os relatos das entrevistadas, também desvelam o valor das práticas cotidianas, das relações pessoais, das reações espontâneas acionadas pelas dirigentes, como atitudes também significativas para a luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais.

As dirigentes entendem as ‘grandes ações’ como marcos fundamentais para o avanço da luta das mulheres no sindicalismo, ao passo que também enxergam os laços de solidariedade e afinidade como dimensões do fazer político, uma vez que contribuem para o seu fortalecimento e autorreconhecimento como sujeitos da política.

Dessa forma, várias passagens resgatam a importância da convivência e apoio mútuo como fundamentais para recobrem as forças e seguem à frente da diretoria:

O último ano que eu estive aqui nós moramos juntas, ela veio para a Contag nesse período e a gente morava juntas, e ainda [...] que houvesse um pacto que dentro de casa, a gente não falaria das coisas, mas só o fato da gente estar ali juntas se apoiando, isso foi fundamental para eu estar aqui.

(Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Outras menções descrevem os laços de afinidade como fatores que ampliavam as possibilidades de realização de atividades conjuntas e parcerias:

[...] tinha essa relação das secretarias específicas de integração dos temas, tipo eu na Secretaria de Jovens, a Beltrana [nome omitido] na Secretaria de Políticas Sociais, nós trabalhando educação, ela também. O tema da saúde, que também estava dentro da pasta de políticas sociais, ela também estava dentro. Então, existia uma boa afinidade, e mais do que isso, existia afinidade pessoal. Acolhimento entre nós duas. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

E, realmente, esse abraço, e foi um abraço mesmo, das companheiras que aqui estavam, tudo o que elas já tinham passado e estar contribuindo com isso foi fundamental (Secretária de Jovens da CONTAG, informação verbal transcrita do Relatório do III Módulo do Curso de Formação de Mulheres, CONTAG, 2010, p. 20).

Não podemos passar pelas discussões sobre as ações para o fortalecimento da participação sindical das mulheres sem antes tratar do exercício das políticas afirmativas dentro do sindicalismo rural. De forma a debater este tema com a densidade que ele exige – dada a complexidade da aplicação das cotas no MSTTR e as próprias questões levantadas pelos relatos das entrevistadas –, reservamos um tópico específico para sua discussão.

5.1 As ações afirmativas e a participação das mulheres jovens no sindicalismo rural

Como já pudemos mencionar no capítulo dois desta dissertação, algumas políticas afirmativas foram defendidas pelas trabalhadoras rurais, de forma a incidir sobre a enraizada cultura sindical de baixa participação das mulheres. Uma das mais impactantes ações foi a implementação da cota de no mínimo 30% de mulheres nas instâncias deliberativas do MSTTR, aprovada em 1998, no plano da diretoria da CONTAG, e, em 2001, estendida a todas as entidades sindicais, ou seja, às FETAGs e sindicatos. Segundo as resoluções que integram os Anais do 9º Congresso da CONTAG, publicadas sete anos depois da aprovação da cota:

§ 256: Com a cota de no mínimo 30% em todas as instâncias, garantiu-se condições mínimas de acesso ao centro de poder decisório, possibilitando a presença de mulheres em número suficiente para garantir uma nova cultura organizativa a partir da distribuição de poder político. É importante entender que a cota mínima de participação no MSTTR surge como instrumento de democratização das relações de poder entre mulheres e homens, contribuindo para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, assegurando a sua participação direta em todos os espaços formativos e de decisão da CONTAG, FETAGs e STRs. Embora importantes e necessárias, a cota sozinha e a estruturação de uma secretaria de mulheres não tem sido suficientes para superar os problemas relacionados às desigualdades de gênero. (CONTAG, 2005, p. 23).

É preciso entender que a adoção da cota pelo sindicalismo rural se insere no cenário das lutas dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, que, na década de 90, aprofundaram discussões e práticas em torno das políticas afirmativas indutoras de maiores e melhores condições de participação.

Compreendo os processos de defesa e implementação das cotas no MSTTR, nos termos propostos por Nancy Fraser (2006; 2007) em sua noção tridimensional de justiça social, fundamentadas no reconhecimento, redistribuição e representação das mulheres. Para a autora, o reconhecimento não é suficiente para superar as condições desiguais de acesso às mulheres aos direitos e à participação. O reconhecimento precisa ser acompanhado de medidas de redistribuição do poder, para que os segmentos sub-representados possam ter acesso à efetiva participação nos espaços decisórios.

Vale destacar que, em 2017, pela primeira vez, foi impedida a participação, no 12º Congresso da CONTAG, de delegados/as representantes de sindicatos e federações descumpridoras da cota de no mínimo 30% de mulheres. Esta medida partiu das lutas travadas pelas trabalhadoras rurais, no sentido de radicalizar a aplicação da cota, fazendo valer o que tinha sido aprovado há 19 anos. Esta informação nos dá uma simples demonstração sobre as resistências internas à adoção efetiva desta política afirmativa. Como evidencia uma das dirigentes, Coordenadora de Mulheres da CONTAG (pelo período de 1998 a 2005), Raimunda Damascena, a cota não foi assumida de forma efetiva por alguns diretores homens da CONTAG. Para não criar problemas com as FETAGs e STTRs, preferiam relativizar a aplicação da cota, fazendo um “arrumado”:

Por conta dessa história de fazer um arrumado [...] e nós fomos questionar como é que você vai lá, diretor da Contag, dar posse (tem sentido de reconhecer a direção eleita) a uma direção que não tem cota na executiva

da federação? Essa posse não vale. E aí, levar um tema desses para o debate na Contag, precisava levar em sintonia com as outras irmãs companheiras. (Raimunda de Mascena⁷²)

É possível admitir que, por algum tempo, a cota foi deliberação cumprida apenas no quadro das diretorias da CONTAG, de algumas FETAGs e sindicatos, com pouco alcance sobre as demais instâncias decisórias, espaços estes que reúnem maior volume de participantes e que detêm interferência concreta sobre a vida sindical. Por esse caminho, podemos concluir que a luta das mulheres para democratizar as condições de participação requereu ações mais abrangentes que não se limitaram a fazer aprovar, numericamente, a política de cotas, mas, dentre outras coisas, fazê-la valer efetivamente, potencializando a incidência política das trabalhadoras rurais.

Vale demarcar que, mesmo não tendo abarcado, inicialmente, todas as instâncias sindicais, a aprovação da cota conseguiu produzir efeitos significativos sobre a prática política no sindicalismo:

A adoção da política de cotas pela Contag, federações e sindicatos, como já dito anteriormente, significou uma conquista da organização das mulheres e não somente possibilitou a sua participação efetiva como a reconfiguração do perfil do movimento sindical em sua plataforma política, bandeiras de luta e práticas organizativas. (PIMENTA, 2012, p. 38).

Quando pensamos sobre a participação das mulheres jovens no MSTTR, os depoimentos das entrevistadas nos fazem perceber que a implementação da cota de mulheres foi decisiva para o ingresso dessas jovens dirigentes nas estruturas sindicais, principalmente na CONTAG:

Primeiro, para mim, era um orgulho estar num espaço, ocupando uma vaga na direção da CONTAG para o cumprimento de uma cota de mulheres. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Por isso que eu valorizo a importância da cota. Porque eu estou nesses espaços hoje, sem dúvida, desde o sindicato da federação, por conta da cota [de mulheres], sem dúvida nenhuma. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Os relatos também nos deixam entrever que o processo crescente de organização da juventude foi fundamental para trazer as mulheres jovens para o espaço sindical. Assim, se

⁷² Citação extraída da obra de Pimenta (2012).

a cota de mulheres é uma importante porta de ingresso do conjunto das trabalhadoras rurais ao espaço sindical, não podemos nos esquecer que os processos de organização juvenil também mobilizaram a presença das jovens. É a atuação destes fatores, de maneira combinada, que influenciam a expressiva participação das mulheres jovens no sindicalismo:

Porque eu entrei na CONTAG pela cota de mulheres. Não existia, na época, cota de jovens. Então, eu vim para o espaço de juventude, mas para cumprir a cota de mulheres. Bem que ali poderia ser um homem, porque afinal a vaga era para jovens, a secretaria era de jovens, mas eu vim por ser jovem e por ser mulher. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

A cota de mulheres se espraiou na esfera sindical, num momento de progressiva mobilização em torno das questões organizativas da juventude, o que fomenta, em alguma medida, a defesa das trabalhadoras rurais pela organização juvenil. Nesta caminhada contínua, as mulheres e a juventude organizadas cunharam novas práticas e ações sindicais. Como parte deste processo, iniciam-se debates sobre a necessidade de implementação de uma nova cota para assegurar a participação das(os) jovens nas instâncias sindicais.

Em 2005, sete anos após a aprovação da cota de mulheres, as(os) delegadas(os) presentes no 9º Congresso da CONTAG deliberaram pela aprovação da cota de participação de no mínimo 20% de jovens nas instâncias sindicais. Segundo relato de uma das entrevistadas:

A cota de mulheres trouxe uma bagagem para a cota de juventude, que facilitou. E, obviamente, passar a cota de juventude de 20% no congresso, naquele congresso da CONTAG, sem dúvida, foi com o apoio das mulheres, tá? Não vou dizer assim, um apoio total, porque teve mulher ainda que levantou [se contrapondo à cota de jovens]. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Essa e outras falas das entrevistadas revelam as tensões que permearam a aprovação da cota de jovens. Como veremos abaixo, o próprio texto final aprovado pelo 9º Congresso da CONTAG revela um receio quanto à aprovação desta política afirmativa. Pela argumentação presente nas resoluções, havia uma dúvida sobre a viabilidade desta cota. O argumento explicitado contra a sua aprovação dizia respeito às exíguas discussões construídas até aquele momento, entendidas como insuficientes para gerar um posicionamento seguro.

§ 315: No âmbito da juventude, essa política [de cotas] vem sendo debatida. **Existem opiniões diversas sobre a cota, mas são poucos os acúmulos acerca do tema.** O 9º CNTTR precisará refletir, aprofundar e deliberar sobre os melhores mecanismos de participação que garantam visibilidade às demandas específicas da juventude trabalhadora rural. (CONTAG, 2005, p. 59, grifos nossos).

Os depoimentos das entrevistadas entendem que este argumento, relativo à insuficiência da discussão sobre cotas para jovens, foi acionado por muitos dirigentes sindicais, principalmente os homens, como forma de desqualificar a proposta e/ou enfraquecer sua aprovação. Segundo elas, os debates em torno das vantagens e limites da implementação desta política afirmativa era tema constante, ao menos nos espaços específicos da juventude:

Isso era quase que unânime dentre os homens [diretores da CONTAG], quase não, acho que era unânime essa do não acúmulo; era unânime entre os diretores. [...] mas essa discussão, dentro do espaço da juventude, ela já estava acontecendo desde o primeiro dia, entendeu? Mesmo se fosse só para poder saber quais são os prós, quais são os contras. Tem contras? É necessário, não é necessário? Então nem que fosse como formação daqueles jovens, mas a discussão dentro da comissão acontecia e dentro dos outros eventos da juventude acontecia também, né? Nas plenárias, nos eventos que tivemos nos estados, era discussão permanente. [...] podia não ser acúmulo para os outros espaços, mas para os jovens era e estava estabelecido, pelo menos para a maioria daqueles jovens ali, tinha que ter a cota, pelas experiências que eles estavam vivendo, porque até aquele momento a maioria não estava dentro da federação. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Mesmo diante das divergências estabelecidas entre os dirigentes, em sua maioria homens (segundo os relatos), o parágrafo 325 confirmou a aprovação, pelas(os) delegadas(os) do 9º Congresso, da cota de no mínimo 20% jovens. Embora os Anais deste Congresso não registrem as condições e resultados desta votação (submetida ao plenário final), as narrativas feitas pelas entrevistadas sobre este momento revelam as emoções e tensões que permearam tal debate:

[...] E quando algumas pessoas da terceira idade levanta [no plenário do 9º Congresso] para falar... Eu lembro do discurso de um, que fez a defesa [da cota de jovens], que falou assim: “Nossa, o movimento sindical é para jovens. Porque nós lutamos lá atrás, a gente está saindo, se não tem jovem, vai fazer o quê? Vai morrer com quem está aqui?” Então fez aquela defesa. Então, assim, foi muito bonito ver um monte de diretor levantando a mão contra, e depois ter que ir lá na mesa e depois ter que engolir isso. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Além de fixar o percentual mínimo de participação juvenil e especificar a que instâncias e entidades se destina, a resolução aprovada também salienta que a cota de jovens não deve acarretar em prejuízos para o estabelecimento da cota de mulheres. Por este

caminho, deixa-se entrever o receio quanto ao sombreamento, ou mesmo a concorrência, gerado pela coexistência das duas cotas.

§ 325: Obrigatoriedade na participação de no mínimo 20% de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais em todas as instâncias do MSTTR, especialmente na diretoria executiva da Contag, Fetag e Sindicatos, **sem prejuízo da cota estabelecida para as mulheres**, como um mecanismo de ação afirmativa que garanta a representação política da juventude no MSTTR (CONTAG, 2005, p. 59-60, grifo nosso).

Entretanto, o que sustentava esse receio? Quais as implicações concretas trazidas pela cota de jovens para a participação das mulheres? Uma das entrevistadas constrói esta síntese:

Ia ter o risco de as mulheres [eleitas como dirigentes] serem as jovens, para poder combinar a cota em uma criatura só, em um indivíduo só, entendeu? Então quer queira, quer não, isso é fato, as mulheres iam acabar disputando ali, ia ser uma disputa, entendeu? (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Por essas questões, estabeleceram-se tensões entre as lideranças que integravam as estruturas de organização sindical de mulheres e juventude, trazendo instabilidade às frequentes alianças estabelecidas entre estes dois segmentos.

Quando tinha os congressos, a gente sempre fazia as articulações juventude e mulheres, teve esse impasse no congresso de 2005, por causa da cota [de jovens]. Algumas diziam: “Como assim, a juventude estava propondo uma cota só por que as mulheres têm uma cota?” Isso foi dito com todas as letras, entendeu? Era como se nós tivéssemos querendo competir com as mulheres criando uma cota. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

[...] a fala que ela [uma mulher jovem dirigente da Comissão Nacional de Jovens] fez, foi que, principalmente as jovens, sempre estiveram no momento em que a pauta era específica, que a pauta era de gênero. Quando tinha alguma coisa para ser votada, as mulheres da comissão, as meninas da comissão de jovens (eu sempre falo meninas para diferenciar). [...] As meninas da comissão de jovens nunca se negaram a estar juntas, nunca, entendeu? E que não esperava aquilo [que algumas mulheres dirigentes se colocassem contra a aprovação da cota de jovens]. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Se à primeira vista, a cobrança quanto ao apoio das mulheres dirigentes da CONTAG e das FETAGs pode sugerir uma profunda discordância entre estes grupos (de um lado, as lideranças mulheres; de outro, os jovens de ambos os sexos), também é possível dizer que sua origem parte da grande expectativa quanto ao amplo apoio das mulheres na defesa da

cota de jovens, uma vez que seus discursos e práticas sempre se orientaram pelo princípio da democratização da participação.

Mas as mulheres abraçaram essa causa ali no congresso de forma geral, apesar de ter as que não concordavam, mas o conjunto abraçou a causa. [...] **Eu penso que seria até despropositado a cota [de jovens] não ser defendida pelas mulheres, porque todos os argumentos que perpassaram as mulheres, senão todos, mas a maior parte deles também perpassava ali a juventude.** É claro que tem homens aí dentro, mas entre o jovem e a jovem, pode ter aqui um que queira se sobrepor ao outro. Agora entre o homem jovem e o homem maduro, o [homem] jovem também fica de fora. Então essa leitura favoreceu, ou esse era o ponto diferente em relação à cota de mulheres, mas com as devidas diferenças. Enquanto mulheres, assumimos e incorporamos essa discussão e essa defesa. (Secretária de Jovens da CONTAG. Entrevista concedida a Eryka Galindo, grifos nossos).

Por essa ideia, a cota de jovens é encarada como mecanismo que busca superar outro tipo de restrição à participação, aquela relacionada à posição geracional, na qual as(os) jovens, inseridas(os) em diferentes situações, veem-se pouco integradas(os) aos espaços de decisão sindical. Dessa forma, o não apoio das mulheres não jovens representaria uma profunda contradição perante o princípio essencial da luta histórica erguida pelas trabalhadoras rurais, baseada na justiça social.

Ao apontarem essa questão, as entrevistadas fazem emergir que, mesmo orientadas pelos princípios da democratização da participação sindical, as pautas e processos de organização das mulheres mantinham algum grau de impermeabilidade quanto à inserção das jovens. Assim, para as mulheres jovens, a participação sindical se enrijece dada a dupla discriminação, por seu lugar de gênero e geração.

Ainda sobre as fronteiras onde se cruzam as posições de gênero e geração, uma das dirigentes chama a atenção sobre a importância de a organização da juventude não se desviar da compreensão quanto aos efeitos dessa interseccionalidade, afinal, mesmo com todos limitadores, as condições de participação dos homens jovens ainda eram mais favoráveis que as das mulheres jovens.

Por mais que a juventude também sofra dentro das instâncias do movimento sindical, não podia comparar a luta de jovens com a luta de mulheres, porque a luta de jovens era mista, nela você tinha homens e mulheres. Então, ali não era todo mundo que estava em condição de igualdade dentro, entendeu? (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Não foram poucas as referências feitas pelas entrevistadas sobre a importância das cotas tanto de mulheres quanto de juventude. Para elas, estas políticas afirmativas cumprem um papel extremamente importante, criando condições concretamente de inserção nas instâncias decisivas da vida sindical. Para elas, sem a adoção das cotas, esta presença seria quase que nula ou no mínimo limitada aos espaços e atividades vinculados à organização das mulheres e da juventude, com expõe o seguinte relato: “A CONTAG tem [atualmente] três jovens na direção por causa da cota, se não fosse isso não teria. [...] Se não fosse a cota, não existiria nem esses três, olhe lá se existisse um para cumprir o espaço de juventude” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Mesmo avaliando positivamente a adoção das cotas, as entrevistadas produzem uma visão bastante crítica sobre a forma de como o MSTTR coloca-as em prática. Se por um lado, as cotas são vistas como porta de entrada, na prática, são exercidas na ponta do lápis. Em outras palavras, a definição do percentual mínimo de participação converteu-se, efetivamente, na estipulação do número máximo. São exercidas como teto para a participação das mulheres trabalhadoras rurais e dos(as) jovens. Ilustra esta ideia a fala de Elenice Anastácio, que põe em dúvida a ampliação do número de dirigentes jovens na direção da CONTAG para além da porcentagem prevista pela cota (20%). Ela nos diz: “Observemos se vai ter quatro jovens nesta próxima chapa, vai ter três para o cumprimento da cota.” (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Tais questões são referências comuns na literatura sobre o desenvolvimento das políticas afirmativas, principalmente no campo de estudos de raça e gênero (JACCOUD & BEGHIN, 2002; CUT, 2008; PIMENTA, 2012). Tais ideias alertam sobre a insuficiência do recurso numérico para a superação das complexas e históricas formas de discriminação lançadas sobre a população negra e as mulheres, como explicita a seguinte citação: “O uso do critério numérico pode não ser suficiente para que uma ação afirmativa realize seu objetivo, qual seja, o de alterar a forma histórica de inserção de um grupo racial discriminado, ampliando as oportunidades de ascensão social continuamente bloqueadas.” (JACCOUD & BEGHIN, 2002, p. 48).

Como já mencionando anteriormente, o cumprimento das duas cotas tem sido exercido de forma a compatibilizar alguns interesses, dentre eles o de permanência nos cargos de direção de alguns dirigentes de longa trajetória. Diante da impossibilidade de descumprimento desta deliberação, dada a vigilância e luta constante das trabalhadoras rurais, há uma tendência de escolher uma mesma pessoa, ou seja, uma mulher jovem, para a observância das duas cotas (de mulheres e de jovens). Com este recurso, sobram mais cargos a serem negociados e disponíveis para acomodar os dirigentes homens, detentores da política sindical. Estas práticas vêm possibilitando a permanência de dirigentes por longos períodos nestas estruturas, ao mesmo tempo em que asseguram a reprodução de uma imagem sindical mais democrática, por expressar uma preocupação com a participação de mulheres e jovens.

Olhando mais detidamente para a cota de jovens, vemos que ela é marcada pela dimensão da transitoriedade, uma vez que tem início e fim predefinidos, determinados pela faixa etária dos 16 aos 32 anos (faixa etária definida pelo MSTTR como definidora da juventude). Tal aspecto confere dinâmicas peculiares e distintas em comparação ao exercício da cota de mulheres, por exemplo. Esse elemento pode representar maior alternância e rotatividade de representantes jovens nas instâncias sindicais, elevando o grau de renovação do MSTTR e de limitada permanência nos cargos de direção.

Então assim, em 10 anos eu passei [...] eu entrei no sindicato sem saber de fato o que era o sindicato, cheguei à CONTAG e sai da CONTAG, tudo isso aconteceu em 10 anos, né?! Tempo que, para maioria dos dirigentes sindicais, é o tempo que ele passa em uma das instâncias, né?! Para a maioria. Então, foi muito relâmpago. E isso, eu não considero isso positivo, concretamente não considero por que eu acho que eu sofri muitas coisas por minha falta de amadurecimento, né?! Por desconhecer toda essa conjuntura, todo esse jogo que existe no movimento sindical. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Mais do que uma porta de acesso, a cota de jovens tem um efeito renovador dos cargos sindicais. Entretanto, a forma como vem sendo desenvolvida acaba por produzir uma renovação de alcance restrito, já que seu parâmetro etário atua sobre um determinado grupo, preservando os dirigentes de longas trajetórias sindicais. Ela impacta de maneira moderada sobre a vigência de mandatos longevos, uma vez que deposita na juventude a responsabilidade da renovação de cargos, perpetuando os não jovens nos espaços de comando.

A renovação de dirigentes ou a renovação de quadros, como costumam usar na linguagem cotidiana, é uma dimensão que ocupa importante lugar no discurso sindical. Tanto é que, no Estatuto da CONTAG, consta um artigo no qual se exige, no ato de inscrição de uma chapa (candidata à eleição para a nova diretoria da CONTAG, sempre eleita em congresso), que se cumpra, além das cotas de mulheres e jovens, o percentual de no mínimo 30% de renovação da diretoria. Em outras palavras, fica proibido o registro de uma chapa que apresente, dentre seus candidatos, mais de 70% de diretores que tenham exercido cargo na diretoria da CONTAG no mandato imediatamente anterior ao atual. Essa exigência é conhecida, usualmente, como cota de renovação.

Em muitos espaços de discussão das mulheres, ouço recorrentemente comentários do tipo: “A cota de renovação sempre recai sobre as mulheres e a juventude”. Um exemplo que corrobora esta afirmação é a recente composição da nova diretoria da CONTAG. Se por um lado, a adoção do critério da paridade de gênero permitiu que as mulheres ampliassem sua representação na diretoria executiva da CONTAG, saindo de quatro para seis cargos⁷³, por outro, cinco nunca compuseram a direção executiva da CONTAG, e somente uma integrou-a no mandato passado. Já entre os homens⁷⁴, este número se inverte, mais precisamente: dos seis dirigentes, cinco estiveram no último mandato da CONTAG (quatro deles permanecem na diretoria por mais de um mandato) e apenas um está ingressando esta gestão

Ainda sobre as medidas de renovação sindical, uma das entrevistadas fala sobre o papel que as cotas cumpriram em sua trajetória como dirigente sindical. Em sua fala, ela entende que a combinação das três cotas funciona ora no sentido de promover o ingresso no movimento, ora concorrendo para a saída, sobretudo das mulheres:

Se tem alguém que passou pelas três cotas fui eu. Cota de mulheres para entrar, cota de jovens para permanecer na Contag [por mais um mandato], cota de renovação para sair. Eu fui uma beneficiária do instrumento, de um dos instrumentos da... como é a palavrinha que eu quero usar? Um dos instrumentos que possibilita renovação no movimento é a cota de mulheres, é a cota de jovens e é a cota de renovação, porque ela permite renovar para entrar

⁷³ As seis mulheres dirigentes da CONTAG assumiram os seguintes cargos: Secretária Geral, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Secretária de Meio Ambiente, Secretária de Terceira Idade, Secretária de Jovens, Secretária de Políticas Sociais.

⁷⁴ Os seis dirigentes homens estão distribuídos nas seguintes funções: Presidência, Vice-Presidência, Secretaria de Finanças, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Política Agrária, Secretaria de Formação e Organização Sindical.

e ela permite renovar para sair. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

A ideia de renovação como mecanismo de democratização da participação é tema importante, no entanto, sinuoso. As práticas demonstram que existem mecanismos formais indutores da renovação, contudo eles têm menos efeitos sobre dirigentes que se mantêm há mais tempo nos cargos, talvez por este fator favorecer a possibilidade de criação de acordos que garantam sua permanência, questão que não se aplica à realidade das dirigentes mulheres e jovens.

Embora essas práticas não partam de um acordo explícito, elas condicionam os espaços e as condições de participação das mulheres, sejam elas jovens ou não. Na leitura de uma das entrevistadas, além de restringirem as formas de inserção das trabalhadoras rurais, elas são usadas, no fazer político, como argumentos desqualificadores da luta das mulheres e da própria eficácia das políticas afirmativas:

Porque, infelizmente, assim, você luta, você conquista o meio, uma ação, meio para superar uma situação que está dada, mas outras posturas surgem para burlar aquela ação e essa é a forma mais comum para a gente ver o desrespeito, ao ver como eles agem, mas, na minha opinião, isso em hipótese alguma, e muitas vezes isso era usado como discurso. “Está vendo, não adianta colocar cota, porque vai acontecer isso, isso e isso”. Não, esse discurso não procede, porque a gente tem que partir do princípio que uma vez chegando aquele jovem ali dentro, seja homem, seja mulher, a gente tem, no mínimo, que ter expectativa de que, com o andar da carruagem, seja mais um a somar. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

É preciso reafirmar que as problematizações construídas ao longo deste capítulo não se alinham com qualquer ideia que desqualifique ou discorde da importância social da política de cotas, seja ela de gênero, raça, etnia, geração, dentre outras. Pelo contrário, minha intenção é analisar como as condições e contextos nos quais se aplicam podem neutralizar ou reduzir sua potência. Portanto, comungo com o depoimento de uma das entrevistadas:

Então é melhor correr o risco, do que não ter nem esse risco, entendeu? Isso é o papel das cotas aí dentro do movimento sindical, foi pelas cotas que as mulheres conseguiram chegar em maior número e também pelas cotas que a juventude também tem conseguido chegar em maior número, estar dentro do movimento, porque senão vai ficar sempre discutindo por fora, fica só nos espaços, não participa das decisões do dia a dia. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Por fim, é importante mencionar a aprovação da paridade de gênero como a mais recente bandeira de luta pautada e conquistada pelas mulheres. Sua aprovação se deu por unanimidade durante o 11º Congresso da CONTAG (2013), e aplicada efetivamente em 2017, com a realização do 12º congresso, que, além de eleger a diretoria da CONTAG, de composição paritária, contou com número equivalente de homens e mulheres no total de delegadas(os) (critério que se fez cumprir por todas as FETAGs). Segundo as resoluções do 11º Congresso:

§ 314: A paridade participativa ou paridade na política significa mais do que aplicar um recurso numérico para o compartilhamento do poder. Significa construir relações de igualdade, no cotidiano sindical, verdadeiramente democráticas e solidárias, o que os números por si só não podem garantir. Trata-se, dentre outros, do respeito, de valores morais e éticos condizentes com as relações democráticas que se quer construir. (CONTAG, 2013, p. 93).

Vale mencionar que a Central Única dos Trabalhadores aprovou, em 2012 (um ano antes da CONTAG), a paridade de gênero para as direções nacional e estaduais da Central. Assim, o processo de debate e disputa em torno da importância da construção de mecanismos de promoção da igualdade de participação deve ser lido no contexto das lutas mais amplas travadas pelas mulheres em diferentes espaços. Por este caminho, a paridade não se resume a números equivalentes de mulheres e homens na política, é preciso enxergar o sistema de opressão e seus diversos efeitos de ordem econômica, social e política, sobre a vida das mulheres, como sugerem os Anais do 11º Congresso da CONTAG:

§ 315: [...] Neste contexto, é importante realizar o debate sobre a paridade que leva em conta, pelo menos, três dimensões da dominação e desigualdade: a econômica, do reconhecimento e da representação política, que perpassa pela dimensão geracional. Somente articulando estas dimensões pode-se, de fato, construir a igualdade. (CONTAG, 2013, p. 93).

De maneira a dar conta da complexidade de questões que embasam a importância da paridade em seu propósito de construção de igualdade para as mulheres, as trabalhadoras rurais vêm propondo um conjunto de iniciativas que convergem com a noção de superação das restrições à participação. Dentre elas, estão o exercício da cota de jovens e de renovação de maneira paritária e o debate sobre a alternância de cargos⁷⁵ entre homens e mulheres (CONTAG, 2014).

⁷⁵ Estas propostas, embora integrem os debates sobre paridade, especialmente nos espaços de organização das mulheres, ainda não foram formalmente aprovadas. Um dos pontos mais polêmicos é a alternância de cargos,

Como explanamos neste capítulo, as mulheres trabalhadoras rurais, incluindo as jovens, vêm desenvolvendo várias ações que buscam romper com as visões que restringem sua participação no *ponto alto da política sindical*. As grandes ações (de natureza coletiva) colocadas em curso se expressam nas mais variadas iniciativas, como a realização de processos formativos e demais atividades específicas, constituindo-se a organização das Comissões de Mulheres e de Juventude e as mobilizações de massa (Marcha das Margaridas e Festivais da Juventude) as mais recorrentes nas narrativas das entrevistadas. Entretanto, para além das ações coletivas, há um campo de alianças entre elas que visa fortalecer suas condições de participação. Articulações estas que se expressam também na esfera das relações pessoais e afetivas, transcendendo o pragmatismo dos acordos políticos.

Percorremos também, nesta parte da dissertação, sobre as possibilidades e entraves produzidos pela implementação das políticas afirmativas nas instâncias sindicais. Apesar das contradições expressas no processo, é possível enxergar a contribuição destas medidas para a efetiva participação das mulheres nos espaços de decisão, destacadamente das jovens.

por ter como objetivo fixar condições para que as mulheres ocupem cargos diretivos estratégicos, como presidência e secretaria de finanças, espaços que historicamente vêm sendo dirigidos por homens.

PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER: CONCLUSÕES SOBRE UMA CAMINHADA QUE SEGUE EM MARCHA

O conjunto de análises desenvolvidas ao longo desta dissertação buscou agregar novos temas e abordagens para o campo de estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e sua participação nos movimentos sociais. Visibilizar sujeitos pouco evidenciados nas lutas das mulheres, a partir da perspectiva do engajamento nas esferas sindicais, para além da produção agrícola e do debate sucessório, parece-me ainda uma escolha pouco comum, quando consideramos a literatura disponível sobre o tema.

Dentre os aportes de ordem metodológica trazidos pelas narrativas biográficas das dirigentes, está o cuidado que deve orientar o trabalho da pesquisadora e pesquisador quanto à história de vida das(os) militantes de movimentos sociais. Embora o sindicalismo, no caso pesquisado, ocupe um importante lugar nas vidas das entrevistadas, os seus projetos pessoais e relações estabelecidas não se limitam a ele (ROSA, 2011b). Acolher a variedade de questões colocadas à mesa, buscando se liberar dos julgamentos, pode nos ajudar a compreender os nexos que se anunciam através das narrativas, o que enriquece não só a pesquisa, mas a própria experiência como pesquisadora e pesquisador.

Nesses caminhos pouco lineares, é possível enxergar várias possibilidades de ingresso no movimento sindical que, entretanto, guardam em comum o fato de derivarem das possibilidades criadas a partir das redes de interdependência às quais as entrevistadas estavam vinculadas (ELIAS, 2001). A indicação de um amigo, o fato de pertencer à família da parteira mais conhecida do município, o acesso a níveis diferenciados de escolaridade, a palavra de estímulo de um irmão aparecem como portas de entrada no sindicalismo rural. Nesse sentido, a constituição de espaços específicos de organização das mulheres e da juventude, a implementação de políticas afirmativas – primeiramente dentro da CONTAG e depois, de forma indutora, nas demais entidades sindicais – figuram como fatores que se somam a esta rede de interdependências.

Contudo, para elas, num primeiro momento, a chegada ao sindicato não se deu para o exercício da política, das atividades próprias à missão de representação das trabalhadoras e trabalhadores rurais. No papel de funcionárias, eram responsáveis pelas atividades administrativas e burocráticas. Tal dado demonstra que no sindicato cabiam as mulheres jovens escolarizadas, mais aptas a elaborar as atas de reunião, organizar as fichas dos sócios, liberando os homens para o exercício da política.

Embora tenham iniciado suas trajetórias sindicais ocupando funções operacionais, foram construindo e disputando outras possibilidades de inserção sindical, alcançando os cargos de direção. Tal ideia aproxima-se da teoria de Giddens (1989) quanto à existência de efeitos coercitivos e facilitadores na estrutura social, que, ao mesmo tempo em que geram limites, abrem um campo de possibilidades às formas de agência dos indivíduos. Nesses termos, mesmo instadas pelas restrições fundadas nas relações sociais de gênero, geracionais e de classe a ocuparem os espaços de menor importância para a luta sindical, essas mulheres construíram rotas de participação que as levaram a assumir cargos no mais alto nível de representação da categoria, a CONTAG.

Se a intersecção de gênero, geração e classe marcaram suas experiências como mulheres jovens trabalhadores rurais e dirigentes sindicais, não podemos desconsiderar os efeitos que resultam das dinâmicas próprias da política sindical. As influências dos grupos políticos, as disputas entre centrais e partidos se cruzam nas esferas de participação. Dessa forma, se por um lado, a construção de alianças e as relações se estabelecem pelas convergências construídas em torno das posições como mulheres e como jovens, por outro, as contendas próprias do *ponto alto da política sindical* complexificam o campo de articulações e parcerias.

Por esse caminho, encontrei ressonância nas discussões feitas por Chandra Mohanty (2008), que propõe a necessidade de descentrar os binarismos que orbitam em torno do conceito de gênero, quando tratamos das experiências das mulheres do sul global. Para ela é preciso buscar respostas que alcancem além dos esquemas produtivo x reprodutivo, público x privado, cultura x natureza.

No bojo das possibilidades de participação no sindicalismo rural, cabe voltarmos a uma das primeiras questões lançadas por esta pesquisa: *Quais as contribuições das mulheres trabalhadoras rurais para a organização da juventude no sindicalismo rural?*

Uma primeira resposta possível para esta questão refere-se à agenda política das mulheres, que se propõe a denunciar e exigir rupturas diante das históricas restrições à participação das trabalhadoras rurais na sociedade e no sindicalismo. Embora pareça focalizar questões específicas às mulheres, a pauta em defesa da democratização das esferas sindicais defendida por elas incorpora princípios mais amplos, não particularizados, e abre caminhos para os diferentes sujeitos que integram a categoria trabalhadora rural.

Desse modo, suas pautas trouxeram a juventude rural para dentro do sindicalismo, não só por afirmarem um movimento mais democrático e participativo, mas também por defenderem a importância do desenvolvimento de ações próprias para o segmento juvenil, como a criação das comissões de jovens, a realização de encontros, a garantia da sua participação nos congressos.

De forma mais pragmática, as entrevistadas também confirmam que os caminhos de organização e luta trilhado pelas mulheres no sindicalismo criaram condições concretas para o estabelecimento das estruturas e ações organizativas específicas da juventude. Seus depoimentos ora aventam a organização das mulheres como espelho (que inspira e ensina como pôr em curso rotas semelhantes), ora como um experimento (de onde se extrai importantes respostas, reveladas pela vivência prática, sobre quais possibilidades organizativas se apresentam mais viáveis). Um dos depoimentos ilustram esta questão:

Também foi mais rápido [a organização da juventude] do que o processo das mulheres e as mulheres discutiram bastante tempo até chegar a ter uma diretora efetivamente lá, até ter duas, até ter três e assim sucessivamente. E aí a juventude chegou um pouco mais rápido ocupando esse espaço específico. (Secretária de Jovens da CONTAG. Informação verbal transcrita da entrevista concedida a Eryka Galindo, 2016).

Mas a importância da luta das mulheres para a organização juvenil não se encerra com a criação das estruturas específicas. As alianças entre estes segmentos persistem, seja apoiando-se mutuamente em suas agendas específicas, seja se entrecruzando a partir das lutas como mulheres, numa interação entre jovens e não jovens, para superar as

desigualdades impostas pela posição de gênero. Inclusive, percebo que é neste ponto em que a pergunta, lançada anteriormente, se inverte e nos indaga sobre: *Como a organização da juventude trabalhadora rural contribui para a luta das mulheres no sindicalismo rural?*

Entendo que, para além das alianças que unificam – não sem tensões, o conjunto das mulheres sindicalistas, incluindo as jovens –, existe o efeito educativo do ambiente misto da juventude. Quero dizer com isso que o ambiente de debates, formação e até de disputas vivenciado pela juventude tem um efeito formador mais amplo, pois se estabelece pela interação entre homens e mulheres, neste caso, jovens.

Há também que se entender esta contribuição juvenil em sua ambiguidade, afinal, se por um lado, ela possibilita instalar discussões entre os homens jovens sobre a necessidade de romper com a desvalorização atribuída historicamente ao papel feminino na sociedade, por outro, o espaço misto pode incorrer na essencialização ‘da juventude’, esvaziando os conteúdos do gênero. Em outras palavras, a afirmação da categoria política ‘jovem’ consolidada dentro do sindicalismo encobre, em alguns casos, a diversidade que ela reúne, estabilizando a pauta juvenil em torno de uma homogeneidade generalizante. Da mesma forma que o espaço de organização das mulheres também pode reproduzir tais essencialismos, como já mencionamos anteriormente.

Em suma, a constituição de categorias políticas dentro do MSTTR consolidaram, por um ângulo, importantes conquistas à participação de segmentos anteriormente ausentes da luta e pauta sindical, como mulheres e jovens; por outro, a tendência essencialista pode sombrear as intersecções, omitindo a complexidade de formas possíveis de ser mulher, jovem e trabalhadora rural, incluindo-se os marcadores de raça ainda pouco considerados na agenda sindical, e não por coincidência, nas narrativas das dirigentes entrevistadas.

Outra questão que instigou o curso desta pesquisa diz respeito aos motivos que levam as mulheres jovens a terem significativa participação nas esferas sindicais, a despeito de toda a literatura que afirma serem elas as que mais migram do campo para a cidade e as que pouco permanecem no trabalho agrícola. Não me parece ser uma resposta plausível que a forte participação das mulheres jovens seja parte de uma escolha sindical deliberada, intencionada a fomentar a atuação das jovens, de maneira a visibilizar o processo de expulsão ao qual são

submetidas, pela ausência de direitos e políticas públicas no meio rural e pelo efeito perverso da divisão sexual do trabalho.

A pesquisa nos mostra que os fatores influenciadores da presença expressiva das mulheres jovens no sindicalismo referem-se ao conjunto de espaços específicos e políticas afirmativas constituídas no ambiente sindical. A existência da Secretaria de Mulheres, da Secretaria de Jovens e suas respectivas Comissões, dos eventos formativos, das ações de massa e suas pautas específicas, além do exercício das cotas de no mínimo 30% de mulheres e de no mínimo 20% de jovens e, mais recentemente, a aprovação da paridade de gênero, são processos que, combinados, têm promovido a maior atuação das mulheres jovens.

O fato de serem mulheres jovens, até certo ponto, favorece sua inserção sindical, já que com isso contemplam a aplicação das duas cotas, por reunir numa mesma pessoa os dois requisitos. Em contrapartida, quando alcançam a idade dos 33 anos, ultrapassando o critério etário da juventude (que vai dos 16 aos 32 anos para o movimento sindical), são elas também os alvos para a saída das esferas decisórias, pelo motivo inverso, ou seja, por não mais reunir um dos requisitos, a juventude. Esta tornou-se uma prática bastante comum, segundo algumas avaliações, por permitir uma maior reserva de vagas a serem administradas pelos homens de maior tempo, em idade e trajetória, no sindicalismo rural. Apesar destas ponderações presentes nas narrativas das entrevistadas, elas e o conjunto das trabalhadoras do MSTTR reconhecem o impacto positivo das políticas afirmativas para a democratização da participação das mulheres. E cabe como desafio o permanente aperfeiçoamento destas e de outras medidas para a promoção da igualdade.

Nestas últimas linhas, quero registrar uma importante questão com a qual me deparei e que extrapolava os objetivos e tempo de realização desta pesquisa: a forma com que o MSTTR implementou a paridade de gênero nas suas instâncias deliberativas.

Aprovada em 2013 e aplicada em 2017, no quadro da diretoria efetiva e suplências da CONTAG, o exercício da paridade vigente se orientou, em grande medida, pela igualdade numérica entre homens e mulheres. Por conseguinte, foram exigidas mudanças significativas às estruturas sindicais, dentre elas a redução do número de cargos na diretoria executiva da entidade, que passou de 13 para 12, de maneira a assegurar uma numeração par, o que

assegurou a distribuição equitativa dos cargos – seis homens e seis mulheres. Além disso, pela primeira vez na diretoria, a cota de no mínimo 20% de jovens foi contemplada apenas por mulheres, ou seja, nas composições anteriores, das três pessoas responsáveis por fazer cumprir a cota de juventude, ao menos uma delas era do sexo masculino. Atualmente, das três jovens eleitas para o cumprimento da cota, todas são mulheres. Estes e outros aspectos, desenvolvidos num período muito recente merecem, no futuro, ser melhor analisados, com vistas a problematizar os limites e as potencialidades do exercício da paridade para a consolidação de condições verdadeiramente igualitárias à participação das mulheres dentro e fora do sindicalismo.

Com isso, sublinho grifando o tema do cumprimento da paridade de gênero e suas nuances no sindicalismo rural como uma porta aberta para novos e profícuos trabalhos acadêmicos. Ao abrir esta janela de pesquisa, encerro este trabalho com a sensação de que não cravo aqui um ponto final, mas entusiasmados pontos de reticências.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam & SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel B. da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo, Editora 34, 2000. V. 34, p. 347-366.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ADEVE, Ana. Memórias de um passado recente: o I Encontro Nacional de Jovens Feministas. In: PAPA, Fernanda & SOUZA, Raquel (Orgs.). **Forito, jovens feministas presentes**. São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung/Ação Educativa, 2009. p. 36-41.

ADRIÃO, Karla Galvão; MÉLLO, Ricardo Pimentel. As jovens feministas: sujeitos políticos que entrelaçam questões de gênero e geração? In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), XV., 2009, Maceió. **Anais...** Maceió, Abrapso, 2009.

AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos**. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2015.

_____ & STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide & MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 157-182.

AVRITZER, Leonardo & SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. In: AVRITZER, Leonardo (coordenação geral) & SILVA, Eduardo Moreira da et al. **Democracia, república e participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2015.

BIDASECA, Karina. Cartografias descoloniales de los feminismos del sur. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 22 (2), p. 585-591, 2014.

BOGO, Ademar. Mística (verbete). In: CALDART, Roseli et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BORDALO, Caroline Araújo. **Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas**. 2005. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Sociais). Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ): UFF, 2005.

_____. **Os caminhos da política:** o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. 2011. 158 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora:** identidades en cuestión. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011 [1996].

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros:** la crisis de la sociedad campesina en el Bearn. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que se importan sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”.** Buenos Aires: Paidós, 2012.

CABANILLAS, Natalia. **Para além do político:** mulheres ativistas na Cidade do Cabo, África do Sul. 2016. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Revista Estudos Feministas.** Rio de Janeiro/CIEC/ECO/UFRJ, ano 2, n. especial, p. 273-290, 1994.

CARDOSO, Adalberto. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH,** v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro. **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 243-262.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social de hierarquias. In: WOORTMANN, E. F.; MENACHE, R. & HEREDIA, B. (Orgs.). **Margarida Alves – Coletânea sobre estudos rurais e gênero.** Brasília: NEAD Especial- MDA, IICA, 2006.

_____ et. al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Igualdade é o máximo, cota é o mínimo:** as mulheres no mundo sindical. São Paulo: CUT & Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2008.

COSTA, Luiz. Flávio C. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos feministas** 1, p.171-189, 2002

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, Colombia: Universidad Central, n. 26, p. 92-101, 2007.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ENTREVISTA 1. [outubro, 2016]. Entrevistadora: Eryka Danyelle Silva Galindo. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (2h50'12).

ENTREVISTA 2. [novembro, 2016]. Entrevistadora: Eryka Danyelle Silva Galindo. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (1h50'24").

ENTREVISTA 3. [dezembro, 2016]. Entrevistadora: Eryka Danyelle Silva Galindo. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (1h14'33").

ENTREVISTA 4 [março, 2017]. Entrevistadora: Sara Pimenta. Brasília, 2017.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, p. 27-44, 2006.

FERREIRA, Brancolina & ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 191-220.

FLIK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC. v. 15. n. 2, p. 291-308, 2007.

_____ & HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata; Coruña: Fundación Paideia Galiza, 2006.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. **Jovens do campo**: reflexões sobre as trajetórias e sentidos da participação no movimento sindical. 2012. 71 f. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais). Coordenação do Curso de Especialização em Democracia Participativa da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth & MENEZES, Marilda Aparecida. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma P. &

MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói/RJ: Alternativa, 2013. p. 303-328.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
GO, Julian. For a postcolonial sociology. **Theory and Society**, v. 42(1), p. 25–55, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira da Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GONÇALVES, Eliane; DE FREITAS, Fátima Regina Almeida; OLIVEIRA, Elismênia Aparecida. Idades transitórias: as jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, set.-dez., 2013. Salvador/BA: UFBA, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. Velhas e novas feministas no Brasil. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 28, 1998.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas, UNICAMP, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? Traducción Gloria Elena Bernal (Is there a feminist method?). In: HARDING, S. (Ed.). **Feminism and Methodology**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída. Feminismos poscoloniales: reflexiones desde el Sur del Río Bravo. In: SUÁREZ NAVEZ, L.; HERNÁNDEZ CASTILLO, R. A. (editoras). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid, España: Editorial Cátedra, 2008. p. 68-111.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/afirme/LEITURA/diversos/div03.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017

JALIL, Laetícia & BORDALO, Carolina. Participando sem medo de ser mulher: A trajetória de luta e participação das mulheres rurais no Brasil. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, VIII, 2010, Porto de Galinhas/PE. **Anais...** Porto de Galinhas/PE, UFRPE, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra. & BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 90-113.

KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: KOFES, S. & MANICA, D. **Vidas & grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina & FAPERJ, 2015. p. 20-39.

_____. **Uma trajetória em narrativas.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MANNHEIM, Karl. “El problema de las generaciones” [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera]. **REIS – Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 62, p. 193-242, ab.-jun. 1993.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:** os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP UNICAMP, 1995.

_____. **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: feminismo académico y discursos coloniales. In: SUÁREZ NAVAZ, L.; HERNÁNDEZ CASTILLO, R. A. (editoras). **Descolonizando el feminismo:** teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid, España: Editorial Cátedra, 2008. p. 112-161.

MOTTA, Alda Britto da, & WELLER, Wivian. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25. n. 2, p. 175-184, maio-ago. 2010.

PAPA, Fernanda & SOUZA, Raquel. (Orgs.). **Forito, jovens feministas presentes.** São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung/Ação Educativa, 2009.

PAULILO, Maria. Ignez. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), p. 229-252, jan.-ab. 2004.

_____. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC (3), v. 16, p. 927-939, 2010.

PIMENTA, Sara. **Participação, poder e democracia:** mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. Beo Horizonte: UFMG, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul.-dez. 2008.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo M; MEDEIROS, Leonilde S. & PAULILO, Maria I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas – a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2009. V. 2, p. 321-338.

ROSA, Marcelo. **Engenho dos movimentos sociais** – Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011a.

_____. Mas eu fui uma estrela do futebol! As incoerências sociológicas e as controvérsias sociais de um militante sem-terra sul-africano. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 365-394, 2011b.

SANTOS, Boaventura Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 f.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul.-dez. 1995.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 98-126, 2010.

_____. A invisibilidade da experiência. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014.

_____ & LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 13-35, 2004.

SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. & PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2009.

SILVA, Berenice. **Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Brasília: UnB, 2008.

SILVA, Maria do Socorro. **A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores(as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural**. In: CONTAG, I Módulo do Curso de Formação Política da Escola Nacional de Formação da CONTAG. Brasília: ENFOC, 2006.

STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-293.

SUÁREZ NAVAZ, Liliana. Colonialismo, gobernabilidad y feminismos poscoloniales. In: SUÁREZ NAVAZ, L.; HERNÁNDEZ CASTILLO, R. A. (editoras). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid, España: Editorial Cátedra, 2008. p. 24-67.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 9, p. 103-130, 2001.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ZANETTI, Júlia. Paiva. Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais...** Florianópolis, 2010.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CONTAG. **Anais do 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais**. Brasília, 1973.

CONTAG. **Anais do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais**. Brasília, 1979.

CONTAG. **Anais do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais**. Brasília, 1985.

CONTAG. **Anais do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais**. Brasília, 1991.

CONTAG. **Anais do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais**. Brasília, 1995

CONTAG. **Anais do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 1998

CONTAG. **Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 1999.

CONTAG. **Anais do 8º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2001.

CONTAG. **Anais do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2005.

CONTAG. **Anais do 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2009.

CONTAG. **Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2013.

CONTAG. **Anais do 12º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2017.

CONTAG. **A mulher e o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: Trajetória de lutas**. Brasília, 2002.

CONTAG. **CONTAG – 40 anos ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília, 2003.

CONTAG. **Juventude Rural e sua caminhada na CONTAG**. Brasília, 2016.

CONTAG. **Paridade de Gênero: construção da igualdade no MSTTR**. Brasília, 2014.

CONTAG. **Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas**. Brasília, 2011.

CONTAG. **Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas**. Brasília, 2015a.

CONTAG. **Pauta de Reivindicações do Festival da Juventude Rural.** Brasília, 2015b.

CONTAG. **Regimento Interno da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.** Brasília, 2006.

CONTAG. **Regimento Interno da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Brasília, 1995.

CONTAG. **Relatório do III Módulo do Curso de Formação de Mulheres Dirigentes Sindicais.** Brasília, 2010.